

TERRITÓRIO E MULTITERRITORIALIDADE: Uma análise dos atingidos por Belo Monte no RUC São Joaquim

BRUNO ALVES DOS SANTOS

Orientador: Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO



**Universidade Federal do Pará
Programa de Pós-Graduação
Em Geografia – PP GEO**

**Área de Concentração: Organização e
Gestão do Território**

2024





**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

BRUNO ALVES DOS SANTOS

**TERRITÓRIO E MULTITERRITORIALIDADE: uma análise dos atingidos por
Belo Monte no RUC São Joaquim**

**ALTAMIRA-PA
2024**

BRUNO ALVES DOS SANTOS

**TERRITÓRIO E MULTITERRITORIALIDADE: uma análise dos atingidos por
Belo Monte no RUC São Joaquim**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Linha de pesquisa: Dinâmicas Territoriais da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237t Santos, Bruno Alves dos.
TERRITÓRIO E MULTITERRITORIALIDADE: uma análise
dos atingidos por Belo Monte no RUC São Joaquim / Bruno Alves
dos Santos. — 2024.
118 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Geografia, Belém, 2024.

1. Território. 2. Territorialidades;. 3. Multiterritorialidades.
4. RUC São Joaquim;. 5. UHE Belo Monte. I. Título.

CDD 304.209813

TERRITÓRIO E MULTITERRITORIALIDADE: uma análise dos atingidos por Belo Monte no RUC São Joaquim

Elaborada por:

BRUNO ALVES DOS SANTOS

Dissertação de Mestrado apresentado para Exame de Defesa do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Apresentada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto
(Orientador)

Prof. Dr. Marcio Douglas Brito do Amaral
(Membro interno)

Prof. Dr. Willame de Oliveira Ribeiro
(Membro externo)

ALTAMIRA/PA
2024

AGRADECIMENTOS

A Deus por sua imensurável graça, pelo dom da vida, por todas as bênçãos recebidas e pelo alento nos momentos difíceis dessa caminhada acadêmica, pois a vontade de desisti foi arduamente continua e eu sei que Ele estava cuidando de mim.

A Universidade Federal do Pará, a maior do Norte, por me receber, primeiramente como aluno da graduação em Geografia no Campus Universitário de Altamira e por me dar a grata oportunidade de cursar o mestrado no Programa de Pós-graduação em Geografia desta instituição.

De forma especial, ao meu orientador Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto pela paciência e compreensão na condução e nos desdobramentos desta pesquisa, ao qual permitiu-me a autonomia na produção intelectual. Obrigado por acreditar no meu potencial e pela credibilidade e visibilidade, ao qual, esta pesquisa possa contribuir a outros leitores/pesquisadores.

Também de forma especial, muito especial mesmo, a minha esposa Patrícia Barbosa Nunes, ao qual agradeço profunda e eternamente por estar sempre ao meu lado, me dando forças, puxando a minha orelha, pelas conversas e debates acerca do conceito de território e suas nuances. Muito obrigado!

A senhora Maria Dulcineia Alves dos Santos e ao senhor Alberto Moraes (in memoriam), meus pais, por tão essencial criação e educação que me deste ao longo da vida e por me ensinarem a perseverança, confiança e a nunca desistir dos meus objetivos.

Aos demais familiares, professores do PPGEIO e amigos que acreditam e me incentivaram nessa árdua jornada e a todos que participaram desta minha caminhada acadêmica direta e indiretamente. Aos que contribuíram, torceram, choraram e se alegraram comigo. Obrigado a todos.

Aos moradores do Reassentamento Urbano Coletivo São Joaquim participantes desta pesquisa. Obrigado pelas muitas informações contidas neste trabalho. Vocês foram imprescindíveis para a construção textual desta dissertação. Muito Obrigado!

Por fim, quero deixar o meu agradecimento aos futuros leitores e leitoras deste trabalho de mestrado. Obrigado pelo reconhecimento e apreciação do valor inestimável de minha escrita como contribuição acadêmica a sociedade.

RESUMO

Esta pesquisa aborda questões relativas à territorialidade dos moradores do RUC São Joaquim, em Altamira-PA, após a mudança processada pela hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu. Uma vez que estes possuíam uma organização socioespacial construída no espaço vivido dos baixões da cidade, na qual o empreendedor de Belo Monte denominou de ADA. Neste contexto, considerou-se necessário tentar entender o processo contínuo de construção de pertencimento identitário e a afirmação do princípio de territorialidade na constituição de seu território. Deste modo, a problemática desta pesquisa consiste em responder a seguinte indagação: Como vem se dando a construção das novas territorialidades e a identidade de pertencimento desses sujeitos na construção de seus vínculos territoriais? Para responder tal indagação, a pesquisa tem por objetivo principal analisar o processo de construção dos vínculos territoriais de identidade e pertencimentos a partir dos sujeitos atingidos no RUC São Joaquim. Tendo como objetivos específicos de a) Investigar como eram as relações de pertencimento e sociabilidades entre os sujeitos antes de Belo Monte; b) Entender como se deu o processo de mudança para o RUC São Joaquim e suas consequências para os moradores; e c) Entender as territorialidades dos sujeitos em relação ao RUC São Joaquim, identificando os processos relacionados às multiterritorialidades. A pesquisa possui um caráter explicativo a partir da abordagem qualitativa sobre o tema proposto. O percurso metodológico de estruturação e desenvolvimento desta pesquisa buscou caminhos que não só permitiram a compreensão, mas, a valorização das interpretações dos sujeitos sobre o objeto investigado aliado a parâmetro de coleta e tratamento de dados das informações obtidas em entrevista durante as atividades de campo, que foram analisadas a partir do referencial teórico proposto. Percebe-se assim que os moradores deste RUC apresentam uma realidade cruzada marcado pelo saudosismo da territorialidade que fora percebida, vivida e concebida na ADA, demonstrando uma multiterritorialidade no processo contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização a partir da dinâmica territorial imposta pela UHE Belo Monte.

Palavras-chave: Território; Territorialidades; Multiterritorialidades; Identidades; RUC São Joaquim; UHE Belo Monte.

ABSTRACT

This research addresses issues related to the territoriality of residents of RUC São Joaquim, in Altamira-PA, after the change processed by the Belo Monte hydroelectric plant on the Xingu river. Since they had a socio-spatial organization built in the lived space of the city's lowlands, which the entrepreneur from Belo Monte called ADA. In this context, it was considered necessary to try to understand the continuous process of building identity and the affirmation of the principle of territoriality in the constitution of its territory. Therefore, the problem of this research consists of answering the following question: How has the construction of new territorialities and the identity of belonging of these subjects been taking place in the construction of their territorial bonds? To answer this question, the main objective of the research is to analyze the process of building territorial bonds of identity and belonging from the subjects affected by RUC São Joaquim. Having the specific objectives of a) Investigating what the relationships of belonging and sociability were like between subjects before Belo Monte; b) Understand how the process of moving to RUC São Joaquim took place and its consequences for residents; and c) Understand the territorialities of the subjects in relation to RUC São Joaquim, identifying the processes related to multiterritorialities. The research has an explanatory nature based on a qualitative approach to the proposed topic. The methodological path of structuring and developing this research sought paths that not only allowed understanding, but also the appreciation of the subjects' interpretations of the investigated object combined with the data collection and processing parameters of information obtained in interviews during field activities, which were analyzed based on the proposed theoretical framework. It can be seen that the residents of this RUC present a crossed reality marked by nostalgia for the territoriality that was perceived, lived and conceived in the ADA, demonstrating a multiterritoriality in the continuous process of territorialization, deterritorialization and reterritorialization based on the territorial dynamics imposed by UHE Belo Monte.

Keywords: Territory; Territorialities; Multiterritorialities; Identities; RUC São Joaquim; UHE Belo Monte.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa de Localização Geográfica do RUC São Joaquim.....	13
Figura 2. As Três Vertente de Pensamentos em Haesbaert sobre o Território	16
Figura 3. Esquema do que é Multiterritorialidade em Haesbaert.....	24
Figura 4. Hotel Calango (Rodoviária de Altamira/PA).....	45
Figura 5. Projeto de Intervenções para Altamira – Parque Igarapé Altamira (Antes e Depois)	47
Figura 6. Mapa da Expansão Urbana de Altamira entre 2010 e 2019.....	49
Figura 7. Mapa de Deslocamentos dos Atingidos da ADA para os RUCs	52
Figura 8. Casas em palafitas no assentamento da "Invasão dos Padres	54
Figura 9. Localização das Áreas Preliminarmente Identificadas para Construção dos RUCs	58
Figura 10. Distância dos RUCs em Relação ao Centro da Cidade de Altamira.....	59
Figura 11. Mapa de Localização Geográfica dos RUC.....	60
Figura 12. Modelos de Casas dos RUCs	62
Figura 13. Casas que foram entregues aos realocados	63
Figura 14. Palafita construída no RUC São Joaquim	69
Figura 15. Construções com o reaproveitamento dos materiais das casas da ADA.....	70
Figura 16. Mapa de Localização Geográfica do RUC São Joaquim.....	72
Figura 17. Implantação da Usina Fotovoltaica no RUC São Joaquim	73
Figura 18. Casas do RUC São Joaquim	74
Figura 19. Equipamentos de Serviços de Atendimento à População	75
Figura 20.. Equipamentos de Lazer.....	77
Figura 21. Benfeitorias feitas pelo empreendedor de Belo Monte.....	77
Figura 22. Sistema de Abastecimento de Água.....	78
Figura 23. Atividade Comerciais e de Serviços do RUC São Joaquim	79
Figura 24. Igrejas Existentes no RUC São Joaquim	80
Figura 25. Estabelecimentos Comerciais e de Serviços no Entorno do RUC São Joaquim ...	81
Figura 26. Casas Demolidas nos Baixões de Altamira	89

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: DO TERRITÓRIO À MULTITERRIALIDADE: concepções teóricas..	15
1.1. Olhar geográfico sobre o território e suas múltiplas dimensões	15
1.2. Territorialidades humanas e sociabilidade: constructo inerentes a pesquisa	27
CAPÍTULO 2: BELO MONTE E OS ATINGIDOS NA ÁREA URBANA: uma análise dos RUCS	41
2.1. A Hidrelétrica de Belo Monte e os impactos na cidade de Altamira-PA	41
2.2. A produção dos RUC e alterações nas relações entre os sujeitos	57
CAPÍTULO 3. OS ATINGIDOS POR BELO MONTE: uma análise a partir das multiterritorialidades no RUC São Joaquim	72
3.1. A caracterização geral do RUC São Joaquim	72
3.2. Do território de partida ao território de chegada: conflitos e apropriações	82
3.3. Realidades cruzadas: expressões da multiterritorialidades	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	103
REFERÊNCIAS	109

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa aborda-se sobre como vem se dando a construção das novas territorialidades e a identidade de pertencimento dos atingidos por Belo Monte que residem no Reassentamento Urbano Coletivo São Joaquim, na cidade de Altamira-PA. Tal estudo, refere-se à territorialidade dos moradores deste RUC, uma vez que, estes sujeitos possuem uma organização socioespacial construída neste espaço vivido, correspondente à construção de pertencimento identitário, mas, ao mesmo tempo, visando o poder e a afirmação do princípio de territorialidade na constituição de seu território.

Sabe-se que, o sujeito a partir da apropriação, qualificação em que este vive o processo de espacialização, este também vai se territorializando, uma vez que, estes sujeitos que muitas vezes se organizam e constituem os territórios mobilizando e produzindo o poder (Di Méo, 2007), ocupando a posição de ator ou agente territorializado. Ora, a transformação dos territórios na cidade de Altamira-PA decorrente da apropriação do espaço pelo empreendimento hidrelétrico de Belo Monte, expõem o conflito de territorialidades, a partir da territorialização da barragem - e do processo de desterritorialização/reterritorialização dos seus atingidos (Nunes, 2021), uma vez que, a ação da ocupação humana torna-se uma das manifestações primordiais para o princípio da territorialidade (Heidrich, 2010).

Logo, menciona-se que a implantação da UHE Belo Monte exigiu o reconhecimento dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização simultâneos, visto que, tais processos derivados do conceito de território, ora caracterizados pela perda de territorialidade que havia sido concebida desde o início da ocupação e colonização da cidade de Altamira e a inserção destes em um novo território. Ou seja, a partir do momento em que foram realocados neste RUC tiveram que se adaptar às novas territorialidades impostas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Desta forma, é essencial entender o processo contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização nas configurações multiterritoriais dos moradores deste RUC na articulação da territorialização (processo de apropriação e dominação, concreta ou simbólica) e das territorialidades (identificação e pertencimento, materiais ou simbólicos, das pessoas com o território) dos atores sociais, com as chaves teóricas propostas.

Neste contexto, a problemática desta pesquisa consiste em responder a seguinte indagação: Como vem se dando a construção das novas territorialidades e a identidade de pertencimento desses sujeitos na construção de seus vínculos territoriais? Para responder a esse questionamento, a pesquisa se fundamenta em autores que tratam sobre o tema, discutindo os

conceitos de território e territorialidade para, após a especificação desses conceitos, teceu-se comentários enquanto conceito e expressão singular da multiterritorialidade dos moradores do Reassentamento Urbano Coletivo São Joaquim.

A justificativa desta pesquisa fundamenta-se na necessidade da compreensão do processo contínuo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização a partir da inserção dos impactos da UHE Belo Monte no município de Altamira, no estado do Pará, marcada a priori pela apropriação do território pelo grande empreendimento, em razão do “dito” alagamento de sua área de entorno, que tem como marca direta a retirada de famílias da Área Diretamente Afetada, e principalmente deste elemento como elo de sua representação territorial e de significado simbólico-material de suas vivências espaciais.

Além disto, se fez necessário adotar um olhar geográfico sobre o remanejamento dos sujeitos da ADA, ao qual implicou em uma perda de territorialidade que tinha sido concebida deste o início da ocupação da cidade e a da nova territorialidade imposta para esta população, pois tiveram que ocupar novos espaços, causando rupturas em seus modos de vida e em seus vínculos territoriais.

Diante do que foi apresentado, a pesquisa tem objetivo geral analisar o processo de construção dos vínculos territoriais de identidade e pertencimentos a partir dos sujeitos atingidos no RUC São Joaquim. Tendo por objetivos específicos a) Investigar como eram as relações de pertencimento e sociabilidades entre os sujeitos antes de Belo Monte; b) Entender como se deu o processo de mudança para o RUC São Joaquim e suas consequências para os moradores; c) Entender as territorialidades dos sujeitos em relação ao RUC São Joaquim, identificando os processos relacionados às multiterritorialidades.

Para tanto, a interpretação dada ao conceito de território e territorialidade se dar a partir de autores como Haesbaert (1994; 1997; 2002; 2004; 2005; 2006; 2007; 2014), Heidrich, (1998; 2004; 2006; 2010; 2017; 2022) Sack (1986), Saquet (2003; 2007; 2009; 2015), Souza (1995; 2008; 2009), Sposito (2004), Sposito (2009), entre outros, fundamentando-se no entendimento multidimensional do poder territorial, na dinâmica dos sujeitos e suas apropriações dos espaços, por expressar a constituição de grupo, de configuração de espaços materiais e imateriais mediados pelas relações de poder na transformação e na reestruturação territorial. Assim, com o intuito de compreender como se deu os processos de des-re-territorização buscou-se através do apoio teórico, a formulação de conceitos necessários para responder questões fundamentais para construção desse trabalho.

Quanto à metodologia utilizada na pesquisa, inicialmente, buscou-se leituras bibliográficas em livros, teses, dissertações, artigos sobre a temática e seus conceitos, que

permitiram não só a compreensão, mas, a valorização das interpretações dos sujeitos sobre o objeto investigado. Seguida de trabalho de campo com a realização de entrevistas semiestruturadas com parâmetro para coleta e tratamento de dados e informações que foram analisadas, interpretadas e apresentadas neste trabalho de caráter explicativo a partir da abordagem qualitativa.

Deste modo, o método nesta pesquisa não é hipotético dedutivo, e sim dialético, pois, foi necessário buscar as determinações para encontrar os fundamentos para explicar o fenômeno analisado. Porém, em princípio, acreditava-se que, como aproximação, a territorialidade possuía mudanças qualitativas que foram analisadas de modo qualificado como relações comunitárias, relações de vizinhança, relações simbólico-religiosas, dentre outras. O espaço do RUC, apesar de apresentar uma estrutura diferenciada do ponto de vista urbanístico, acabou por gerar relações mais distantes em relação aos membros daquela comunidade, afetando as territorialidades.

A abordagem qualitativa desta dissertação procurou conhecer a realidade segundo a perspectiva dos participantes da pesquisa e utilizou de metodologia que objetivou a descoberta, identificação e a descrição detalhada e aprofundada do objeto estudado, sendo que, o enfoque interpretativo aqui assumido assemelhar-se-á a partir do que diz Martins (1994), ao considerar que a dialética se apoia numa concepção dinâmica da realidade e das relações entre sujeito e objeto.

Assim e de acordo Gil (1999) e Lakatos; Marconi, (1993) o método dialético, empregado em pesquisa qualitativa, “considera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, político, econômico, etc, na qual, as contradições se transcendem dando origem às novas contradições que requerem soluções. Entretanto, utiliza-se nesta pesquisa a abordagem dialética marxiano, pois, o

método dialético de Marx tem como sujeito o próprio real, a lógica da coisa e não a coisa da lógica, do conceito, razão pela qual ele nem é um método subjetivista, tal como o idealismo especulativo acrítico e abstrato, que pressupõe um pensamento autonomizado enquanto demiurgo do real, isto é, um sujeito que dá, a partir da ideia, sentido à realidade, tomando-a como um caos desordenado, nem um método puramente objetivo, como o empirismo acrítico, o positivismo, que toma o pensamento como atividade passiva e a realidade como algo já acabado, pronto, dada imediatamente pela experiência direta, assumindo e ratificando ingenuamente a sua existência empírica, positiva (Chagas, 2011, p. 56).

Logo, entende-se que análise dialética parte da realidade concreta de um sujeito que a produz, transformando-a e recriando-a conforme sua necessidade. Desta forma, utiliza-se o método dialético para analisar os moradores do Reassentamentos Urbanos Coletivos São

Joaquim, considerando o seu processo contínuo de des-re-territorialização a partir da UHE Belo Monte, tendo este RUC como a representação de novas espacialidades dos reassentados, construídas em decorrência da reestruturação da cidade de Altamira, como parte do processo de (re)produção do espaço na perspectiva materialista.

Para além do método, ora apresentado, os procedimentos metodológicos que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa se deu de levantamento, leitura e análise bibliográficas e de documentos oficiais, relatórios técnicos, livros, trabalhos científicos disponíveis que contemplam a abordagem geográfica para embasamento teórico à luz dos conceitos de território e dos processos contínuos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização e dos vínculos territoriais construídos por quem sofreu os impactos gerados pela UHE Belo Monte.

Bem como, a realização de atividades de campo, que primeiramente se deu para observações empíricas sobre a área estudada e a aproximação direta junto aos moradores do RUC São Joaquim, para conhecer a realidade destes. Em um segundo momento foram realizadas entrevistas (aberta e semiestruturadas) a partir de um questionário aplicado aos moradores do RUC de diversas faixas etárias para ter uma visão mais sistêmica da realidade local.

Desta feita, foram realizadas vinte e três visitas às famílias no período que compreende o mês de junho a outubro de 2023. O critério de escolha das casas visitadas foi aleatório, tendo em vista as características atuais do RUC (casas muradas ou fechadas). Para elegibilidades das análises apresentadas neste trabalho, levou-se em consideração as famílias remanejadas que, no momento da negociação da indenização, escolheram a casa no RUC São Joaquim como opção indenizatória, totalizando 12 entrevistados (entre homens e mulheres) de 25 a 67 anos de idade. Pois, constatou-se que muitos dos atuais moradores deste RUC são outros, pois compraram casas dos primeiros donos.

Salienta-se que, na atividade de campo, houve muitas dificuldades para a realização das entrevistas, pois muitos dos moradores deste RUC não quiseram participar da pesquisa, ora, por acharem que o pesquisador fosse funcionário do empreendedor de Belo Monte, mesmo com toda a explicação dada sobre a pesquisa e qual instituição o pesquisador pertencia. Outro fator de dificuldade foram as muitas casas muradas que por mais que bater-se e/ou chamasse-se não houve quem atendesse. Contudo, os dados e informações coletadas foram analisadas apoiadas na metodologia definida para esta pesquisa.

Quanto à caracterização da área de estudo, o lugar empírico escolhido para desenvolver a pesquisa foi Reassentamento Urbano Coletivo São Joaquim, conforme já mencionado. O RUC está localizado à margem esquerda da rodovia BR-230 (Transamazônica), sendo, o

segundo reassentamento a ser entregue pelo empreendedor Belo Monte e a reassentar a população da ADA e é também, o segundo maior bairro construído como condicionante da UHE Belo Monte. A seguir é apresentado o mapa de localização do RUC São Joaquim.

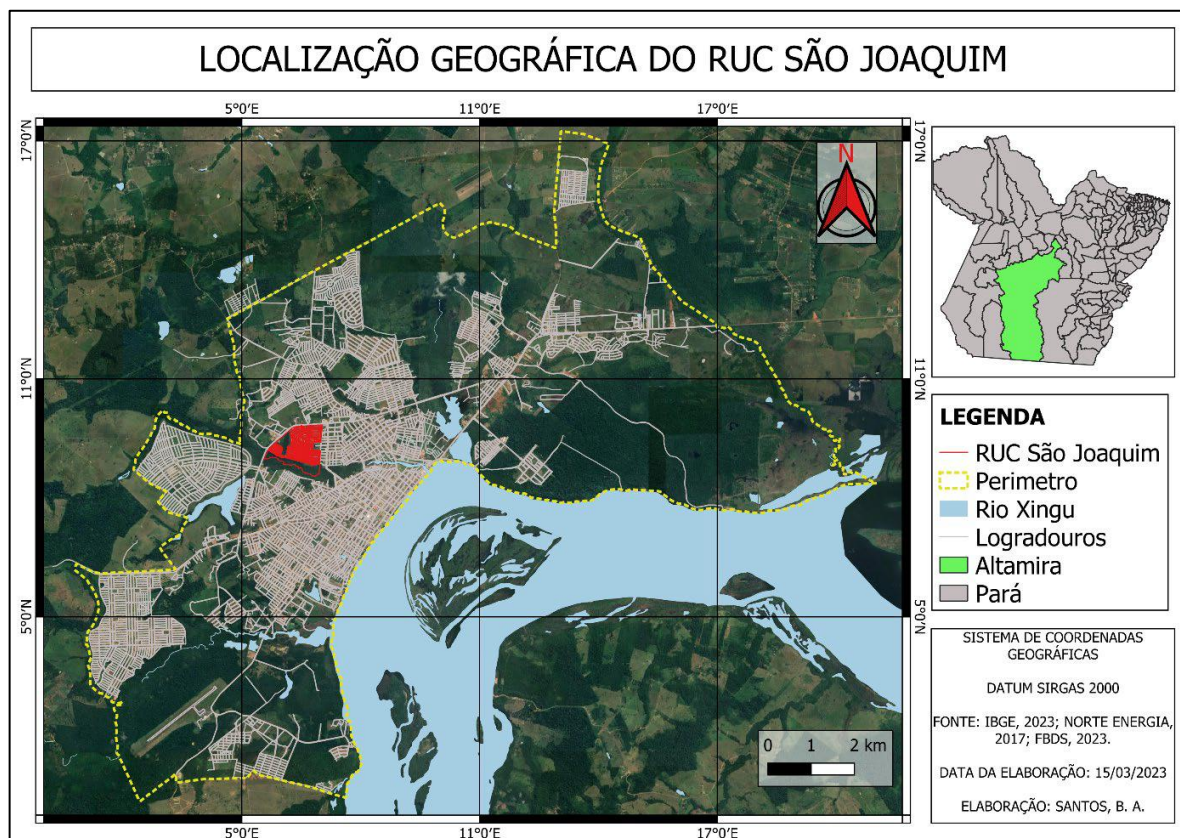


Figura 1. Mapa de Localização Geográfica do RUC São Joaquim.

Fonte: Norte Energia, 2013; IBGE, 2023.

Inicialmente este RUC foi estimado em 1.041 lotes. Deste total de lotes estimados, 104 lotes foram destinados a vila de funcionários que atualmente está dando lugar a cinco usinas fotovoltaicas de geração e distribuição de energia a partir de painéis solares. De acordo com Miranda Neto (2015) e Alves e Coelho (2020), atualmente este RUC possui 827 unidades habitacionais de 60m² com uma infraestrutura composta por dois quartos, uma suíte, sala/cozinha, banheiro social e área de serviço.

O empreendedor de Belo Monte, organizou este RUC em ruas (os nomes das ruas se davam por números, a exemplo rua 1, rua 2, etc. até o ano de 2019), em setores e quadras. A partir do ano de 2019, as ruas receberam nomes de plantas, como Rua Preciosa (antiga rua 8), rua Alecrim (antiga rua 10), bem como, o Código de Endereçamento Postal (CEP). No centro do bairro estão localizados os equipamentos de serviços destinados ao atendimento da população, como a Unidade Básica de Saúde, CRAS e a escola.

Ainda na parte central deste RUC estão a quadra poliesportiva e o sistema de abastecimento de água. Da parte do empreendedor, para o atendimento da população tem-se o Centro Regional de Educação Ambiental do Xingu (CREAX), situado na rua Preciosa, nº 393, ao qual tem como objetivo desenvolver atividade de educação ambiental através de cursos e palestras e da construção de hortas comunitárias e escolares.

Em síntese, este trabalho está organizado em introdução, capítulos 1, 2 e 3 com suas respectivas seções, além das considerações finais. Assim, no Capítulo 1, intitulado “DO TERRITÓRIO À MULTITERRIALIDADE: concepções teóricas”, apresenta-se a discussão teórica-conceitual para embasamento e entendimento de questões inerentes ao conceito de território e suas múltiplas nuances, como o conceito do processo contínuo de multiterritorialidade através da concepção da des-re-territorialização. A estrutura deste capítulo consiste na discussão teórica que fundamenta todo escopo da dissertação, tendo como propósito elucidar as problemáticas discutidas e apresentadas neste trabalho através de uma revisão bibliográfica sobre o tema abordado.

Por sua vez, o capítulo 2, “BELO MONTE E OS ATINGIDOS NA ÁREA URBANA: uma análise dos RUCs”, sintetiza os principais impactos gerados em Altamira oriundos da implantação da UHE Belo Monte, caracterizando a produção dos RUC e as alterações nas relações entre os sujeitos que foram retirados da ADA. Em suma, este capítulo além da caracterização dos impactos na cidade, expõe as novas dinâmicas territoriais e os conflitos de apropriação territorial imposta aos atingidos por Belo Monte através do processo de des-re-territorialização ocasionada pelo grande empreendimento “dito” de desenvolvimento.

Já no capítulo 3, “OS ATINGIDOS POR BELO MONTE: uma análise a partir das multiterritorialidades no RUC São Joaquim,” faz abordagem da caracterização organizacional atual do RUC São Joaquim, apresentando o processo de saída do território dos baixões de Altamira, bem como, o de chegada neste RUC e as suas realidades cruzadas, destacando os processos de conflitualidades territoriais através dinâmicas impostas pelas a UHE Belo Monte de apropriação do território pelos moradores que participaram desta pesquisa.

De modo final, este trabalho tem a finalidade de contribuir para o entendimento das transformações ocorridas em Altamira, especificamente com o fim dos territórios dos baixões e da produção dos RUCs, apresentando especificamente o processo contínuo da multiterritorialidade dos atingidos por Belo Monte que optaram pela realocação no RUC São Joaquim, demonstrando como esses atores sociais atuam sobre o território em que viver atualmente, buscando entender como está a vida das famílias atualmente neste reassentamento.

CAPÍTULO 1: DO TERRITÓRIO À MULTITERRIALIDADE: concepções teóricas

Este capítulo tem como propósito fazer a discussão teórica-conceitual que serve de base para as análises da realidade dos atingidos por Belo Monte que foram realocados nos RUCs. A intenção é estabelecer reflexões sobre o território para compreender, analisar e explicar este conceito, fundamentando assim a teoria desta pesquisa.

Neste capítulo, abordam-se questões inerentes ao conceito de território e suas múltiplas nuances, visando elucidar as principais problemáticas discutidas neste trabalho através de uma revisão bibliográfica sobre o tema. A estrutura deste capítulo consiste na discussão teórica que fundamentará todo escopo da dissertação.

1.1. Olhar geográfico sobre o território e suas múltiplas dimensões

O conceito de território e suas derivações constitui-se em um dos cinco conceitos-chave da Geografia e é atualmente debatido e discutido como mais uma forma de analisar a realidade. O território é o recorte espacial definido por relações de apropriação, poder e de controle sobre recursos e fluxos baseado em aspectos políticos, econômicos e culturais (Haesbaert, 2006; Saquet, 2007; Sposito, 2004), sendo um dos principais adotados para compreender a relação entre a sociedade e seu espaço (Haesbaert, 2004).

Uma das principais características do conceito de território, é a delimitação, que consiste na definição dos limites geográficos do espaço ocupado por grupo humano. Essa delimitação pode se dar de formas celebradas e está diretamente relacionada ao estabelecimento da identidade e da soberania de um grupo, seja ele uma nação, um estado ou uma tribo.

Assim, o território contém formas diversas de apreensão e de manifestação individual e coletiva de um Estado, grupo cultural, classe social ou atividade econômica. Neste sentido, o território é fruto da ação dos atores sociais, os quais dominam e se apropriam dos espaços, transformando-os em território, o que se dá a partir das relações de poder entre os atores sociais (Haesbaert, 2004, 2005, 2007, 2007a). Ou seja, ao habitar um espaço e tomar consciência deste, as pessoas o transformam em um território (Haesbaert, 2007).

Nesta perspectiva, Sousa (2013) acentua que o

território [...] é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou quem produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço. Estes aspectos podem ser de interesse

crucial importância para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por torná-lo ou mantê-lo (...), mas o verdadeiro Leitmotiv traz embutida, ao mesmo tempo um ponto de vista não interessado em escamotear conflitos e contradições sociais, a seguinte questão inseparável, uma vez que o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como? (Souza, 2013, p. 89).

Souza (2013) compreende o território “como uma projeção espacial de uma relação de poder, o território, é no fundo, em si mesmo uma relação social” (Souza, 2013, p. 35). Saquet (2010) aborda as múltiplas faces do território, que na sua abordagem de análise podem ser agrupadas em pelo menos quatro vertentes: a) uma relacionada ao território do cotidiano; b) outra dizendo respeito ao território das trocas; c) uma terceira compreendendo um território de referência (referimento) e; d) finalmente, uma vertente associada ao que denomina território sagrado (Saquet, 2010, p. 150). Haesbaert: (2004) acerca do conceito do território, leva em consideração três vertentes de pensamento, sendo “jurídico político, cultural e econômica”, as quais são necessárias para fazer as interligações para melhor compreender conceito de território.

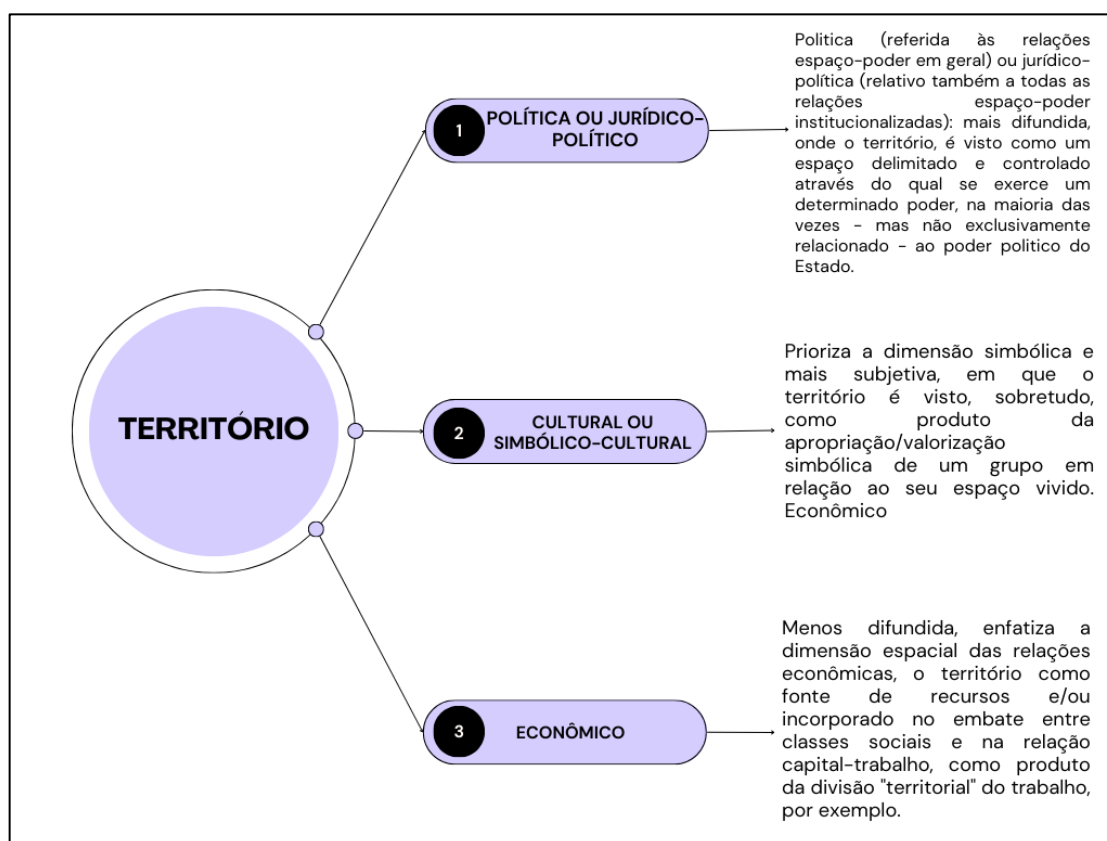


Figura 2. As Três Vertente de Pensamentos em Haesbaert sobre o Território

Fonte: Haesbaert (2004. P. 40). Elaborado pelo autor

De forma sintética, as várias noções de território na perspectiva de Haesbaert (1995); Haesbaert e Limonad, (2007), sobre essas três vertentes são apresentadas na figura 2. De acordo

com Haesbaert (2006), o território pode ser entendido a partir dos termos (i) políticos e/ou político-jurídicos e históricos, quando se refere à ação do Estado; em termos (ii) econômicos, quando este estar associado à apropriação econômica dos espaços, derivada da divisão territorial do trabalho e da luta de classes; e, em (iii) termos culturais, identificado com relações simbólicas – individuais ou coletivas – com o espaço.

Haesbaert (1994, 2004, 2005, 2007a) defende ainda que o território envolve simultaneamente “materialidade e simbolismo”, sendo entendido como um espaço delimitado e controlado que é repleto de apropriações identitárias e representativas, relacionada aos processos de construção e constantes transformações do espaço geográfico e sua definição concreta depende da corrente de pensamento, contudo sua conceituação está comumente associada a relação de poder em determinada porção do espaço (Neves, 2019, p. 28).

Para Porto Gonçalves (2006) o território é um espaço construído pelos indivíduos, sendo que a sociedade e o território são indissociáveis. Já Costa (1998) afirma que o território deve ser um espaço definido onde são necessárias organizações, formas de trabalho, política, economia e cultura de grupo, que define esse espaço. Os autores citados concordam com Raffestin (1993), Haesbaert (2005) e Souza (2008), pois todos consideram o território como um espaço construído ou em alguns casos em construção. Sendo assim, o território é um lugar onde se localizam elementos comuns a um determinado povo, sem os quais seria difícil construir e manter a identidade dos sujeitos e de sua comunidade.

Nunes (2021, p. 17) corrobora com esta assertiva ao dizer que o território é compreendido como fruto das forças exercidas sobre ele e das diferentes relações de poder existentes nele. Ou seja, o território está ligado à subjetivação individual e/ou coletiva, conforme cita Guattari (1985),

Os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando ligado mais às relações funcionais de toda espécie. O espaço funciona como uma referência extrínseca em relação aos objetos que ele contém. Ao passo que o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita (Guattari, 1985, p. 110).

Neste sentido, o território é produzido espacialmente e temporalmente pelas relações de poder engendradas por um determinado grupo social, sendo este temporário ou permanente e que este se efetiva em diferentes escalas e não apenas naquela convencionalmente (Candiotto, 2004, p. 81). Ou seja, é historicamente construído, remetendo a diferentes contextos e escalas como a casa, o escritório, o bairro, a cidade, a região, a nação, o planeta. Portanto, o território

não se reduz então à sua dimensão material ou concreta, ele é, também, “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” (Souza, 2008, p. 86) que se projetam no espaço.

Desta forma, ressalta-se que o território é uma produção a partir do espaço, revelando relações marcadas pelo poder, que é exercido por pessoas ou grupos e está intrínseco em todas as relações sociais, assumindo significados distintos em cada formação socioespacial. Assim, em Santos e Silveira (2010) entende-se por território a extensão apropriada e usada.

Nesta perspectiva, Saquet (2015) destaca que a materialidade do território não está somente em uma base material, mas que está se dando através das relações sociais, ou seja, o território é produto das organizações sociais. Desta maneira, os territórios são socialmente construídos e seus efeitos dependem de quem está controlando quem e para quais propostas (Saquet, 2015, p. 84).

Assim, entende-se que o território é visto como a área geográfica que resulta da aplicação de estratégias para afetar, influenciar e controlar pessoas e relações. Portanto, o território nada mais é do que uma ação conduzida, construída espacialmente sobre um espaço natural, a partir da produção e da relação do poder sobre um determinado espaço.

Desta forma, ao habitar um espaço e tomar consciência, as pessoas o transformam em um território (Haesbaert, 2007), uma vez que o desejo de dominação territorial é histórico e se refaz de acordo com contextos específicos ao se apropriar de determinada área como seu espaço de vivência e atuação na ocupação física do espaço, com a presença e a identidade do grupo.

Haesbaert (2005), torna esta discussão ainda mais complexa, ao dizer que o

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. (Haesbaert, 2005, p. 6774-6775).

Nesta perspectiva, Haesbaert (2005) direciona para a dualidade comum para se definir território, apontando para a existência de significados concretos e simbólicos na construção de relações de poder. No que diz respeito ao aspecto concreto, este é representado pelo domínio e no aspecto simbólico a apropriação. No entanto, essa apropriação simbólica que só pode existir com a interferência dos sujeitos, pois são eles que se apropriam simbolicamente do território, criando e recuperando símbolos específicos e necessários para a construção deste território.

Desta forma, é essencial

compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que

realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” (Raffestin, 1993, p.143).

Nesta dinâmica, Raffestin (1993, p. 143) diz que “espaço e território não são termos equivalentes”, porém, o espaço é anterior ao território, à medida que o ator age no espaço, este vai construindo o território e se territorializando. Ambos, território e territorialização, envolvem relação de poder, seja ela a mais explícita de dominação, ou a mais implícita de apropriação (Haesbaert, 2005). Portanto, dele ainda dependem as relações econômicas, políticas, religiosas e subjetivas. É preciso considerar que o território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação (Heidrich, 2004, p. 39).

Considerando que a mais primordial ação humana que envolve a manifestação do princípio de territorialidade é a ocupação, que implica no fator geográfico, em termos de espaço absoluto e relativo. Assim, se em determinado espaço surgem localizações diversas, o fato em si já implica na condição relacional, mesmo que a efetivação desta seja pelo estranhamento (Heidrich, 2010).

Sack (1986) também se esforçou em apontar para uma definição de território e em sua perspectiva, a territorialidade é algo enraizado social e geograficamente, estando relacionada à maneira com que as pessoas usam o meio e organizam-se no espaço e como dão sentido ao lugar. O autor atesta que a territorialidade é uma estratégia de controle, utilizando-se de suas multiescalas e para variação temporal. O autor ainda se refere a territorialidade, “como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (Sack, 1986, p. 219).

Em suma, a territorialidade é um uso sensato do espaço historicamente, sendo o componente geográfico para entender-se como a sociedade e espaço estão inter-relacionados, podendo ser definida como um conjunto de relações originadas a partir da tríade sociedade-espaço-tempo, com o objetivo crescente de se buscar autonomia associada aos recursos de um sistema. Nesta assertiva, entende-se que a territorialização dos espaços, tomados como territórios, representam as contradições e os conflitos das relações sociais, por meio das forças e poderes dos agentes.

Desta forma, a partir de Saquet (2009), entende-se que a

territorialização constitui e é substantivada, nesse sentido, por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidade. A

territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades (Saquet, 2009, p. 83).

Portanto, é preciso primeiramente distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc (Haesbaert, 2007, p. 4). E, que se apenas parte destas características estão presentes [...] podemos considerar a ocorrência do seu princípio, ou seja, do princípio da territorialidade (Heidrich, 2004, p. 39). Embora saiba-se que todo território é dotado de uma territorialidade, nem toda territorialidade exige um território no seu sentido material (Haesbaert, 2009). Sendo possível conceber o território transcendendo uma fronteira espacial para além de um aspecto físico e geográfico.

Para Raffestin (1993), a territorialidade reflete a perspectiva de multidimensionalidade do vivido territorial por membros de uma coletividade social, sendo a partir das relações de poder estabelecidas entre atores nas suas relações com a natureza e sociedade, visto que a territorialidade pode ser definida também como o próprio conteúdo do território, suas relações sociais cotidianas que dão sentido, valor e função aos objetos espaciais. Essas territorialidades são associadas aos diferentes tipos de usos do território. (Ianni, 1992; *apud* Neves, 2002).

Para Saquet (2009), a territorialização

constitui e é substantivada, nesse sentido, por diferentes temporalidades e territorialidades multidimensionais, plurais e estão em unidade. A territorialização é resultado e condição dos processos sociais e espaciais, significa movimento histórico e relacional. Sendo multidimensional, pode ser detalhada através das desigualdades e das diferenças e, sendo unitária, através das identidades (Saquet, 2009, p. 83).

Já Neves (2019, p. 33) diz que

a territorialidade, está se dá pelo poder estabelecido das relações econômicas e culturais, do indivíduo ao grupo de um determinado território, mesmo que seja num curto espaço de tempo, no e do espaço geográfico tanto no campo material quanto imaterial das relações (Neves, 2019, p. 33).

Destarte, território ou uma territorialidade muito embora relacionados, são diferentes e não podem ser inseridos em uma mesma definição. Entretanto, menciona-se que estes se dão pela maneira como os sujeitos constroem, conduzem e/ou exercem o controle social através de sua territorialização, materializando-se nas formas de uso e apropriação do espaço, caracterizando seus modos de vida e a identidade territorial dos mais diversos grupos e sujeitos

sociais. E isto se dá a partir do contexto histórico, o modelo de cultura, de sociedade, de grupo social ou até mesmo de indivíduo do qual estão inseridos.

Assim, a territorialidade carrega relações imbricadas no controle do acesso e da apropriação de determinado espaço e são intrinsecamente marcadas por relações de poder, tanto materiais como simbólicos e em diferentes escalas que este se manifesta. Desta forma, a territorialidade humana não é um instinto, nem um poder essencialmente agressivo, mas a primeira expressão geográfica do poder, ao qual, pode ser afirmada por e de diversas formas, sendo que, a territorialidade não pode existir a não ser que exista uma tentativa individual ou de grupo no sentido de afetar a interação dos outros (Silva, 2011, p. 27).

Nesta assertiva, entende-se que a territorialidade pode ser expressa em espaços e tempos distintos e, às vezes, simultâneos, como é o caso dos centros urbanos, com as territorialidades do comércio entrecruzadas pelas territorialidades das tribos urbanas, do trânsito, das igrejas, enfim, com a justaposição de territorialidades sagradas e profanas (Fuini, 2014, p. 230).

Daí, compreende-se que a

Territorialidade como concepção mais ampla que território, que o engloba (a todo território corresponderia uma territorialidade, mas nem toda territorialidade teria, necessariamente, um território), territorialidade tanto como uma propriedade de territórios efetivamente construídos quanto como —condição (teórica) para a sua existência. [Por sua vez a] territorialidade como sinônimo de território, [se refere a] qualidade inerente à existência, efetiva, do território, [ou seja] como condição de sua existência. A territorialidade como concepção claramente distinta de território, pode se apresentar em dois sentidos: a) territorialidade como domínio da imaterialidade, como concepção distinta de território, (este compreendido como material e concreto); b) territorialidade como domínio do —vívido ou do não institucionalizado, frente ao território como espaço formal institucionalizado (implicando assim uma visão mais estrita de território, a partir de sua dimensão jurídico-política, formal) (Haesbaert, 2007a, p. 26).

Considerando que as concepções de territorialidade entendida por Haesbaert (2007a), esta não ocorrem desvinculadas da concepção de território que se deseja trabalhar, ao qual pode-se perceber que a territorialidade se apresenta em diferentes perspectivas que vão desde uma concepção mais ampla de território, perpassando pela abordagem que diferencia território e territorialidade, até a territorialidade como algo mais restrito. Portanto, uma simples dimensão do território.

Por sua vez, Bonnemaison (1981 *apud* Holzer, 1997, p. 83) estabelece uma relação entre os conceitos de território e de lugar, ao qual o autor conceitua o território como um conjunto de lugares hierárquicos, onde os grupos vivem uma ligação entre si. Assim, a territorialidade engloba os conceitos de mobilidade e de fixação, lugares e itinerários.

Johnston (1994) corrobora ao dizer que

É um termo geral utilizado para descrever uma porção do espaço ocupado pela pessoa, grupo ou Estado. Quando associado com o Estado o termo tem duas conotações específicas. A primeira é aquela da soberania territorial, através da qual um Estado reivindica controle de legitimidade exclusivo sobre uma dada área definida por fronteiras claras. A segunda conotação refere-se ao fato de que uma área não está inteiramente incorporada na vida política de um Estado [...]. Em muitas formas de uso em Geografia Social, o território refere-se a um espaço social definido ocupado e utilizado por diferentes grupos sociais como uma consequência de sua prática de territorialidade ou o campo de força exercitado sobre o espaço pelas instituições dominantes. Deste ponto de vista, o território pode ser utilizado como o equivalente a cada conceito espacial como lugar e região (Johnston, 1994, p. 620).

Portanto, territorialidade refere-se à interseção de espaço, lugar e relações sociais, e de como essas dinâmicas moldam as experiências, identidades e relações de poder de indivíduos e grupos, explorando a sua natureza multifacetada e os vários fatores que contribuem para a formação, contestação e implicações dos territórios. Neste sentido, a territorialidade permeia as relações de poder político, marcadas pelo movimento das relações sociais e pela complexidade das forças produtivas, e os símbolos de diferentes grupos sociais envolvem tanto a dinâmica econômica quanto seus sujeitos sociais (Neves, 2019).

Em Souza (1995) entende-se a territorialidade como uma espécie de comportamento espaço-territorial de um grupo social, já que estas não são fixas ou estáticas, estando estas sujeitas a contestações e conflitos. Sendo que, os principais elementos encontrados na territorialização, também são encontrados na desterritorialização, já que, com perdas, ocorre a reconstrução de identidades e vínculos de pertencimentos. Ou seja, quando há mudanças nas relações de poder, novas relações sociais surgem, portanto, os sujeitos que sofrem a desterritorialização de certa forma são reterritorializados (Saquet, 2003).

Nesta perspectiva, é essencial entender que

A desterritorialidade seria, portanto, resultado de um processo de desterritorialização, na perspectiva do desenraizamento dos produtos, capitais, mão de obra e, sobretudo, de grupos étnicos, lealdades ideológicas e movimentos políticos em processos de transferências de fronteiras ou desmantelamento de identidades territoriais. Trata-se de um processo de transferência de fronteiras, raízes, centros decisórios e de pontos de referência nas esferas econômica, política e cultural (Ianni, 1992; *apud* Neves, 2002).

É neste sentido que Haesbaert (2005) diz que quando ocorre uma desterritorialização, como resposta, há simultaneamente um processo de reconfiguração territorial. Ou seja, sempre que grupos sociais abandonam ou são forçados a deixarem seus territórios, temos o processo de desterritorialização, podendo ser social e/ou natural, e quando isto acontece, tem-se um novo

processo de territorialização, pois, este mesmo grupo social, passam a ocupar novos recortes territoriais, ocorrendo um processo de reterritorialização, construindo-se novos elos, novos vínculos com o local onde se inseriram, configurando-se assim, as novas territorialidades.

Neste cenário, a dinâmica das relações sociais estabelece territorializações, desterritorializações e reterritorializações. Ou seja, estes processos de configurações territoriais, ao quais expressam múltiplos territórios e multiterritorialidades (Silva, 2014, p. 55). Assim, os

territórios plurais se manifestam de duas maneiras diferentes: através da multiplicidade de territórios e da pluralidade de jurisdições (territorialidades). A pluralidade de territórios, pode ser entendida de duas formas nos “territórios plurais”, uma no conjunto justaposto de territórios e outra no conjunto superposto de vários territórios. A territorialidade, não é vista como algo concreto, sendo abstrata. Por fazerem uma separação entre o território material e o simbólico, muitos não conseguem compreender a diversidade da “multiterritorialidade” existente (Corrêa *et al*, 2021, p. 324).

Desta forma, é importante compreender que

Multiterritorialidade (ou multiterritorialização se, de forma mais coerente, quisermos enfatizá-la enquanto ação ou processo) implica assim a possibilidade de acessar ou conectar, num mesmo local e ao mesmo tempo, diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma ‘mobilidade concreta’, no sentido de um deslocamento físico, quanto ‘virtual’, no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço (Haesbaert, 2004, p. 343-44).

E que

A existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade” (Haesbaert, 2004, p. 344).

É importante mencionar que os símbolos, também definem, demarcam, e garantem a posse material do território, sendo que

Essas dinâmicas se desdobram num continuum que vai do caráter mais concreto ao mais simbólico, sem que um esteja dicotomicamente separado do outro. No caso de um indivíduo ou grupo social mais coeso, podemos dizer que eles constroem seus (multi) territórios integrando, de alguma forma, num mesmo conjunto, sua experiência cultural, econômica e política em relação ao espaço (Haesbaert, 2006, p. 341).

Haesbaert (2006) reivindica o uso da noção de multiterritorialidade à dinâmica combinada de múltiplos territórios em termos de justaposição e convivência da diversidade territorial representada pelas dimensões sociais, escalas e dinâmicas. Desta forma, a multiterritorialidade é decorrente um processo contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, conforme esquema abaixo.

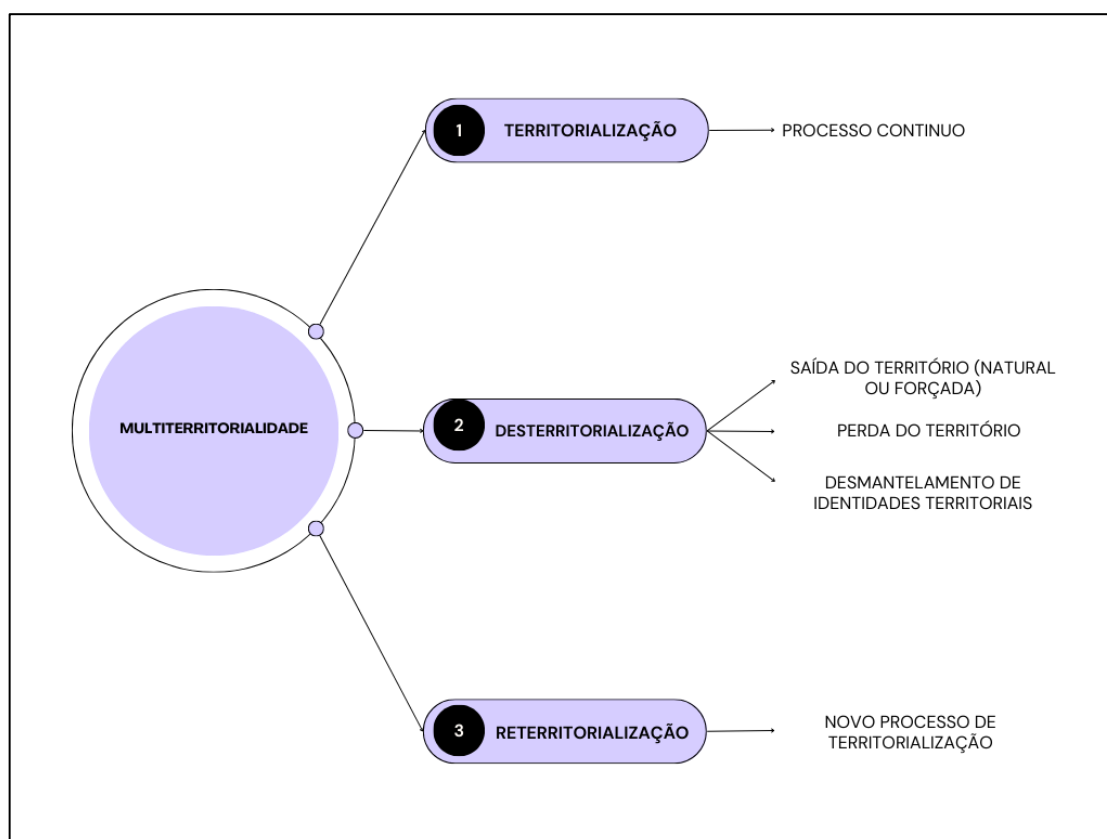


Figura 3. Esquema do que é Multiterritorialidade em Haesbaert

Fonte: Baseado em Haesbaert (1997, 2001a, 2002a, 2004). Elaborado pelo autor

Ao teorizar quanto aos processos de des-re-territorialização, Haesbaert considera que

Multiterritorialidade aparece como uma resposta a esse processo identificado por muitos como “desterritorialização”: mais do que a perda ou o desaparecimento dos territórios, propomos discutir a complexidade dos processos de (re)territorialização em que estamos envolvidos, construindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade (Haesbaert, 1997, 2001a, 2002a, 2004).

Segundo o autor, a multiterritorialidade é “a forma dominante, contemporânea ou 'pós-moderna' da reterritorialização” (Haesbert, 2004, p. 338). Portanto, a multiterritorialidade manifesta-se na experimentação simultânea de vários territórios, formando uma territorialização efetivamente múltipla, em que cada interação significa interação territorial,

assim, uma interseção de diferentes territórios. Ou seja, as diversas configurações territoriais presente na contemporaneidade.

Igualmente, Fuini (2014) salienta que

Além disso, essa multiterritorialidade é criada através de identificações variadas, tanto no sentido de uma consciência multi ou pluriescalar, com múltiplos espaços de referência identitários fomentados pelo domínio dos fluxos e mobilidade em um mundo de relações instantâneas; quanto pela égide da flexibilidade nas relações de trabalho e de produção, levando à deslocalização econômica e a hibridização cultural que dificulta a formação clara de identidade culturais (Fuini, 2014, p. 244).

Já Barel (1986) diz que o

O homem, por ser um animal político e um animal social, é também um animal territorializador. Diferentemente, talvez, de outras espécies animais, seu trabalho de territorialização apresenta, contudo, uma particularidade marcante: a relação entre o indivíduo ou o grupo humano e o território não é uma relação biunívoca. Isto significa que nada impede este indivíduo ou este grupo de produzir e de “habitar” mais de um território. (...) é raro que apenas um território seja suficiente para assumir corretamente todas as dimensões de uma vida individual ou de um grupo. O indivíduo, por exemplo, vive ao mesmo tempo ao seu “nível”, ao nível de sua família, de um grupo, de uma nação. Existe, portanto, multipertencimento territorial (Barel, 1986, p. 135).

O autor ao falar da multiterritorialidade, trata do tema em um sentido mais amplo, resultando da sobreposição de territórios. Já Haesbaert (2005) trata a multiterritorialidade como expressão da sobreposição de várias territorialidades, hierarquicamente articulados ou “encaixados”. Para o autor, a multiterritorialidade se refere à ideia de um território em movimento, um território dinâmico, que pode estar associado a grupos ou à multidão.

Assim, a multiterritorialidade é as diversas configurações territoriais presente na contemporaneidade em um processo contínuo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e estes processos de configurações territoriais expressam múltiplos territórios, bem como, a multiterritorialidades. Contudo, faz-se necessário diferenciá-lo de múltiplos territórios. Entretanto, a multiplicidade de territórios é condição para a constituição da multiterritorialidade.

Em Lacoste (1988), tem-se a espacialidade advinda de uma multiplicidade de representações espaciais oriundas das diversas dimensões socioespaciais. O autor fala que

O desenvolvimento desse processo de espacialidade diferencial se traduz por essa proliferação de representações espaciais, pela multiplicação das preocupações concernentes ao espaço (nem que seja por causa da multiplicação dos deslocamentos). Mas esse espaço do qual todo mundo fala, ao qual nos referimos todo tempo, é cada vez mais difícil de apreender globalmente para se perceber suas relações com uma política global (Lacoste, 1988, p. 50).

De acordo com Lacoste, as diferentes representações do espaço estão no cotidiano, na sua forma mais reduzida, presente no dia da cidade, do bairro, da rua, uma vez que, as sociedades dependem desses espaços pelas quais indivíduos e grupos moldam e são moldados pelos espaços que ocupam, já á que, a

multiterritorialidade contemporânea demonstra que é necessário promover a multiterritorialização, levar em conta seu caráter simbólico, compreender a relação entre espaço-tempo, e até que ponto acontece a conexão de múltiplos territórios em rede e a formação de territórios-zona e territórios-rede (Corrêa *et al*, 2021, p. 326).

pois, este processo é

Resultante do domínio de um novo tipo de território, o território-rede em sentido estrito. Aqui, a perspectiva euclidiana de um espaço-superfície contínuo praticamente sucumbe à descontinuidade, à fragmentação e à simultaneidade de territórios que não podemos mais distinguir claramente onde começam e onde terminam ou, ainda, onde irão “eclodir”, pois formações rizomáticas também são possíveis (Haesbaert, 2004, p. 348).

Neste sentido, pode se dizer que a “multiterritorialidade integra uma mudança tanto qualitativa quanto quantitativa, pois existe a grande possibilidade de se combinar a intervenção, a vivência, de diferentes territórios” (Corrêa *et al*, 2021, p. 325). Porém, como explica Haesbaert (2014), sobre as diferenciações dentro da própria dinâmica de “multiterritorialização”, sendo necessário distinguir

- Os agentes que promovem a multiterritorialização e as profundas distinções em termos de objetivos, estratégias e escalas, sejam eles indivíduos, grupos socioeconômicos ou culturais, instituições, o Estado ou as empresas.
- O caráter mais simbólico ou mais funcional da multiterritorialidade tal como no que se refere à definição de território, ela aparece ora com uma maior carga simbólica (como no caso das grandes diásporas de imigrantes), ora com maior carga funcional (como no caso das redes do megaterrorismo global); no primeiro caso é importante analisar também as múltiplas identidades territoriais (territorialidades num sentido cultural) nela envolvidas.
- Os níveis de compressão espaço-tempo (e, conseqüentemente, de tele-ação) nela incorporados, ou seja, as múltiplas geometrias de poder dessa compressão, bem como o sentido potencial ou efetivo de sua realização.
- O caráter contínuo ou descontínuo da multiterritorialidade, até que ponto ela ocorre pela justaposição (ou *encaixe"), num mesmo espaço, de múltiplos territórios (ou, por outro lado, pela vivência de "territórios múltiplos"), e até que ponto ela corresponde à conexão de múltiplos territórios, em rede (identificando então, tal como na distinção entre territórios-zona e territórios-rede, uma multiterritorialidade zonal mais "tradicional" ou em sentido lato, e uma multiterritorialidade reticular em sentido mais estrito).
- A combinação de "tempos espaciais" incorporada à multiterritorialidade devendo-se discutir assim, também, de alguma forma, as implicações das múltiplas territorialidades acumuladas desigualdades ao longo do tempo (Santos, 1978) na construção da multiterritorialidade (Haesbaert, 2014, p. 83-84).

Haesbaert (2014), aponta a necessidade de distinguir, entre a multiterritorialidade potencial (a possibilidade de ser construída ou acionada) e a multiterritorialidade efetiva, realizada [...] não significando que

a multiterritorialidade seja "boa ou má" em si mesma, e que os grupos subalternos também não sejam, muitas vezes, obrigados a circular por múltiplos territórios e construírem, assim, à sua maneira, sua "multiterritorialidade" - insegura - marcada, também por traços de desterritorialização no sentido de perda de controle elo referências territoriais (Haesbaert, 2014, p. 84).

Desta forma, como o próprio autor define: “pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhecedora das diferenças humanas” (Haesbaert, 2014, p. 84), já que “as implicações políticas desta distinção são importantes, pois sabemos que a disponibilidade do “recurso” multiterritorial – ou a possibilidade de ativar ou de vivenciar concomitantemente múltiplos territórios (Haesbaert, 2004, p. 360).

Assim, com as práticas dos agentes sociais e econômicos, territórios são constantemente construídos, destruídos e reconstruídos, ao qual dar-se o nome de “des-re-territorialização” (Haesbaert, 2004), ou seja, territórios são (re)funcionalizados e não extintos. Entendendo, a ideia de multiterritorialidade, como a forma dominante, contemporânea ou ‘pós-moderna’, da reterritorialização, sendo denominadas por diversos autores de desterritorialização” (Haesbaert, 2004, p. 338).

Por fim, entende-se que a tal reterritorialização em Haesbaert é complexa, em rede, possuindo fortes conotações rizomáticas, não-hierárquizadas, ao qual o autor dá o nome de multiterritorialidade (Haesbaert, 2004, p. 343). O que nos ajuda a entender as dinâmicas da diversificação das identidades e pertencimentos territoriais, contribuindo para uma compreensão mais profunda d complexidade da sociedade contemporânea, já que, a multiterritorialidade é um fenômeno complexo que envolve a existência de múltiplos espaços e escalas de interação (Massey, 1994).

1.2. Territorialidades humanas e sociabilidade: constructo inerentes a pesquisa

Inicialmente, ressalta-se a inegável importância do debate entre as ciências (geográficas, sociológicas, filosóficas) que corroboram para o diálogo entre os diferentes atores e agentes que atuam no território. Desta forma, o debate em torno do conceito de territorialidade também assume dimensões múltiplas, desde uma concepção mais ampla que a do território, perpassando

pela percepção da territorialidade como algo mais restrito. Isto é, uma simples “dimensão” do território, além da abordagem diferenciadora, que separa e distingue claramente territorialidade e território (Haesbaert, 2007a).

O entendimento da territorialidade aqui expressado abarcar tanto a dimensão política como também as relações econômicas e culturais, uma vez que esta reflete a maneira como as pessoas organizam um determinado espaço, pela forma como utilizam os recursos e dão sentido ao lugar (Haesbaert, 2007a) enquanto continuum dentro de um

processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações - que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeitado, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência - pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe) (Haesbaert, 2007, p. 4).

Assim, a territorialidade refere-se ao comportamento e à tendência dos seres humanos de estabelecerem e reivindicarem territórios para si, seja “no âmbito da imaterialidade (quando se trata de território como algo concreto) e o domínio do vivido e não institucionalizado; e, territorialidade como uma das dimensões de território, a que remete à identidade territorial” (Haesbaert, 2014). Podendo, a expressão desta territorialidade variar desde a marcação simbólica de espaços até a defesa ativa de fronteiras físicas.

Segundo Sack (1986) a territorialidade como um componente do poder não é apenas um meio para manter e/ou criar a ordem, mas sim, uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico, através do qual se experimenta o mundo e o dota de significado. O autor se preocupa com a territorialidade, por ser “um meio indispensável ao poder em todos os níveis: do pessoal ao internacional” (Sack, 1986, p. 1), ou seja, uma estratégia humana a partir de uma ação no espaço.

Nesse sentido, o autor afirma que a territorialidade em humanos é melhor entendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar, ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de área; e, como uma estratégia, a territorialidade pode ser ligada e desligada (Sack, 1986, p. 1-2).

Ademais, a territorialidade pode ser entendida como uma “estratégia humana para afetar, influenciar e controlar” (Sack, 1986, p. 2). Porém, esse entendimento se dá de acordo com o grupo e com o seu contexto histórico-geográfico ao qual se está inserido, visto que a territorialidade reflete o modo de vida, ou seja, refere-se ao sentido que o grupo dá ao lugar (espaço) onde se habita. Sendo na concepção de Saquet (2010) uma abordagem também

multidimensional das relações de poder que se traduz numa compreensão múltipla de território e da territorialidade (Saquet, 2010, p. 33).

Heidrich (2006) fala que concebemos “por meio do estabelecimento de vínculos, por criações ou invenções humanas, através das práticas sociais, é que se produz território, que se constitui uma territorialidade” (Heidrich, 2006, p. 27) e que

Esta – a territorialidade – tem sido vista como expressão do território, por vezes nas ideias e nos sentimentos de grupos e sujeitos e, por outras, como aspectos do que o próprio território poderia (ou viria) ser. A identidade associada ao território pode ser sua manifestação, assim como também a temos compreendido pelo arranjo em formação territorial. De todo esse campo (ou espectro, vendo as expressões variantes como uma difração), o termo revela o que um fato, uma relação ou uma manifestação possui como qualidade de território. Ter esse aspecto da territorialidade como princípio básico ajuda-nos a pensá-la em dois aspectos importantes da discussão aqui presente: (a) a territorialidade como ação constituída por grupos ou comunidades; e (b) a territorialidade como um constructo derivado dessa ação, como apropriação do espaço (Heidrich, 2017, p. 30).

O autor considera a apropriação do espaço como fator instaurador das múltiplas feições das territorialidades humanas (Heidrich, 2017, p. 30), correspondente às relações sociais cotidianas constituindo o território de vida individual e/ou grupo social num determinado lugar, materializando nas relações diária do lugar de vivência, refletindo as dimensões culturais, políticas, econômicas e sociais, organizando na desordem e na complexidade das relações diversas no âmbito dos processos espaço-temporais e territoriais inerentes a vida em sociedade.

Em Sack (1986) entende-se que a territorialidade pressupõe “interação, movimentação e contato humano que são transmitidos pela energia e informação para afetar, controlar e influenciar ideias e ações de outros e ter acesso aos recursos destes” (Sack, 1986, p. 26). Nesta perspectiva, tem-se, a ideia de território a partir das relações de poder e controle, onde o domínio do espaço, resulta de relações desiguais de forças envolvidas. Ou seja, a territorialidade é “intimamente relacionada a como as pessoas usam a terra, como elas se organizam no espaço, e como dão significado ao lugar” (Sack, 1986, p. 2).

A partir dessa leitura em Sack (1986), Soares de Lima (2019, p. 68) diz que é “interessante notar que tais observações ressaltam uma íntima relação e não uma condição definitiva entre esses aspectos e o território, ou, particularmente, a territorialidade”. Contudo,

a objetividade de uma territorialidade, na qual se visualize certa singularidade da relação sociedade-espço, é resultado de vínculos que um grupo, uma coletividade ou um sujeito estabelece com o espaço. Pode ser de posse (de estar, de localizar-se), de valor (de uso, de produção econômica e de transformação do meio em utilidade social

e cultural) e de pertencimento, ligados à produção de uma consciência e representação simbólica (Heidrich, 2006, p. 26-29).

Compreende-se então que, a ideia de territorialidade envolve relações de poder, usos e concepções de uso, sentimento de pertencimento e de identidade. Ou seja, territorialidade é uma produção constante do viver junto dos seres humanos (Soares de Lima; Heidrich, 2019, p. 11), uma vez que

Os seres humanos, em sua reprodução cotidiana, atribuem diferentes importâncias às diferentes localidades em que ocorrem suas práticas: as territorialidades surgem dos significados atribuídos às coisas, o que literalmente organiza as ações e a percepção de mundo dos agrupamentos e dos indivíduos (Soares de Lima; Heidrich, 2019, p. 14).

Nesta perspectiva, cita-se a inexistência de território sem que haja territorialização, pois, a apropriação do território se dá na reprodução cotidiano do ser humano através de suas práticas sociais a importância dada por estes ao lugar, produzindo territorialidades, o que Sposito (2009) entende como “a qualidade que o território ganha de acordo com a sua utilização ou apreensão pelo ser humano” (Sposito, 2009, p. 11). Sobre essa utilização e/ou apreensão territorial pelo ser humano, Heidrich (2017), chama de vínculos territoriais já que podem ser vistas como “prática associada à apropriação do espaço por comunidades e grupos em situações com possibilidades variantes de reprodução social (Heidrich, 2017, p. 31).

Por sua vez, Raffestin (1993), clássico da abordagem territorial, embora analise a base mais econômica e política do território, ele reconhece a complementaridade entre as dimensões da economia, política e cultura, verificando-se assim, uma concepção múltipla de território e territorialidade humana, já que para este autor, o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintomático (ator que realiza um programa) em qualquer nível (Raffestin, 1993, 143).

Já Sousa (2009), menciona que

as razões e motivações para se conquistar ou defender um território podem ser fortemente ou até primariamente de cunho cultural ou econômico; é óbvio que não são, sempre, de ordem ‘estritamente’ política (ou ainda estratégico-militar). Aliás, a própria separação entre o ‘político’, o ‘cultural’ e o ‘econômico’, da maneira como amiúde é feita, tem muito de cartesiana, de artificialmente preocupada em separar aquilo que é distinguível, mas não é propriamente separável (SOUZA, 2009, p. 60).

Em Sousa (2009), fica evidente que os processos de territorialização e a territorialidade acompanham o amplo universo que envolve o conceito de território enquanto espaço de

trajetórias e deveres, por ser um espaço produtor de subjetividades, portanto de territorialidades. Na perspectiva de Deleuze e Guattari (2010), onde há tentativa de fixação de territórios, haverá territorialidades, constituídas por movimentos de desterritorialização e reterritorialização, uma vez que, a “desterritorialização absoluta não existe sem reterritorialização (Deleuze; Guattari, 2010, p. 121).

De acordo com esses autores, essas variantes – desterritorialização e reterritorialização – somente são possíveis dado à interpretação de uma dimensão subordinada à inconsciência da realidade territorial de um contexto em que a realidade é constituída de convenções e condutas de uma comunidade, ou seja, na medida em que esta realidade passa a ser conceitual e conceituante, acaba sendo territorializante e provocadora de desterritorializações e reterritorializações.

Neste sentido, Soares de Lima (2022) territorialidade, reterritorialização e desterritorialização são predominantemente entendidas, então, como tentativas de instituir algo, de manter o instituído e de desestabilizar um novo instituinte, visto que

Tal simultaneidade deve ser observada especialmente no aspecto $D \longleftrightarrow RT$, em que o processo de abertura, fuga, ou descodificação, nunca é “retorno a uma territorialidade primitiva ou mais antiga” (ibidem, p. 45). A reterritorialização “implica necessariamente um conjunto de artifícios pelos quais um elemento, ele mesmo desterritorializado, serve de territorialidade nova ao outro que também perdeu a sua.” (ibidem op cit). Isso é o que nos diz o primeiro dos quatro teoremas de desterritorialização (Soares de Lima, 2022, p. 111).

Assim, o

território pode se desterritorializar, isto é, abrir-se, engajar-se em linhas de fuga e até sair do seu curso e se destruir. A espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios ‘originais’ se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho, com a ação dos deuses universais que ultrapassam os quadros da tribo e da etnia, com os sistemas maquínicos que a levam a atravessar cada vez mais rapidamente, as estratificações materiais e mentais (Guattari; Rolnik, 1986, p.323).

Nestas perspectivas, a territorialidade sob o ponto de vista físico-social fomenta a efetivação do território, nos permitindo focalizar a coexistência de diferentes especificidades sociais em detrimento da físico-naturais. Desta maneira, as territorialidades delimitam extensões do espaço nas quais as relações de poder antes consolidadas sofrem diluições, por assim dizer, e perdem sua funcionabilidade (Colucci; Souto, 2011). Assim, a ação humana sobre o território produz uma série de efeitos, e dessa relação com meio surge sentimentos de pertença e reforço da identidade de um grupo (Brown, 2005, p. 17).

Desse modo, o poder

incidente sobre uma determinada extensão de um território não consegue, por motivos bem distintos, se impor e ser reconhecido como hegemônico. Tal perspectiva acontece, por exemplo, no processo de organização de cartéis criminosos, no processo de circulação de mercadorias, em movimentos separatistas que reivindicam sua própria identidade nacional, evidenciando suas territorialidades e buscando a consolidação de seu próprio território. Por outro lado, a territorialidade também pode funcionar como condição preestabelecida para consolidação de um novo território (Colucci; Souto, 2011, p. 118).

Neste prisma, a ação dos indivíduos sobre o território, podem ser observados e apresentam informações que contribuem para a compreensão de como se dá essa apropriação (Brown, 2005), uma vez que, o conceito de território está relacionado ao de propriedade marcada pela ocupação por uma pessoa ou grupo em um determinado lugar (Fischer, 2010, p. 84). Neste sentido, Soares de Lima (2022) afirma que

A perspectiva relacional (...) possui considerável vantagem sobre as outras. Ela libera o território de qualquer materialidade, o que demandaria explicar como uma mesma forma pode comportar **sociabilidades** completamente distintas, ou seja, um território inteiramente outro (Soares de Lima, 2022, p. 111, grifos nosso).

Por este olhar, acredita-se na aproximação dos conceitos de territorialidade e sociabilidade e que ambas podem estar inter-relacionadas e não podem ser dicotomizadas ou dissociadas, uma vez que não existe espaço e nem território onde não haja construções sociais. Desta forma, na abordagem sociológica, sociabilidade segundo Simmel (2006) como sendo a “forma lúdica da sociação”, ou seja, é a forma pela qual os indivíduos constituem uma unidade no intuito de satisfazer seus interesses, onde forma e conteúdo são na experiência concreta processos indissociáveis (Simmel, 2006, p. 65).

Ora, o autor diz que

A sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam. Esses interesses sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana. (Simmel, 2006, p. 60).

Georg Simmel (2006) demonstra que a sociabilidade decorre de um emaranhado de ações e reações, a partir da formação de uma complexa rede de interação entre indivíduos desenvolvida no cotidiano das diversas formas e conteúdo das relações sociais impulsionada

por diversas motivações. Ou seja, os atores sociais são dotados de interesses e necessidades individuais, permeados pela subjetividade e que influenciam os vínculos em um meio social, sendo a cidade o palco do dinamismo das relações sociais contemporâneas (Silva *et al*, 2017).

Nesse palco dinâmico, considera-se que a

sociabilidade é o processo pelo qual as pessoas estabelecem relações umas com as outras compartilhando princípios, visões de mundo, normas, saberes e outros elementos sociais por meio de símbolos comuns pela comunicação (Silva *et al*, 2017, p. 3).

Ou seja, sociabilidade confere aos indivíduos a sensação de pertença a membros de um determinado grupo (Simmel, 2006; Baechler, 1995) referindo-se aos laços sociais, uma vez que, verifica-se que os conteúdos da vida social se tornam autônomos e indissociáveis do objeto que formaram exclusivamente para seu próprio funcionamento e realização (Simmel, 2006, p. 61). Entretanto, para haver sociabilidade, é necessário que haja elementos compartilhados (Ipiranga, 2010; Simmel, 2006; Damasceno; 2007).

A partir desta leitura, é possível mencionar que as manifestações sociais que se configuram como formas de sociabilidade a partir da interação social seja na forma de encontros, associações, trocas, entre outros (Silva *et al*, 2017). Porém, quando há a intenção de seu controle, a sociabilidade passa a ser um engodo, já que foi reduzida a um meio de alcance para outros fins (Simmel, 1883, p. 174).

Portanto, na concepção de sociabilidade na abordagem sociológica há um processo que a torna um fim em si mesmo, sendo que, forma e conteúdo se fundem e se definem, constituindo um fenômeno social que prescinde de uma razão, interesse ou motivação para que ocorra a interação os indivíduos, visto que, se colocam de lado as motivações concretas ligadas à delimitação de finalidades da vida, a forma pura, a inter-relação interativa dos indivíduos, precisa ser acentuada com o máximo de força e eficácia (Simmel, 2006, p. 64-65).

Assim, a coexistência de diferentes sociabilidades possibilita inúmeras formas de se pensar, avaliar e realizar uma possível gama de sensações e práticas sociais compartilhadas (Ipiranga, 2010, p. 68), oportuniza a transformação de um aglomerado de pessoas isoladas em formas de estar com o outro e de ser para o outro, nas quais os atores sociais vão se vincular e influir uns sobre os outros (Peres, 2011, p. 102).

Já na abordagem filosófica, sociabilidade segundo a compreensão filosófica de Hegel (2010) é sinônimo de liberdade objetiva, uma vez que, só há sociabilidade quando há reciprocidade entre o particular e o universal, mas a

a história universal não começa com qualquer objetivo consensual, como em círculos específicos de seres humanos. O simples instinto de conviver dessas pessoas já tem a prioridade consciente de segurança de suas vidas e de sua propriedade; quando se realiza esse convívio tal objetivo se amplia” (Hegel, 2008, p. 29).

Ora, para Hegel, tem que haver uma relação de reciprocidade, e essa reciprocidade constitui a liberdade objetiva, já que, nem o todo, deriva das partes, muito menos as partes derivam do todo, devido à complexidade do ser humano em si mesmo, é inevitável que as frustrações aconteçam, algo que comprova o quanto a vivência da sociabilidade é um desafio (Lima, 2014, p. 82).

Lima (2014) cita que

Todavia, esquecemos ou relegamos a um plano ínfimo outro desafio que nos atinge cotidianamente, seja no trabalho, nas relações familiares, na escola, na universidade, em estádios de futebol, nas relações de vizinhança, nas relações entre culturas, etc.: o desafio da sociabilidade (Lima, 2014, p. 86).

Entretanto, este autor menciona que o mais cômodo é trancar-se em si, em seus projetos, na sua imaginação, num computador e blindar-se, isto é, ficar ilhado. Todavia, isso não satisfaz as dimensões de nossa existência na sua pluralidade. Sem a sociabilidade a vida fica mais monocromática (Lima, 2014, p. 82), uma vez que, a tendência humana de associação é a de estar à disposição do homem para tornar-se mutuamente dependente de seus semelhantes.

Desta maneira, a sociabilidade pode ser entendida como o zelo pela sobrevivência e reprodução da espécie, mas também como a “inclinação ao relacionamento” (Kant, 2006, p. 277). Já para Klein (2009, p. 268), a sociabilidade é um impulso para transformar [a natureza *rationabile* do homem] numa natureza *rationale*. Ou seja, sociabilidade é conduzir a faculdade racional ao desenvolvimento, visto que esta faculdade – à qual a própria Natureza dotou o homem –, é entendida, nesse caso, apenas como uma disposição (Rocha, 2014, p. 12).

Sabe-se que a sociabilidade é uma condição inerente ao ser humano e segundo Kant (2009) reside manifestamente na natureza humana (Kant, 2009, p. 392), sendo uma tendência para entrar em sociedade, tendência que, no entanto, está unida a uma resistência universal que ameaça dissolver constantemente a sociedade (Kant, 2009, p. 392). Porém, sociabilidade é fundamental e constitutiva na dimensão daquilo que somos, já que nossa sociabilidade nos revela como um ser de compartilhamentos.

Na geografia, sociabilidade é um tema ainda pouco explorado, embora ela ocorra nas diferentes formas de interação social no espaço e no território. Apesar disso, há (geógrafos) que estudam essa temática, a exemplo, o geógrafo André Felix de Souza que a partir do sociólogo

alemão Georg Simmel argumenta sobre espaços públicos e sociabilidade, ao qual ele demoninha de sociabilidade pública (Felix de Souza, 2020).

A concepção de Félix de Souza (2020) a

sociabilidade pública pode ser concebida como um grande sistema de comportamentos, aquilo que estou chamando neste trabalho de um *código comportamental de convivência de natureza política-espacial-interacional*, isto é, um sistema comportamental que é tributário de uma matriz socioespacial, o espaço público (Félix de Souza, 2020, p. 275).

Esse código comportamental de convivência, como argumenta Félix de Souza, está diretamente associado a trocas individuais, interpessoais e coletivas que ocorrem cotidianamente nos espaços públicos citadinos que pode ser lido como um conjunto indissociável (Félix de Souza, 2020). Em outras palavras, sociabilidade é

a capacidade dos indivíduos de se relacionarem com pessoas diversas para satisfazer seus interesses individuais e coletivos, sem que haja necessariamente alguma forma de intermediação que seja “exterior” aos agentes em interação: eis o que hoje chamamos usualmente de sociedade civil (Gordon, 2017 *apud* Félix de Souza, 2020).

E, diante desta

complexa interação entre indivíduo e sociedade; entre manifestações particulares e múltiplas de comportamentos sociais (conteúdo das relações sociais), e suas estruturas relativamente mais estáveis e consequentemente passíveis de generalização (forma) (Fontes, 2013).

E nesse sentido, pode-se afirmar que

as diversas formas de sociabilidade, a partir do estabelecimento de diferentes códigos de convivência, nos conduzem a uma conduta “civilizada”, isto é, um comportamento de caráter público/político. Assim sendo, à luz do estudo da sociabilidade pública e dos códigos de convivência que dela emanam, estar-se-ia refletindo, pois, sobre a dimensão social do fenômeno político e, simultaneamente, sobre a dimensão política da vida social (Felix de Souza, 2022, p. 9).

Ora, a partir da concepção dos conceitos de territorialidade e sociabilidade aqui apresentados, pode-se aferir que ambas estão inter-relacionadas, mais especificamente na discussão teórico-metodológica, uma vez que,

apesar das especificidades metodológicas de cada abordagem e concepção, na filosofia, geografia e sociologia, pode-se afirmar que são todas *renovadas e múltiplas, relacionais e processuais* [e] foram fundamentais para estudos territoriais que se

efetivaram posteriormente, com larga influência em diferentes países (SAQUET, 2010, p. 63).

Desta forma, é possível salientar que territorialidade e sociabilidade, está relacionado ao espaço, como produto e condição da dinâmica socioespacial, no sentido de entender noções como as de cotidianidade e de redes de informação para a redescoberta do território com novos significados (Saquet, 2010, p. 53), especialmente no que respeito a formação, dominação e apropriação do espaço.

Neste sentido, pode ser entendido que territorialidade e sociabilidade estão intrinsecamente ligadas a (re)produção do espaço social, uma vez que, o território torna-se, automaticamente, quase que sinônimo de espaço social (Souza, 2000, p. 97), sendo que nele, as representações sociais vão sendo construídas, significando e ressignificando a realidade, a partir das “relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial” (Souza, 2000, p. 97).

Para Lefebvre (1973) o espaço social é o lugar da reprodução das relações de produção, (que se sobrepõe à reprodução dos meios de produção) (Lefebvre, 1973, p. 17) não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução é todo o espaço.” (Lefebvre, 1973, p. 95). É importante dizer, a partir da análise metodológica de Lefebvre, que não se trata do espaço formal como produto e sim do processo de (re)produção do espaço social.

Logo, a manifestação de toda a dimensão, no que se refere às contradições sociais formuladas a partir das relações de produção, se dá no processo de (re)produção do espaço. Ou seja, o espaço ora ocupado, pode ser definido e redefinido de forma desigual a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver (Carlos, 1994, p. 45).

Carlos (1994) menciona que

O processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados. Portanto, a cidade aparece como produto apropriado diferentemente pelos cidadãos. Essa apropriação se refere às formas mais amplas da vida na cidade; e nesse contexto se coloca a cidade como o palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes (Carlos, 1994, p. 23).

Compreender a dinâmica de produção social do espaço, nos possibilita apreender os processos de formação das formas e conteúdos codificados pelas práticas socioespaciais que dão sentido ao espaço social e de como as práticas cotidianas se realizam no espaço em meio à

(re)produção das formas de representação e apropriação do espaço vivido, já que, a produção do espaço se realiza por meio das práticas espaciais socialmente reproduzidas.

Heidrich (2022, p. 248) diz que o espaço social se constitui por um jogo de relações dependente das posses materiais e simbólicas. O corpo (o indivíduo biológico) e as suas posses estabelecem as distinções no espaço, o valor diferencial entre suas regiões. Já Lefebvre (2006, p. 40) diz que “a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm diferentemente na produção do espaço: segundo suas qualidades e propriedades, segundo as sociedades (modos de produção), segundo as épocas.”

Assim, é importante “debater sobre como o espaço é produzido no entendimento das pessoas quando se põe em relação com outros corpos e com objetos exteriores, que constituem o espaço de localização” (Costa, 2022, p. 441). Desta forma, para compreender a dinâmica de produção social do espaço, é preciso entender que o espaço constitui as próprias relações humanas (Massey, 2008) e que todas as relações são espaciais e que tais relações compõem e são compostas pelo espaço (Costa, 2022, p. 441).

Na visão de Corrêa (2014), as

práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial. Consciência que está ancorada em padrões culturais próprios a cada tipo de sociedade e nas possibilidades técnicas disponíveis em cada momento, que fornecem significados distintos à natureza e à organização espacial previamente já diferenciadas. Resultam, de outro lado, dos diversos projetos também derivados de cada tipo de sociedade, que são engendrados para viabilizar a existência e a reprodução de uma atividade ou de uma empresa, de uma cultura específica, étnica ou religiosa, por exemplo, ou a própria sociedade como um todo (Corrêa, 2014, p. 35).

Nunes (2021, p. 34), por sua vez diz que, o conceito de espaço permite religar “o mental e o cultural, o social e o histórico” estabelecendo assim, a tríade descoberta/produção/criação, constituída essencialmente pelo entrelaçamento das práticas sociais. Neste sentido, é necessário pensar na perspectiva social como parte de um “vir-a-ser”, onde “encontra-se em meio às contradições presentes nas condições materiais estabelecidas. Procura-se o conflito, o movimento, o que é e está deixando de ser. Enfim, procura-se captar o processo que conduz a transformação” (Endlich, 2006, p. 33). Ou seja, representações hegemônicas e espaços de representações interferem no que é vivido (Lefebvre, 1992).

Lefebvre (2013), ao discutir as relações espaciais pauta-se suas interpretações no método dialético das dimensões de análise dos espaços concebido, percebido e vivido. O autor descreve que

(a) A prática espacial de uma sociedade secreta seu espaço; ela o põe e o supõe numa interação dialética: ela o produz lenta e seguramente, dominando-o e dele se apropriando. Para a análise, a prática espacial de uma sociedade é descoberta decifrando seu espaço. O que é a prática espacial no neo-capitalismo? Ela associa estreitamente, no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes religando os lugares do trabalho, da vida 'privada', dos lazeres). Associação surpreendente, pois ela inclui em si a separação exacerbada entre esses lugares que ela religa. A competência e a performance espaciais próprias a cada membro dessa sociedade só se examinam empiricamente. A prática espacial moderna se define, portanto, pela vida cotidiana de um habitante de HLM2 no subúrbio, caso limite e significativo; o que não autoriza negligenciar as auto-estradas e a aero-política. Uma prática espacial deve possuir uma certa coesão, o que não quer dizer uma coerência (intelectualmente elaborada: concebida e lógica);

b) As representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planejadores, dos urbanistas, dos tecnocratas 'retalhadores' e 'agenciadores' (...) É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (com algumas reservas sobre as quais será preciso retomar) para um sistema de signos verbais, portanto elaborados intelectualmente;

c) Os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos 'habitantes', dos 'usadores' (...) Trata-se do espaço dominado, portanto, submetido, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais. (Lefebvre, 2006, p. 35).

Em outras palavras, Costa (2022), ao se refere a tríade de Lefebvre, fala que

Podemos entender isto na relação entre o espaço e as finitudes do sujeito, na relação dos impactos das/as exterioridades materiais nas condições espaciais, em que o corpo contém e está contido. O sujeito, compondo o espaço geográfico, é atingido por um conjunto de práticas estabelecidas em/pelas materialidades, que se impõem como forma de adequação (espaço concebido); por outro lado, seu corpo (componente biológicos e psíquicos) percebe o que está dado nos momentos diversos, em que está presente, e as percepções são exercícios undantes das próprias intimidades, que interpretam a realidade - produzem consciências. O vivido é o espaço praticado pelo corpo, resultado das práticas sociais em uma relação entre afetividades e formas, no sentido de readequá-las às percepções e as interpretações dos sujeitos provenientes de suas intimidades. É o espaço das práticas cotidianas que é realizado na dialética entre as condicionantes das funções e morais sociais a serem desempenhadas, e os desejos e sensações do que é doloroso e do que é prazeroso (Costa, 2022, p. 442).

Costa (2022), vai além ao dizer que em relação a esta tríade, o Lefebvre nos leva a pensar em um par dialético que condiciona as relações espaciais cotidianas: "a representações do espaço" e "os espaços de representações" em meio às distintas formas e conteúdos presentes no cotidiano como possibilidades de transformação socioespacial em sua totalidade. reprodutoras de espaço de sociabilidade.

Por sua vez, Cardoso (2011), diz que

o espaço concebido lança-se sobre os espaços de representação para disciplinar e controlar as práticas sócio-espaciais no plano da vida cotidiana, através das políticas,

das tecnologias, dos discursos e das ideologias que sustentam o conhecimento científico sobre o espaço urbano, como as práticas e as teorias do urbanismo e de distintos campos disciplinares, como o do Serviço Social que, desde a sua origem, foi convocado a atuar nas práticas de controle sócio-espacial da classe trabalhadora, como nas políticas de higienismo social e disciplinamento da vida cotidiana (Cardoso, 2011, p. 9).

Já Gomes (2014), afirma que

O modo como a concepção de espaço adotada interfere sobre o fazer geográfico (no plano da ciência), como é perpassada pela ideologia e, ainda, como pode contribuir (como efetivamente contribuiu) para reafirmar a alienação do sujeito em relação a si, ao outro e ao espaço em que vive (GOMES, 2014, p. 175).

Corrêa (2014), entretanto, considera que a

expressão espaço geográfico ou simplesmente espaço, aparece como vaga, ora estando associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência a simples localização (Corrêa, 2014, p. 15).

Desta forma, menciona-se que, a consciência que o homem adquire da “diferenciação espacial” Corrêa (2014) constituem-se processos e movimentos contínuos de construção e produção do espaço para a re-produção das relações sociais de produção, já que, as práticas espaciais resultam, de um lado, da consciência que o Homem tem da diferenciação espacial (Corrêa, 2014, p. 35).

Carlos (2004) enfatiza que

as relações sociais se materializam num território real e concreto, o que significa que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço enquanto prática sócio-espacial. A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares. Esta é a dimensão da produção/reprodução social do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida (Carlos, 2004, p. 19).

A materialização do espaço social, se dá por meio da reprodução das práticas espaciais a partir do uso desse espaço, sendo influenciada pelo modo de produção em todas as formas de apropriação e dominação do espaço vivido (Lefebvre, 2008). Assim, a prática social revela as condições de produção do espaço na sociedade, possibilitando apreender a dinâmica socioespacial e suas contradições em sentido amplo.

Deste modo, a compreensão que se tem da dinâmica de produção social do espaço é constitutiva e constituinte dos processos de produção e reprodução das relações sociais (Cardoso, 2011, p. 11), estando relacionada intrinsecamente ao tempo e espaço, visto que, ambos

os termos são socialmente produzidos, compreendido no contexto de uma sociedade, ao qual, pode ser entendido como prática social, ou seja, o “resultado é pré-condição da produção da sociedade” (Schmid, 2012, p. 91).

Assim, o espaço como construção social, precisa do espaço para continuar se reproduzindo, introduzindo-o como elemento da produção da vida (Carlos (2019, p. 461). Entretanto, presume-se a produção como ponto de partida e a natureza, a fornecedora de valores de uso, apropriada a partir da prática espacial, ou seja, o ser natural e social trabalha para produzir coisas (produtos) e criar obras (Lefebvre, 1992, p. 70-71) mediante o emprego de técnicas (Nunes, 2021).

CAPÍTULO 2: BELO MONTE E OS ATINGIDOS NA ÁREA URBANA: uma análise dos RUCS

Este capítulo visa sintetizar o que foi planejado, vivido e concebido na cidade de Altamira na questão da implantação dos RUCs para realocação da população da ADA como umas das medidas mitigatória da UHE Belo Monte, expondo os principais impactos gerados por Belo Monte na cidade caracterizando as novas dinâmicas territoriais e os conflitos de apropriação territorial.

Ao discutir a compreensão do processo de desterritorialização/territorialização no contexto da inserção dos impactos da UHE Belo Monte no município de Altamira, é importante destacar que esse processo se inicia com a apropriação do território pelo grande empreendimento. Isso se manifesta de maneira direta na retirada das famílias da Área Diretamente Afetada, que se torna um elemento fundamental na representação territorial e no significado simbólico-material das vivências espaciais da comunidade.

2.1. A Hidrelétrica de Belo Monte e os impactos na cidade de Altamira-PA

Altamira-PA, uma cidade média amazônica que sofreu e sofre os impactos da UHE Belo Monte, que começou a ser construída em 2011 sob responsabilidade da empresa Norte Energia S.A (NESA). A construção deste empreendimento hidrelétrico mobilizou uma grande quantidade de capital e de trabalhadores para a região, implicando diretamente nesta cidade os principais e maiores impactos oriundos da construção desta UHE.

Esses impactos influenciaram os processos de ocupação e expansão urbana de Altamira. Uma das consequências mais notáveis foi o aumento da população da cidade, que, por sua vez, elevou os preços dos terrenos e dos aluguéis de residências. Esse processo levou ao surgimento de novos loteamentos e ao deslocamento da população da Área Diretamente Afetada (ADA) para os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs), contribuindo assim para uma reestruturação urbana em Altamira (Miranda Neto, 2014).

A história da UHE de Belo Monte tem sido escrita sob muita polêmica, originada deste os governos militares, sendo marcada por questionamentos oriundos, sobretudo, dos movimentos sociais em função dos grandes danos ao meio, que se esperava pela construção desta. Aprovado o consórcio vencedor em 2009, o Consórcio Norte Energia SA (NESA), as obras foram iniciadas em 2010 e finalizadas em 2016, com sua inauguração oficial em 27 de

novembro de 2019, quando iniciou a operação comercial da 18ª unidade geradora da casa de força principal desta UHE.

Sobre os impactos gerados por Belo Monte, especialistas alertavam que a construção desse tipo de empreendimento provoca fortes alterações no meio ambiente, bem como, estes apontavam graves problemas e sérias lacunas nos Estudos de Impactos Ambientais de Belo Monte, questionando a viabilidade desta hidrelétrica em função dos impactos que foram gerados na região de sua implantação.

De acordo com os estudos de impactos ambientais (EIA/RIMA) realizados para a construção da UHE Belo Monte consideraram três áreas distintas para avaliação dos impactos socioambientais, sendo elas (i) as áreas que estão mais distantes do AHE Belo Monte, (ii) as áreas vizinhas e (iii) as áreas das obras e do reservatório (Leme Engenharia, 2009, p. 31).

- As áreas mais distantes são aquelas que podem sofrer modificações indiretas, a partir das alterações que acontecerão nas áreas vizinhas ao empreendimento e naquelas onde vão estar as obras do AHE Belo Monte. Nos estudos, essas áreas são chamadas de AII – Área de Influência Indireta.
- As áreas vizinhas são aquelas que ficam em volta do AHE Belo Monte e do reservatório, chamadas de AID – Área de Influência Direta. Elas incluem não só as terras que vão ser ocupadas pelas obras e pelo reservatório, mas também aquelas que vão sofrer interferências diretas, negativas ou positivas, do empreendimento.
- As áreas das obras são aquelas que vão ser ocupadas pelas estruturas principais de engenharia e por toda a parte de infraestrutura necessária para a construção do AHE Belo Monte, como a barragem, os canteiros de obra, as estradas de acesso e áreas de botafora, considerando também as áreas de inundação. Essas áreas são chamadas de ADA – Área Diretamente Afetada. As áreas do reservatório (com suas duas partes – o Reservatório do Xingu e o Reservatório dos Canais), as Áreas de Preservação Permanente e o Trecho de Vazão Reduzida também fazem parte da ADA, assim como um trecho de cerca de 15 km rio abaixo a partir do ponto onde as águas passarão pelas turbinas da Casa de Força.

Em relação a esses impactos que foram gerados pela UHE Belo Monte, o próprio Projeto Básico Ambiental de Belo Monte já afirmava que a

formação do reservatório do Xingu, atingindo áreas de ocupação irregular e precária na cidade de Altamira; a interação das duas vilas residenciais (uma com 500 residências na cidade de Altamira e outra com 2.500 residências na cidade de Vitória do Xingu) com a estrutura urbana regional; e o fluxo de população esperado em função da implantação do empreendimento (Norte Energia, 2011, p. 10).

O que se sabe ao certo é que a “construção da hidrelétrica de Belo Monte é um evento que favoreceu um conjunto de ações que modificaram a estrutura urbana da cidade” (Soares, 2022, p. 86), provocando mudanças significativas, de amplitude variada, ocasionando

transformações territoriais, no campo e na cidade, caracterizando assim, a reestruturação urbana de Altamira como fruto da instalação da UHE de Belo Monte através do projeto requalificação das áreas centrais e com a remoção das famílias que ocupavam as áreas de várzeas para os reassentamentos planejados.

Ressalta-se, no entanto que, dentro do Plano de Requalificação Urbana contido no PBA desta usina hidrelétrica, já mencionava que as ações abrangentes da questão urbana tinham em vista “as características do projeto e da logística necessária à implantação do empreendimento (Norte Energia, 2011, p. 10)”. Sobre tal assertiva, Miranda Neto (2014) fala que

No caso da cidade de Altamira, entende-se que as interferências do projeto da usina hidrelétrica de Belo Monte estão, rapidamente, remodelando a forma urbana e engendrando uma reestruturação da cidade. As ações de suporte (apoio logístico ao empreendimento) e mitigação (compensações do empreendimento diante dos impactos causados) (Miranda Neto, 2014, p. 4).

Neste sentido, Nunes (2021), corrobora ao dizer que

Desde o ano de 2011, quando se iniciaram as obras de Belo Monte, Altamira passou por intensas transformações, seja pelos impactos diretos da construção desta UHE e/ou pela realização das obras condicionantes, como ações mitigatórias concretizadas ou em andamento realizadas pela Norte Energia, concessionária responsável pela hidrelétrica (Nunes, 2021, p. 25).

Ou seja, os reflexos das medidas mitigadoras, as ditas condicionantes contidas no Projeto Básico Ambiental (PBA), aliada ao crescimento demográfico demasiadamente rápido, contribuíram para a expansão urbana de Altamira. Logo, menciona-se que a transformação do território na cidade de Altamira-PA deu-se em função da apropriação do espaço pela UHE Belo Monte. É relevante mencionar que uma das consequências das intervenções em Altamira foi o impacto social instaurado com a chegada de milhares de pessoas em busca de uma vaga de emprego na construção desta UHE.

Porém, é sabido em estudos sobre construção de usinas hidrelétricas apontam que tais empreendimentos mobilizam milhares de pessoas a migrar para os locais de construção, provocando modificações socioeconômicas e ambientais na região de sua implantação (Conceição, 2014).

O próprio EIA já estimativa que durante período de obras, aproximadamente 96 mil pessoas chegariam à região, incluindo aquelas que estariam trabalhando nas obras, o que deveria causar outros impactos (Leme Engenharia, 2009, p. 85), pois, a construção desta UHE exigiu uma demanda grande de mão de obra. Desta feita, “pessoas de todo o país migraram para

a cidade de Altamira em busca de trabalho durante a construção da barragem, com a esperança de permanecerem após a conclusão da obra” (Freire *et al*, 2018). Assim, a população de Altamira, que era de 99.075 habitantes em 2010 (IBGE, 2010) saltou para 148.224 habitantes em de 2012 (SEPLAM, 2012). Portanto, Altamira sofreu um inchaço populacional.

Neste contexto, Nunes (2021) afirma que a maior densidade populacional na cidade de Altamira provocou um “caos social sem precedentes, com aumento no número de assassinatos, acidentes de trânsito, superlotação de hospitais, crise de moradia, aumento do custo de vida (Nunes, 2021, p. 28)”, entre outros. Sobre este contexto Miranda Neto (2021), diz que o

processo migratório foi elevado, somando mais de 45 mil trabalhadores recrutados apenas entre 2011 e 2013. No início, não havia alojamento para todos e a Norte Energia alugou praticamente todos os hotéis e hospedarias da cidade. Grande parte das residências disponíveis para locação foi absorvida pelos trabalhadores ligados ao empreendimento. Os aluguéis atingiram níveis absurdos, crescendo até dez vezes.

Ainda de acordo com Miranda Neto (2021) “Muitos migrantes vieram de forma espontânea, na expectativa de conseguir algum trabalho formal ligado à atividade da barragem”. Coube a Altamira, o principal centro urbano da região de influência de Belo Monte assumir o papel de absorver esses fluxos populacionais, com consequências para a população local e para os que migraram de forma induzida ou espontânea (Miranda Neto, 2021).

De fato, o fluxo migratório no período da construção da UHE Belo Monte foi intenso, sobretudo nos anos de 2011 a 2013, período que compreende o início e o pico desta obra. Neste período, o empreendedor ainda não havia alojados seus trabalhadores nos canteiros de obras, tendo que hospedá-los em vários hotéis alugados, e até mesmo em residências alugadas, ao qual servia de alojamento provisório. Entretanto e como é sabido, muitos desses imigrantes não vieram para esta cidade recrutados pelo consórcio construtor, tendo ao chegar aqui, a cidade de Altamira, correr atrás de uma vaga de emprego na obra.

Porém, como muitos não vieram recrutados para trabalhar na obra e por não conseguirem se manter na cidade, devido ao alto custo de vida e de moradia, em 2011, formou-se uma aglomeração de famílias no entorno da rodoviária de Altamira, denominada de “hotel calango” (Miranda Neto, 2021) (Figura 4), fruto de várias reportagens na imprensa local. Sendo este lugar, um triste cenário de degradação humana.

Este cenário, revelava a necessidade de uma reflexão mais ampla das condições de vidas do ser humano, pois, a “paisagem da rodoviária de Altamira era composta por dezenas de redes fixadas nas árvores e várias pessoas — incluindo muitas crianças — dispostas no chão junto

aos seus pertences (Miranda Neto, 2021)”, e principalmente na perspectiva epistemológica da saúde dos (des)empregados engajados neste empreendimento.



Figura 4. Hotel Calango (Rodoviária de Altamira/PA)

Fonte: Rede Brasil Atual, 2012.

Destarte, salienta-se que a grande questão desta obra foi que não houve uma preparação antecipada com investimentos em infraestrutura urbana em Altamira para receber os milhares de migrantes, que se deslocaram em busca de emprego e melhoria de vida (Conceição, 2014, p. 20). Tal fato, evidenciou a deficiência estrutural da cidade e sua urbanização precária desde décadas as anteriores (Sousa; Miranda Neto, 2019, p. 3).

Ora, outro fator evidente gerado por Belo Monte em Altamira, foi o desabastecimento dos supermercados, mercearias e demais comércios em geral, onde a alta procura por itens básicos se esvaziaram das prateleiras dos estabelecimentos, sem contar o aumento de valor de certos produtos. Assim como o aumento dos valores dos gêneros alimentícios, os aluguéis de casas, apartamentos e etc., também tiveram aumento significativo devido a especulação imobiliária, sendo até abusivo se comparando valores ao aspecto estrutural de certos imóveis residenciais.

Já em relação às atividades bancárias, as filas no Banco do Brasil, Bradesco, Itaú eram gigantescas, principalmente nos dias de pagamentos dos trabalhadores do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM). Filas intermináveis formadas por trabalhadores que depositavam

dinheiro para suas famílias em outros estados do Brasil, estendiam-se até a calçada, fora das agências bancárias. Fato, vivido, percebido e concebido não somente por estes trabalhadores, bem como, pela população em geral.

Não se pode deixar de mencionar o trânsito, que devido a obra de Belo Monte, ficou intenso em Altamira, tanto por veículos (carros, caminhões, ônibus, motos) das empresas terceirizadas pela Norte Energia, empresas essas, ligadas às obras de infraestrutura, bem como, os veículos particulares dos trabalhadores, imigrantes e da própria população da cidade. Lopes (2022) afirma que

Com a chegada de empresas terceirizadas, o trânsito da cidade também se tornou mais intenso, o que fez crescer o número de acidentes e outros problemas começaram a aparecer, tal como o aumento do custo de vida e dos índices de violência (Lopes, 2022, p. 81).

Ora, se o número de veículos aumentou na cidade, consequentemente o tráfego também aumentou e com isso o desgaste da malha viária de Altamira, logo, os buracos e o número de acidentes aumentaram, “gerando protestos na cidade que exigiam responsabilização da empresa construtora de Belo Monte (Miranda Neto, 2021).

Esse caos, instalado na cidade de Altamira com esse inchaço da população, somente foi apaziguado, com a finalização dos alojamentos nos canteiros de obras dos sítios Belo Monte, Pimental e Canais e com a criação da vila residencial Belo Monte a aproximadamente 50km de Altamira. Digo apaziguado, devido que alguns dos efeitos gerado por Belo Monte reduziram meses mais tarde.

O fato é, que desde início das obras da UHE Belo Monte, Altamira sofreu os principais impactos, perpassando desde o caos sociais até sua reestruturação, visando favorecer a concretização do empreendimento que rapidamente, remodelou a forma urbana e engendrou uma reestruturação da cidade (Miranda Neto, 2015, p. 255). Cita-se assim que, os impactos na cidade de Altamira oriunda da instalação da hidrelétrica de Belo Monte, gerou a reestruturação do seu espaço urbano.

Entre os anos de 2010 e 2019, respectivamente, ano de liberação da licença de construção da UHE Belo Monte e o fim e inauguração oficial da obra de Belo Monte, aconteceu um processo de redefinição urbana com a requalificação de áreas localizadas às margens dos igarapés e valorização de outras, antes consideradas periféricas no arranjo de Altamira (Miranda Neto; Herrera, 2017). Torna-se a cidade de Altamira que sempre foi compacta e espacialmente densa, difusa e rarefeita (Miranda Neto, 2021).

Na figura 5 é possível observar o projeto de intervenção pensado para a cidade de Altamira, especificamente, o projeto do Parque Igarapé Altamira, onde houve a retirada dos moradores da margem deste igarapé para dar lugar ao parque. Na figura 2, nota-se o antes (A) que é as margens do igarapé Altamira com casas (palafitas) e o depois, já o parque do Igarapé Altamira pronto. De igual forma, menciona-se que também houve intervenções feitas no Igarapé Ambé, no Igarapé Pannels e na orla da cidade.



Figura 5. Projeto de Intervenções para Altamira – Parque Igarapé Altamira (Antes e Depois)

Fonte: Norte Energia; Aline Joaquim, 2016.

De acordo com Soares (2022) essas novas configurações espaciais são percebidas principalmente nos novos espaços construídos com o propósito de embelezar a cidade como parques, praças, quadras de esporte, academias ao ar livre entre outros. Menciona-se também, a praia permanente (artificial) construída na orla do cais da cidade. Destarte, é preciso dizer que os locais ora impactados são frutos da ocupação de Altamira desde o início da sua colonização, perpassando assim a sua fundação como vila pertence a Souzel, a abertura da rodovia BR-230 (transamazônica) até aos dias atuais.

Sabe-se que construção deste empreendimento, trouxe intensas transformações para o território da cidade, transformações estas que perpassam desde a mudança da paisagem (urbana e rural), a modificação da estrutura urbana sobretudo na malha viária da cidade (Nunes, 2021) com a produção dos RUCs, o que alterou de forma significativa relações entre os sujeitos outrora residentes da denominada Área Diretamente Afetada pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Conforme salienta Soares (2022, p. 88), a

instalação da hidrelétrica de Belo Monte em Altamira, traz mudanças expressivas nos aspectos físicos da cidade e criam novas espacialidades, no lugar dos baixões em áreas de várzeas, surgem os parques com grandes áreas verdes melhorando o aspecto visual da cidade (Soares, 2022, p. 88).

Nunes (2021), por sua vez diz que

Com os impactos oriundos de Belo Monte no decorrer de sua construção, Altamira a cidade foi se aproximando de seus aspectos atuais em termos de reorganização do seu território e distribuição da população no espaço, pois os incrementos de recursos e população trazidos pela implantação da UHE Belo Monte se configuram como fatores importantes da produção do espaço urbano de Altamira (Nunes, 2021, p. 26).

Observa-se que as autoras afirmam que as transformações recentes em Altamira foram ocasionadas pela implantação da UHE Belo Monte, seja pelos reflexos diretos da construção desta UHE e/ou pela realização das obras condicionantes, ou seja, ações mitigatórias realizadas pela Norte Energia, concessionária responsável pela hidrelétrica. Assim, é importante considerar o papel da Norte Energia como agente transformador do espaço urbano desta cidade. Portanto, os reflexos das medidas mitigadoras preconizadas no Projeto Básico Ambiental (PBA), juntamente com o crescimento demográfico são responsáveis pela expansão urbana de Altamira. Desta forma, o PBA propunha a

adequação da estrutura urbana no sentido de ordenar a expansão urbana da cidade, de forma a abrigar as áreas destinadas ao reassentamento da população e às novas demandas habitacionais a serem criadas em função do afluxo populacional esperado (Norte Energia, 2011, p. 32).

Não há dúvidas que a UHE Belo Monte provocou mudanças na dinâmica da cidade. Nesta perspectiva, Miranda Neto e Herrera (2017), afirmam que cinco fatores contribuíram decididamente para a reestruturação de Altamira, sendo elas as ações de requalificações urbanas, o processo de reassentamento urbano, as ações dos agentes imobiliários, as ocupações espontâneas e intervenção estatal (Miranda Neto; Herrera, 2017, p. 12).

É importante destacar aqui, o papel dos agentes públicos no processo de reassentamento e requalificação urbana, a fim de se entender as interferências diretas do empreendimento na estrutura da cidade (Miranda Neto; Herrera, 2017, p. 45), uma vez que, por parte da Prefeitura de Altamira, houve no ano de 2010 a revisão do “Plano Diretor Municipal” desta cidade, que tinha sido elaborado no ano de (Souza *et al*, 2018). E, nesta, considerou os impactos ambientais, sociais e econômicos de Belo Monte e as modificações oriundas da ocupação do espaço urbano antes, durante e após a construção da usina (Altamira, 2010).

Assim, é notório que os impactos decorrentes da implantação deste empreendimento sobre o sistema urbano requeriam intervenções e modificações na estrutura urbana. Nota-se, desta forma, a evolução na malha urbana de Altamira ocorrida no período compreendido entre 2010 e 2019, conforme mapa 1, sendo nítido observar que a malha urbana de Altamira ampliou-

se no período citado, bem como, o crescimento do seu perímetro urbano que era de 95,235 km², ampliando-se para 111,229 km².

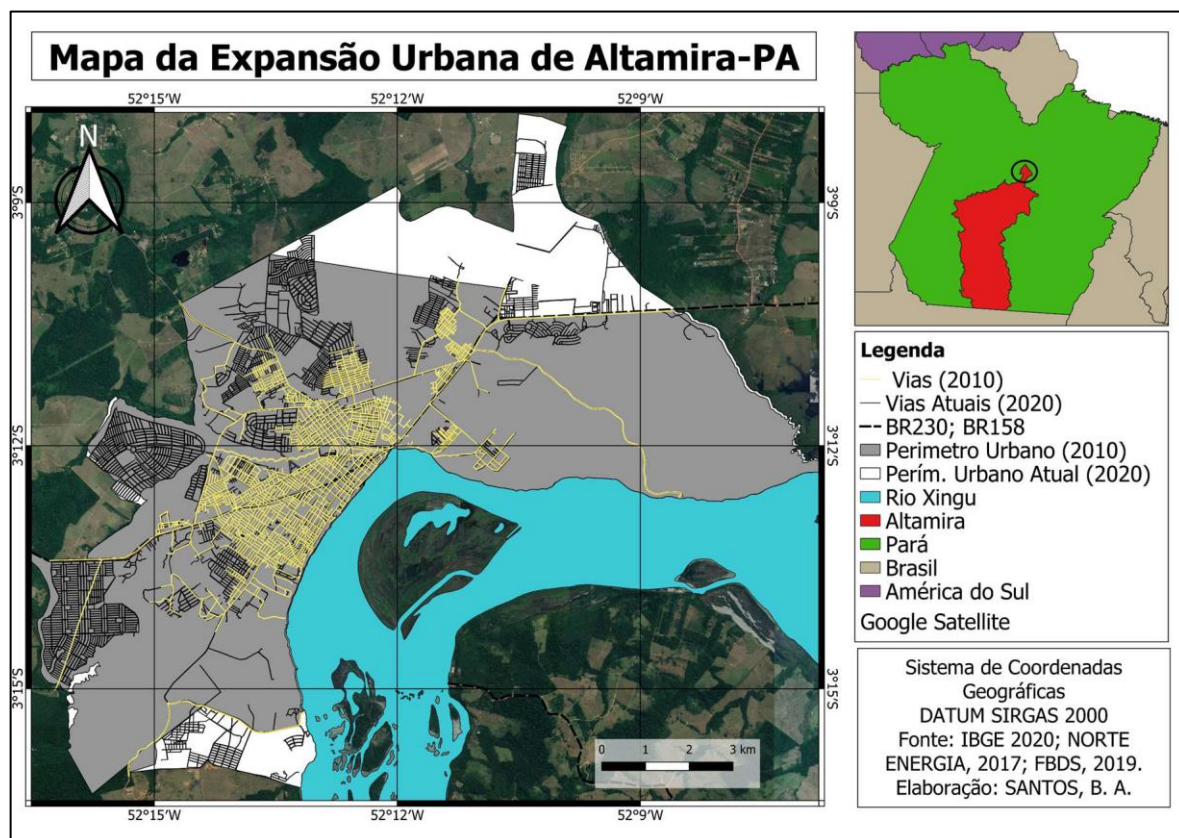


Figura 6. Mapa da Expansão Urbana de Altamira entre 2010 e 2019.

Fonte: IBGE, 2010; Norte Energia, 2019.

Cita-se aqui que os agentes imobiliários que se valeram “do grande empreendimento para lucrar, como é o caso das incorporadoras imobiliárias” (Miranda Neto, 2021), uma vez que este, construíram vários loteamentos, ao qual menciona-se Buriti, Cidade Nova, São Francisco, Viena, entre outros. O surgimento desses loteamentos contribuiu para a expansão urbana de Altamira que este tem suas localizações geográficas no limite do perímetro urbano desta cidade. Portanto, diga-se que com Belo Monte, a expansão urbana de Altamira ampliou-se adentrando o que antes era tido como rural.

Tais loteamentos, que surgiram entre os anos de 2011 e 2015, exigiu de seus proprietários uma lógica simples que visava o lucro através da venda de terrenos. Segundo Miranda Neto (2021), a estratégia era adquirir “antigas glebas rurais na periferia da cidade, próximas às vias estruturantes, em seguida transformar esses terrenos em lotes urbanos para vender a maior quantidade no menor tempo possível”. Ainda sobre os loteamentos, Miranda Neto (2021) diz que

Em Altamira, vários loteamentos planejados foram criados entre 2011 e 2015, com oferta de mais de 20 mil lotes urbanos. A estratégia era simples: adquirir antigas glebas rurais na periferia da cidade, próximas às vias estruturantes, em seguida transformar esses terrenos em lotes urbanos para vender a maior quantidade no menor tempo possível (Miranda Neto, 2021).

Logo, essa especulação imobiliária contribuiu para a reestruturação da cidade considerando para isso os atuais contornos do perímetro urbano. “A cidade cresceu enquanto mercadoria, porém a crise de moradia permaneceu: ainda há milhares de lotes urbanos não ocupados à espera de uma valorização” (Miranda Neto, 2021).

Sabe-se que no item 5 do PBA, especificamente o Plano de Requalificação Urbana é mencionado três projetos de intervenção direcionados para Altamira, Vitória do Xingu e Programa de Intervenção em Belo Monte e Belo Monte do Pontal (localidades pertencentes a Vitória do Xingu e Anapu respectivamente).

O Plano de Requalificação Urbana, de acordo com o PBA, era um conjunto de ações para as cidades afetadas pela construção e pela operação da UHE de Belo Monte (SOUZA et al, 2018) visando era atender às necessidades da população com a construção de novos acessos (Leme Engenharia, 2009). Ou seja, essa requalificação urbana, buscava “fortalecer a rede urbana diretamente afetada pela implantação da UHE Belo Monte frente aos impactos esperados e, ao mesmo tempo, incorporar as oportunidades de desenvolvimento regional daí resultantes” (Norte Energia, 2011, p. 10).

Nunes (2021) diz que

as premissas do Plano de Requalificação Urbana para a cidade de Altamira buscavam conciliar a formação do reservatório do Xingu com a intervenção na cidade de Altamira. Sabe-se que os impactos decorrentes da implantação deste empreendimento sobre o sistema urbano requeriam intervenções e modificações na estrutura urbana (Nunes, 2021, p. 27).

Porém, não foi somente a estrutura urbana e/ou viária que se modificou de forma intensa em Altamira, as relações socioespaciais também, havendo a interferência direta e significativa no modo de vida da população local. Quando se trata do “Plano de Requalificação Urbana”, deve-se mencionar, no caso de Altamira, o projeto de saneamento, com instalação das redes de água e esgotamento sanitário na cidade. As obras dessa condicionante causaram transtornos pela cidade, uma vez que ruas inteiras eram fechadas, impossibilitando o tráfego de pessoas e veículos.

Cabe citar que o Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte, tinha como carro chefe a meta de universalizar o abastecimento de água e o tratamento de esgoto para toda a área urbana de Altamira. Porém, como salienta Estronioli (2022), o

projeto de saneamento, no entanto, foi feito considerando apenas a poligonal urbana referente ao Plano Diretor Municipal de 2009, anterior à construção da barragem. Altamira, sendo o principal centro urbano de referência da região da hidrelétrica, viu sua população saltar de 99 mil habitantes, em 2010, para próximo de 150 mil habitantes no auge da construção da barragem, entre 2014 e 2015. Houve, assim, um descompasso entre o planejado para o sistema e a dinâmica acelerada de transformações na cidade, o que gera assimetrias de cobertura do sistema de saneamento até hoje (Estronioli, 2022).

Essas obras de saneamento até poderiam ser consideradas um impacto positivo do empreendimento, uma vez que a maioria das cidades amazônicas não possuem tal estrutura de serviço oferecido à população. Entretanto, saneamento é um direito assegurado pela Constituição. Ou seja, não se precisaria de Belo Monte para que fossem implantados pelos governos (nas três esferas de poder). Ainda em se tratando dos impactos gerados por Belo Monte em Altamira, têm-se o deslocamento compulsório dos atingidos da Área Diretamente Afetada (ADA) no perímetro urbano da cidade, como uma das condicionantes de Belo Monte e essa condicionante estava ligada à realocação das pessoas afetadas diretamente pela barragem.

Neste contexto, Santos e Nunes (2017) salientam que

Dentre os impactos sociais ocasionados pela construção de um empreendimento hidrelétrico está o deslocamento compulsório da população da área a ser impactada, que se caracteriza pela fragmentação das relações de pertencimento dos atingidos com o seu lugar de moradia e com os elementos que fazem parte do seu modo de vida (Santos; Nunes, 2017, p. 9).

Assim, o conjunto de áreas no perímetro urbano de Altamira, ora impactado, denominado ADA Urbana (Leme Engenharia, 2009; Miranda Neto, 2014) e de acordo com os estudos de impacto ambiental da UHE Belo Monte ficavam abaixo da cota altimétrica de 100 metros, tratando-se de uma margem de segurança em relação às cheias do Rio Xingu, cuja marca histórica havia atingido 99,27 metros no ano de 1980 (Brasil, 2009).

Portanto, o que se denomina ADA na cidade de Altamira, refere-se eram aquelas áreas que estavam às margens do rio Xingu e os igarapés Ambé, Altamira e Panelas e orla da cidade, ou seja, áreas centrais e/ou relativamente próximas das centralidades tradicionais da referida cidade. Tais áreas eram “ocupações informalmente conhecidas como Baixão do Tufi, Açaizal, Invasão dos Padres, Chifre de Ouro, dentre outras (Miranda Neto, 2016), “caracterizando-se

como áreas de risco, sem infraestrutura alguma, geralmente próxima aos igarapés com moradias instaladas” (Nunes, 2021, p. 30).

Na tentativa de elucidar a questão de localização geográfica da ADA, o Mapa 2 mostra as áreas afetadas dentro do perímetro urbano de Altamira ao qual compreendem quatro espaços distintos conforme a sua situação em relação ao rio, sendo (i) a orla de Altamira e as áreas urbanas situadas ao longo dos (ii) igarapés Altamira, (iii) Ambé e (iv) Painéis por estarem na cota de inundação, ao formar o reservatório da usina.

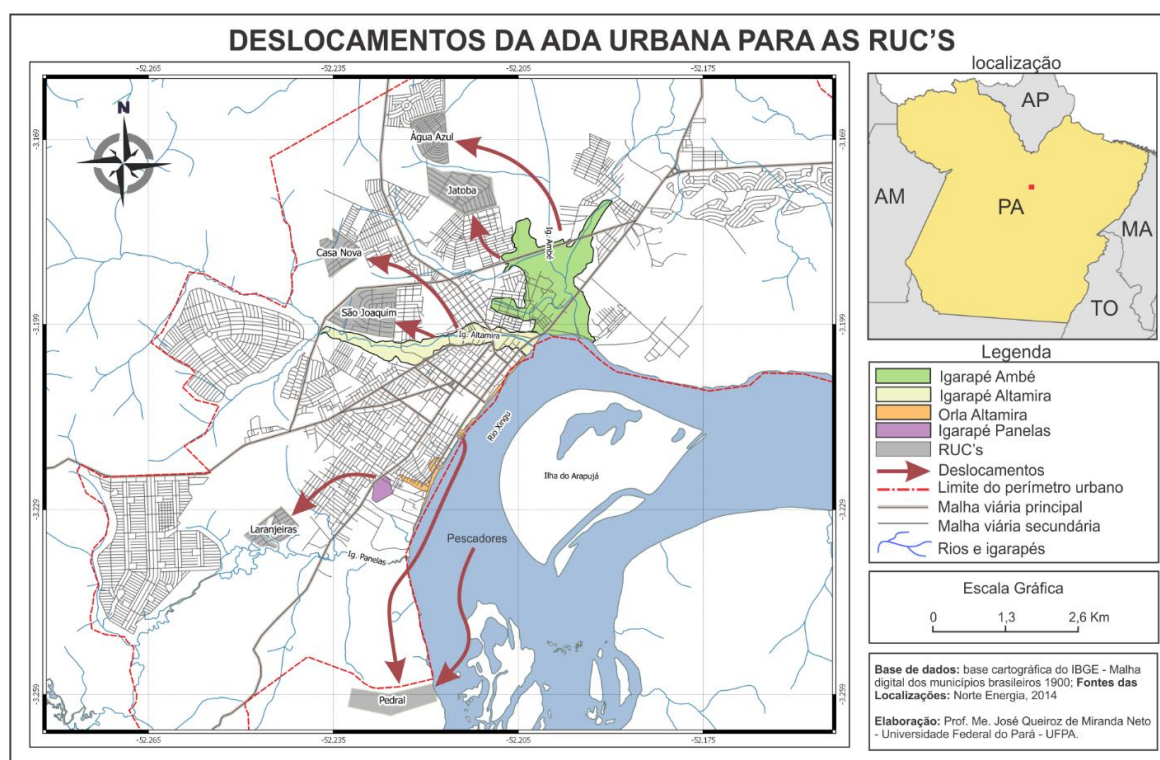


Figura 7. Mapa de Deslocamentos dos Atingidos da ADA para os RUCs

Fonte: LEPURB, 2014.

Assim, é possível observar, dentro da cidade, a revitalização de praças e parques nas proximidades dos igarapés de onde a população foi removida (Abreu, 2021, p. 80). É possível ver também na figura 7 o mapa de localização dos seis RUCs a serem construídos, local onde foram realocados os atingidos da ADA, aliás, foram obrigados a sair e escolher uma das formas de compensação, sendo indenização (em dinheiro ou carta de crédito) ou uma casa em um dos cinco primeiros RUCs. Sobre os RUCs será debatido mais adiante.

Inicialmente, foram construídos cinco RUCs, sendo Água Azul, Casa Nova, Jatobá, Laranjeiras, o RUC Tavaquara (antigo RUC Pedral) foi construído como condicionante da licença de operação da UHE Belo Monte para a realocação de pescadores, ribeirinhos e índios citadinos (Norte Energia, 2015; Nunes, 2021).

O PBA de Belo Monte já apontava que

A formação do reservatório do Xingu implicará no desalojamento de aproximadamente 16.420 habitantes, cerca de 24% da população urbana de Altamira. Esta simples afirmação revela a importância, o significado e a dimensão das profundas modificações que este fato irá gerar na cidade de Altamira (Norte Energia, 2011, p. 40).

Desta forma, todos que residiam na ADA e/ou estavam abaixo do limite da cota 100 deveriam ser indenizadas e/ou reassentadas, um total de 4.760 imóveis, compreendendo 666 estabelecimentos comerciais e 4.362 residências, considerando o grupo doméstico com um total de 16.420 pessoas (Norte Energia, 2011, p. 24).

É importante mencionar que os dados apresentados pela Norte Energia foram questionados pelo Ministério Público Federal (MPF). Para o MPF o número de atingidos residentes na ADA era muito superior aos que a Norte Energia apresentava. Para o Ministério Público Federal, o quantitativo seria

Cerca de 25,4 mil moradores vivem hoje em áreas alagáveis pela usina de Belo Monte no núcleo urbano de Altamira, e não cerca de 16 mil, ou seja, 9 mil a mais do que o previsto pela Norte Energia S.A. A discrepância entre o número de atingidos previstos pelo empreendedor e o detectado pelo MPF é de 55% [...]. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2012).

Nunes (2021, p. 31) ao se referir ao documento apresentado pelo MPF, diz que o

número de pessoas atingidas era superior ao número de pessoas constatado nos estudos de impactos ambientais. Embora o MPF tenha questionado tais números de atingidos no perímetro urbano de Altamira, a empresa responsável por Belo Monte procedeu à retirada da população atingida que residiam na ADA Urbana (Nunes, 2021, p. 31).

Tal documento do MPF apresenta um dado muito maior de pessoas que residiam na ADA, aproximadamente 9 mil a mais do que previam os estudos de Belo Monte. Logo, cita-se que desde a identificação dos impactos à população atingida, perpassando o cadastramento, remoções, reassentamento, indenizações e reparação dos danos sofridos há rastro de violações de direitos e de sofrimento às populações atingidas (Cornélio *et al*, 2019, p. 03). Mesmo assim, a Norte Energia conduziu o processo de reassentamento das famílias atingidas pelo por Belo Monte durante os anos de 2014 e 2015.

Assim, “milhares de famílias deixaram seus locais de origem para as novas residências nos RUCs” (Miranda Neto, 2021, p. 5), dando lugar aos parques. A maioria das casas na ADA

eram habitações sustentadas por palafitas como ser vista na Figura 8 que mostra as casas em palafitas no assentamento Invasão dos Padres. Esta área, alagava anualmente com as cheias do rio Xingu no período do inverno, justificando assim a sua construção em madeira e com uma certa elevação em relação ao nível da rua. Nota-se ainda a ponte que dava acesso as residências dos sujeitos que ali moravam.



Figura 8. Casas em palafitas no assentamento da "Invasão dos Padres"
Fonte: Miranda Neto, 2016.

Na figura 8, tem-se o “antes” do Parque Igarapé Altamira, sendo possível observar atualmente a transformação que esta área sofreu a partir da intervenção de Belo Monte, sendo nítido que antes se tinha um aglomerado de casas, ou seja, um conjunto territorial, onde pessoas ali residentes construíram suas territorialidades, suas vivências, mantendo suas relações territoriais. Contudo, com a remoção dessas pessoas, o lugar ora marcado pelas relações sociais, deu lugar a uma obra de engenharia que quase não possui movimentos e relações sociais estabelecidas neste novo território.

O fato concretizado é que, o processo de deslocamento compulsório sofrido pela população que residiam na ADA trouxe mudanças e rupturas profundas nas suas vidas, uma vez que suas vidas não serão mais a mesma, ou seja, romperam-se os vínculos, nos mais

diferentes campos cognitivos da vida dessa população. Ao se tratar deste fato como impacto oriundo de Belo Monte, é preciso salientar que o deslocamento compulsório aqui é entendido como processo de desterritorialização e por conseguinte reterritorialização dos atingidos por Belo Monte que estavam abaixo da cota de 100, considerada área de risco para possível alagamento após o enchimento do reservatório da usina.

Nesta perspectiva, Rodrigues (2020) diz que

Podemos atribuir ao processo de remanejamento compulsório, um movimento de quebra de vínculos, com a vizinhança, com parentesco, com a proximidade do rio. Soma-se uma partilha familiar, não bastasse o deslocamento obrigatório, uma vez que as várias famílias que receberam mais de uma casa, visto que muitas famílias moravam em uma mesma casa, e tiveram que ir para casas diferentes, conforme foi detectado na pesquisa de campo (2019) (Rodrigues, 2020, p. 120).

Assim, de acordo com autor é essencial entender que o deslocamento compulsório da população territorializadas nos locais outrora impactados é caracterizado pela fragmentação das relações de vivências dos atingidos por Belo Monte, construídas ao longo de suas vidas com os seus lugares de moradia e que reconstruir os laços jamais se reestabelecerão novos vínculos, pois, parece muito mais distante para acontecer.

Desta feita, entende-se que o deslocamento compulsório desses atingidos, ocasionou mudanças significativas, sobretudo após o remanejamento e a realocação de uma área para a outra. Já que, houve a mudança de habitação, relações de vizinhança, distanciamento de acesso aos serviços urbanos e possibilidades de ocupação e geração de renda, caracterizando assim, o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização dos atingidos por Belo Monte na cidade de Altamira.

Sobre isto, Padinha e Whitacker (2017) corroboram ao falarem que o

processo de deslocamento compulsório promovido pela implantação da UHE Belo Monte tirou e/ou impossibilitou à parcela significativa das famílias, continuarem seus antigos modos de vida e, por conseguinte, continuarem a ter condições financeiras para cobrir os custos com transportes, energia, alimentação etc e tal (Padinha; Whitacker, 2017, p. 398).

Ressalta-se então que, com a retirada da população dos lugares outrora denominada de “baixões”, que tinham suas localizações geográficas nas áreas centrais da cidade, aos poucos deu-se lugar aos “ditos” parques. Tal fato alterou as formas-conteúdo e redefiniu a função social das áreas diretamente afetadas (Miranda Neto, 2016).

Entretanto, com a retirada da população das áreas diretamente afetadas por Belo Monte e remanejadas para os RUC, os Baixões ficaram inóspitos na cidade (Nunes, 2021, p. 102).

Hoje, a paisagem dos parques é dominada pelo vazio. Muito embora, existam apropriações coletivas, através da prática de esportes no final de tarde, porém, tais espaços ainda são poucos utilizados por parte da população. A paisagem neste modo se torna um espaço de passagem.

Miranda Neto (2021), no entanto, diz que a remoção e o reassentamento desempenharam uma dúbia função

a oficial, que diz respeito à retirada de populações em áreas consideradas de risco; e a não oficial, que remete ao processo de higienização social da cidade moderna, no imperativo de retirar os pobres do centro e, posteriormente, decidir que tipo de população deverá ocupá-lo. Tal prática possui uma denominação específica nos estudos urbanos: a gentrificação (Miranda Neto, 2021).

Já Nunes (2021), diz que “a sensação que ficou aos antigos moradores e estudiosos de Belo Monte, após a construção dos parques e orlas da cidade, foi a de ter sido feito uma “limpeza social” (Nunes, 2021, p. 104) retirando-se a população mais pobre do centro e da entrada da cidade. A autora ainda salienta que

Mesmo já apropriados em suas novas casas, muitos ainda se interrogam, qual o real motivo de terem sido desapropriados se lá (Baixão) nunca alagou. É a resposta mais imediata que paira não só para os moradores, como também para os movimentos sociais da região e estudiosos é a sensação de uma limpeza social para a consolidação da “dita” urbanização no centro da cidade que se concretizou após a desocupação da área (Nunes, 2021, p. 128-129).

A questão é que, com Belo Monte houve “uma série de processos que alteram um modo de vida, um convívio social, uma forma de organização espacial e a quebra de relações familiares e simbólicas” (Cornélio *et al*, 2019, p. 13). Daí tem-se o processo de Territorialização, Desterritorialização e reterritolização dos atingidos, uma vez que no seu antigo local de vivência, estes viveram a maior parte de suas vidas, suas histórias e memórias foram estabelecidas ali.

No entanto, tiveram de ser retirados desses lugares que outrora fora suas estabelecidas suas territorialidades, onde apresentavam diferente modos de vidas, vínculos territoriais, relações sociais que não fora respeitado no momento da negociação e o restou foi ter que ser realocados nas suas novas casas, nas suas novas ruas, nos seus novos bairros. Portanto, nos Reassentamentos Urbanos Coletivos, uma nova territorialização iniciou-se para esses atingidos.

2.2. A produção dos RUC e alterações nas relações entre os sujeitos

As ações de requalificação urbana oriundas das condicionantes na cidade de Altamira, se referem às alterações feitas, construída na tentativa de mitigar os impactos gerados pelas obras de Belo Monte, e contribuíram para a reestruturação urbana que alterou a dinâmica da cidade. Entre essas ações cita-se a realocação da população residente na ADA, uma vez que esta era uma área de inundação uma área de inundação compreendendo a localização geografia dos três igarapés - Altamira, Panela e Ambé - abaixo da cota de 100, correspondente a 25% da malha urbana de Altamira (Miranda Neto, 2016; Pereira, 2021).

Para a realocação dessa população, a ação mitigatória foi a construção dos Reassentamentos Urbanos Coletivos, doravante denominados de RUCs, sendo inicialmente cinco – Água Azul, Casa Nova, Jatobá, Laranjeiras e São Joaquim – o primeiro a ficar pronto e a receber a realocação foi o RUC Jatobá. A construção destes RUCs acompanhou o sentido da expansão do perímetro urbano da cidade.

A partir de Belo Monte e do seu plano de requalificação urbana para Altamira, é essencial entender que

Os Reassentamentos Urbanos Coletivos configuram uma forma de organização da vida social, uma dada dimensão desta totalidade, o urbano, pela produção de bairros planejados, na conjugação de um projeto e traçados urbanísticos, com arruamento, sistemas de coleta de água pluviais, esgoto, abastecimento de água. Dispondo de equipamentos urbanos e serviços públicos, como quadras, praças, academias a céu aberto, barracões coletivos, escolas, postos de atenção e saúde familiar, CRAS, creches etc (Rodrigues, 2020, p. 114).

Ou seja, os ditos RUCs, nada mais são que bairros projetados com infraestrutura adequada para moradia construídos pela Norte Energia, como condicionante da UHE Belo Monte que transformou, alterou e modificou a paisagem de Altamira. Cabe destacar que, as casas nos RUCs, eram uma das opções de indenização oferecidas aos atingidos, ao qual, estimava-se que esta seria a opção da maioria dos atingidos urbanos (Leme Engenharia, 2009).

Soares (2022, p. 1020) menciona que os “RUC, assim como os demais conjuntos habitacionais populares construídos com o objetivo de resolver os problemas de moradia, têm como uma das características comuns o distanciamento das áreas urbanas centrais”. Rodrigues (2020, p. 115) corrobora com a afirmativa de Soares (2022) ao dizer que fica claro sua disposição dos RUCs para áreas distantes da centralidade tradicional de Altamira, situada à margem do rio Xingu e adjacência, é deslocada para as seguintes direções: Nordeste, Noroeste e Sudoeste, em relação à centralidade tradicional referido (Rodrigues, 2020, p. 115).

Seguindo os critérios estabelecidos, inicialmente foram pré-selecionadas 17 áreas para implantação dos RUCs. De acordo com Carvalho *et al* (2019) compreendiam áreas periurbanas, áreas de preservação ambiental e áreas utilizadas como fazenda (p. 113). Na figura 4, é possível observar as essas 17 áreas.

Os critérios para a construção dos RUCs, segundo o PBA, seguiram são a (i) Distância máxima de 2 km do local da atual moradia da população ao local de reassentamento; a (ii) Presença de equipamentos urbanos; a (iii) Acessibilidade; as (iv) Condicionantes ambientais (existência de cobertura vegetal e área de preservação permanente junto aos corpos d'água, declividade e geomorfopedologia); e a (v) Legislação urbana (Norte Energia, 2011, p. 52).

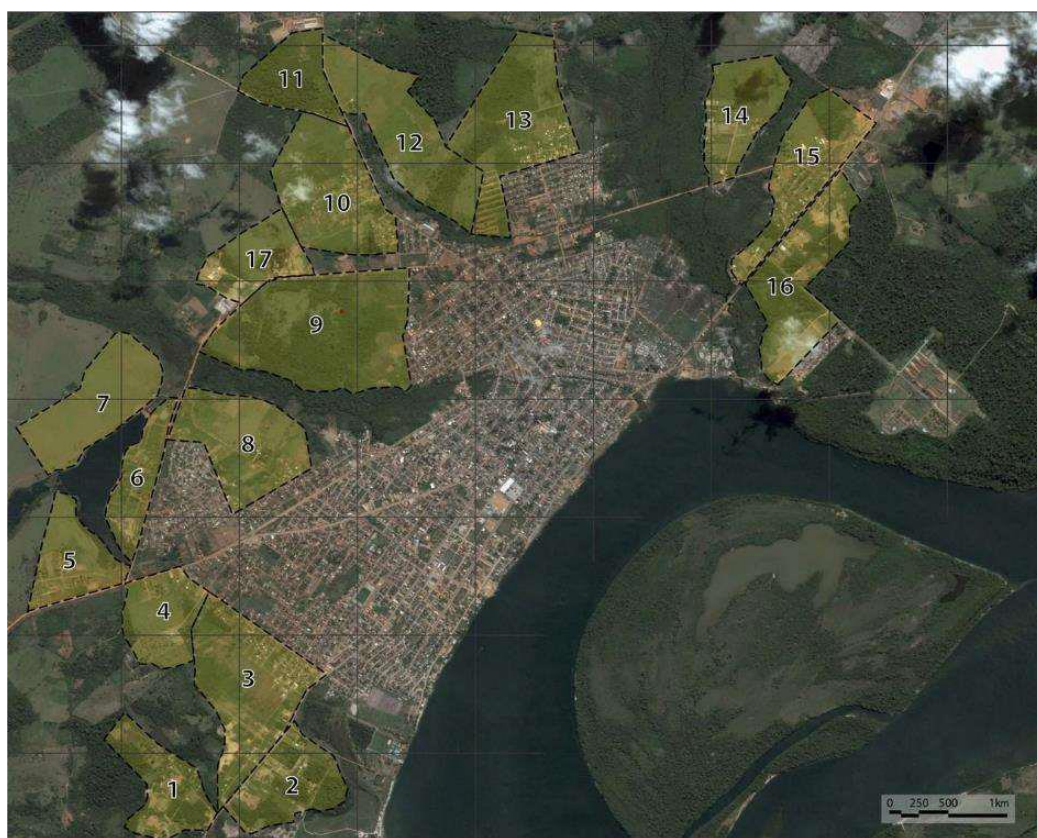


Figura 9. Localização das Áreas Preliminarmente Identificadas para Construção dos RUCs
Fonte: Norte Energia, 2011; Imagem: Google Earth (2010). (Imagem Retirada do EIA/RIMA)

Nota-se, no entanto, na figura 9 que todas as 17 áreas pré-selecionadas para implantação dos RUCs, estavam localizadas em áreas distantes da centralidade da cidade, do rio e sobretudo, distantes da denominada ADA, local de onde foram remanejados os atingidos por Belo Monte. Outrora, cita-se que nas áreas pré-selecionadas, havia o predomínio de florestas e/ou pastagens para criação de gado conforme afirma Carvalho *et al* (2019, p. 113). Entretanto, é correto dizer ao observar a figura 9 que, as 17 áreas pré-selecionadas estavam no limite do perímetro urbano

de Altamira e que independente onde os RUCs fossem implantados ficariam distantes do centro e dos locais outrora impactados. Dentre essas 17 áreas pré-selecionadas, selecionou-se 5 áreas onde foram implantados os Reassentamentos Urbanos Coletivos.

Neste contexto, a figura 10, mostra a quantidade de unidades habitacionais e a distância de cada RUC em relação ao centro da cidade. Observa-se que o RUC mais distante do centro da cidade é o RUC Tavaquara, localizado a 6,6 km de distância, seguido do RUC Laranjeira. O RUC mais perto é o São Joaquim que fica a uma distância de 2,4 km do centro de Altamira (Norte Energia, 2015; Miranda Neto, 2015; Alves; Coelho, 2020).

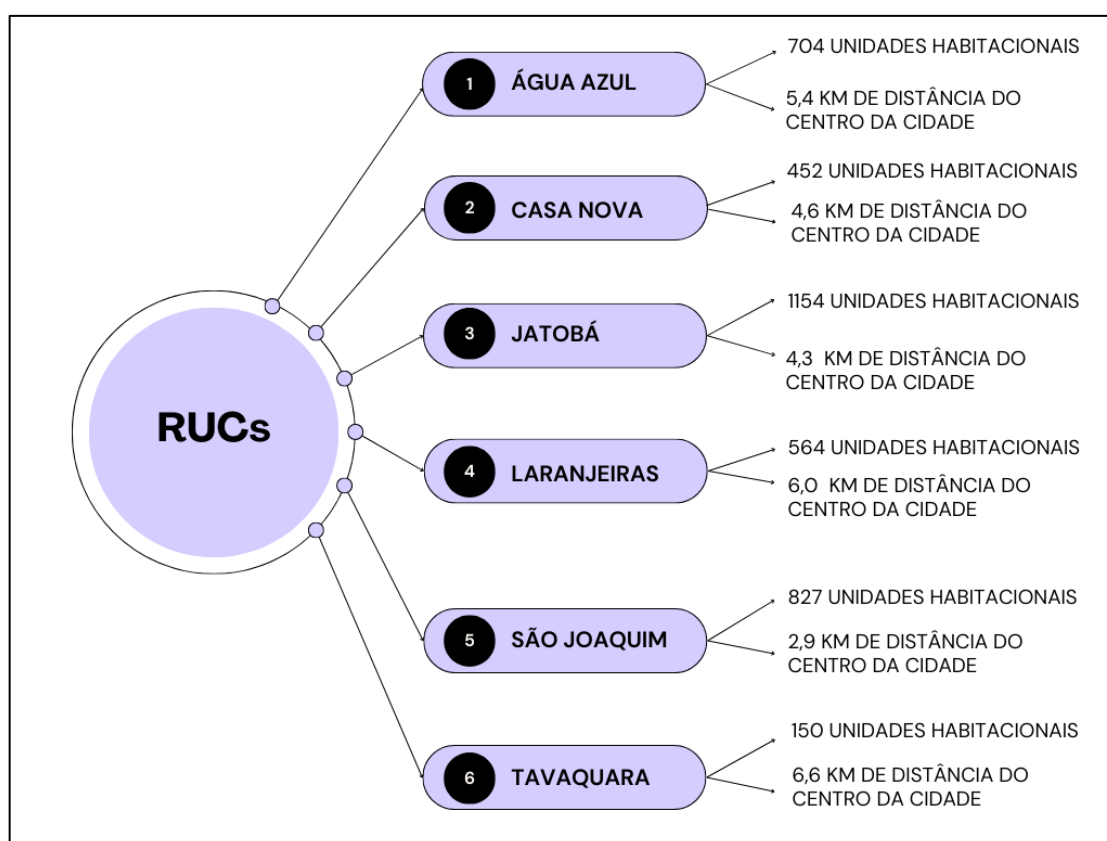


Figura 10. Distância dos RUCs em Relação ao Centro da Cidade de Altamira
Fonte: Norte Energia, 2015; Miranda Neto, 2015; Alves; Coelho, 2020.

Se considerado os critérios estabelecidos no PBA de Belo Monte, pode ser dito que estes não foram respeitados, já que os cinco primeiros RUCs foram construídos a mais de 2 km de distância da ADA, ou seja, a distância entre os RUCs e o centro da cidade – local onde residiam a maioria dos atingidos por Belo Monte – é superior a 2 km. Outrora, é importante dizer que dessas 17 áreas, algumas foram incorporadas por empreendimentos imobiliários, fazendo surgir vários loteamentos urbanos na cidade de Altamira de forma muito rápida e inesperada, atuando diretamente na (re)produção do espaço urbano de Altamira (Pereira, 2021, p. 41).

Carvalho *et al* (2019), ao se referir aos RUCs, diz que “uma das principais características dessas localidades é a relativa distância em relação ao centro da cidade, causando assim o isolamento das famílias que habitam os RUCs”. Alves e Coelho (2020) corrobora com Carvalho ao afirmarem que as

localizações e tipologias dos RUCs foram decididas unilateralmente pela concessionária, sem diálogo efetivo com as 4.100 famílias realocadas. Se localizam nas margens do município e distantes do rio, em áreas desprovidas de serviços públicos essenciais ou distantes das áreas de origem da população removida (as áreas diretamente afetadas), o que desacata condicionantes do Plano Básico Ambiental (Alves; Coelho, 2020).

Tal fato é notório ao se observar as localizações geográficas dos RUCs (Figura 11), nota-se que a distância destes em relação ao centro da cidade é realmente considerável, tendo-se assim, a segregação socioespacial a partir dos novos reassentamentos urbanos coletivos RUC que estão localizados distante do centro urbano de Altamira e que receberam a população que viviam nos “baixões” e bairros periféricos próximos ao leito do Rio Xingu (Soares, 2022). Desta forma, a concepção que se tem deste processo é que este foi caracterizado pelo afastamento das famílias pobres que residiam na ADA para áreas mais distantes do centro de Altamira.

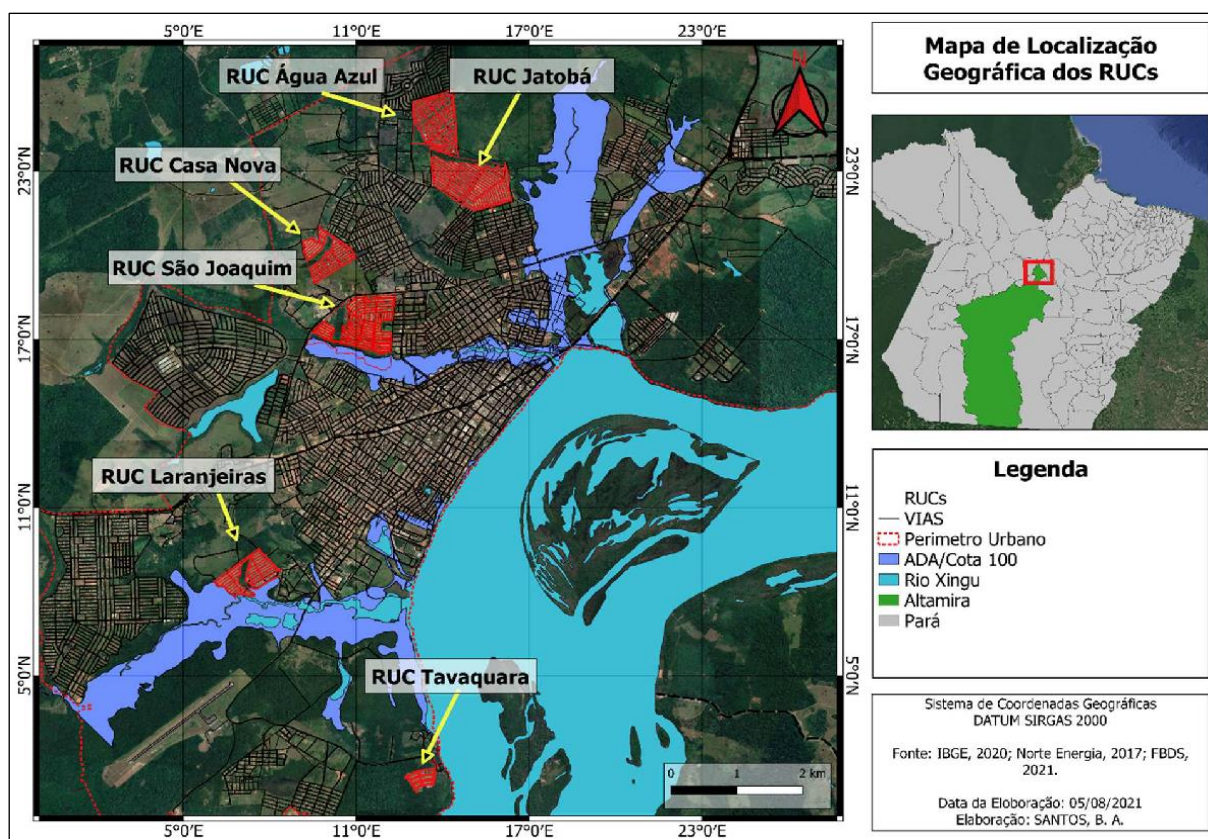


Figura 11. Mapa de Localização Geográfica dos RUC
Fonte: IBGE, 2020; Norte Energia, 2017; FBDS, 2021.

Sobre esses espaços da ADA, Nunes (2021) diz que

como condicionante o empreendedor executou uma ‘reestruturação urbana’. A reestruturação deste espaço se deu inicialmente pelo alargamento dos igarapés e aterros ao longo de suas margens e em seguida grandes pontes de concretos foram erguidas sobre os igarapés e passarelas foram construídas para o acesso de pedestres aos parques e ao centro da cidade (Nunes, 2021, p. 102).

Já sobre os Reassentamentos Urbanos Coletivos, Padinha (2017) fala que estes estão

longe de possibilitar a liberdade de moradores. Hoje, trancados em suas casas, mais do que na época em que viviam nos baixões. Falta água potável nos RUCs, abastecidos de forma deficiente seja pela empresa (a Norte Energia) seja pelo poder público municipal (a prefeitura de Altamira). Para alguns a estrutura da casa melhorou. Em especial, para os que habitavam as tradicionais palafitas, localizadas às margens e/ou sobre os igarapés Altamira, Ambé e Panelas. Para outros a estrutura é pior. Suas casas eram maiores e com material de melhor qualidade, eram feitas de tijolos e não, somente, de concreto. Tinham mais de cinco anos de garantia. Nelas era possível dormir em redes. Nas novas casas, essa prática, cotidiana e banal, não é possível. A espessura das paredes não possibilita colocar redes em casa. Nas novas casas sair para comprar algo e fazer algo é atividade que precisa, agora, ser planejada. Não podendo mais ser feita no impulso. As distâncias em relação a comércio, lojas e serviços já não mais permite o impulso, o “vou ali e volto já”. As distâncias dos RUCs em relação a centro da cidade, hoje, consomem muito tempo e dinheiro das pessoas. Transporte público não há. Ônibus que passa a cada quatro horas, custam 3 reais por pessoas ao dia, sem direito a meia passagem, seja para estudantes seja para idosos etc., não pode ser assim classificado. E, o que dizer do aumento do custo de vida, em relação: a comida, ao transporte e a energia elétrica. Não é possível defender que a vida, quando da análise de aspectos mais globais, sofreu melhora. Os RUCs de Altamira reproduzem uma lógica comum a outros loteamentos pelo país afora. Estão distantes do centro urbano. A acessibilidade a estes é ruim. Sendo desassistido de uma condição que possa ser classificada como digna, aos que ali moram. São produtos perversos do “ajuste do capital” e de uma intencionalidade excludente do Estado. E aqui, estamos a falar de distância física. De limitações promovidas por mudanças provocadas no espaço absoluto. Mas, e a distância afetiva? (Padinha, 2017, p. 392-393).

Sabe-se que as localizações e tipologias dos RUCs foram decididas unicamente pela empresa responsável por Belo Monte, sem haver diálogo efetivo com as famílias realocadas. Tais RUCs, como já mencionado anteriormente, estão localizados geograficamente nas margens da cidade, portanto, distantes do rio, em áreas desprovidas de serviços públicos essenciais ou distantes das áreas de origem da população removida, contradizendo o Plano Básico Ambiental o que promove as limitações de mobilidade dos realocados já que tudo (bancos, hospital etc) ficaram distantes dos ditos RUCs,

Miranda Neto (2021) menciona que “muitos habitantes reclamaram que ficaram distantes de seus vizinhos; alguns, inclusive, em loteamentos diferentes, desfazendo-se as relações de sociabilidade da área de origem”, sendo “um verdadeiro dreno, obstruindo e sugando a vida e a energia do Xingu” (Rodrigues, 2020, p. 118).

Em relação às casas construídas nos RUCs, Miranda Neto (2021) diz que

As casas nos RUC são de concreto (incluindo todas as paredes), moldadas com fôrmas de alumínio — uma alternativa viável à empresa construtora por acelerar o processo de construção e reduzir a mão de obra. A escolha, porém, gerou questionamentos por se diferenciar do padrão construtivo local (alvenaria de tijolos). Muitos habitantes reclamam até hoje de fissuras nas paredes e de dificuldades de adaptar o imóvel às suas necessidades (Miranda Neto, 2021).

Essas unidades habitacionais construídas pela Norte Energia nos RUCs, estas possuem as seguintes medidas padrão, 63 m², 2 quartos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social, varanda e área de serviço com três modelos de casas conforme figura 12, podendo as fachadas serem escolhida nas cores “Tangerina, Hortência e Amarelo Canário”. Destaca-se, dos três modelos de casas, as do tipo 2 e tipo 3 possuem banheiros adaptados para pessoas idosas e/ou com deficiência. (Norte Energia, 2014).



Figura 12. Modelos de Casas dos RUCs

Fonte: Norte Energia, 2014.

O sistema construtivo das residências dos cinco primeiros RUCs – Água Azul, Casa Nova, Jatobá, Laranjeiras e São Joaquim – foram em concreto pré-moldado, não comportando as configurações e particularidades das famílias realocadas, sendo estas inadequadas para o

clima local e tal estrutura impedem modificações e/ou ampliações necessárias, muito embora, saiba-se que os realocados fizeram construções os fundos dessas casas – fato que vai ser comentado mais adiante. Sobre este sistema construtivo, Alves e Coelho (2020), menciona que a construção dos RUCs, implicou no

imperativo de rearranjo via aparência urbanizada como é possível de se observar no tipo construtivo das habitações dos reassentamentos em comparação com as casas dos Igarapés. Neste ponto, nem em termos arquitetônicos e quantitativos, nem em qualidade de vida os RUCs corresponderam às reais necessidades da população (Alves; Coelho, 2020).

A seguir, a figura 13 mostra um conjunto dessas casas construídas nos RUCs e nas cores mencionadas anteriormente, feitas em concreto pré-moldado, construídas e entregue pela Norte Energia aos atingidos realocados, como medida mitigatória, a tal da condicionante de Belo Monte.



Figura 13. Casas que foram entregues aos realocados
Fonte: Alves; Coelho, 2020.

Embora entenda que, diante deste cenário, a UHE Belo Monte tenha inaugurado um novo capítulo na produção do espaço urbano de Altamira, uma vez que, esta hidrelétrica

reestruturou, remodelou o perímetro urbano da cidade por meio das medidas mitigatórias das condicionantes, construindo, entregando e realocando os atingidos da ADA nos RUCs, o

processo de desapropriação para muitos foi de extrema dor, pois os laços afetivos ali estabelecidos foram brutalmente rompidos, uma vez que várias famílias foram obrigadas a aceitar a indenização de suas casas ou serem reassentadas nos bairros de RUCs, bem como em novas áreas rurais, gerando a ocorrência da perda de identidade dessas famílias, como podemos identificar no depoimento de uma reassentada do bairro Jatobá, antiga moradora do bairro Baixão do Tufi (Neves, 2019, p. 67).

Neste contexto, Nunes (2021) afirma que a “instalação e operacionalização da UHE provocaram transformações negativas de maneira irreversível para as populações atingidas abarcando a degradação simbólica e cultural da relação sociedade-espço (p. 40). A autora ainda menciona que

Os deslocamentos compulsórios podem ocasionar mudanças em múltiplos aspectos da vida dos atingidos, trazendo-lhes perdas em muitas dimensões de suas vidas: sociais, econômicas, culturais, podendo acontecer individualmente e/ou coletivamente (Nunes, 2021, p. 80).

Partindo das colocações das autoras citadas, percebe-se que a desterritorialização, neste caso, assume diversas conotações pela forma que os sujeitos se apropriaram do território que outrora fora seu. Desta forma, o território dos atingidos é um território relacional a partir de relações sociais (materiais e simbólicas) que engendram o território, sendo que, para compreender essas relações, precisa-se conhecer também quem são os atores, para tentar exprimir a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço” (Raffestin, 1993, p. 153), tal como frisa Di Méo e Buléon (2007) ao afirmar que é

assim que numerosos atores e agentes sociais se espacializam se territorializam, na medida em que a relação privilegiada (de designação, apropriação, qualificação) que eles mantêm com seu espaço de ação transformam-no em território. Mas globalmente, chamar-se-á ator ou agente territorializado todo homem ou toda mulher que participa de forma internacional de um processo com implicações territoriais. Em sentido mais amplo, essa implicação pode revestir-se de várias formas, das mais triviais (delimitação de uma parcela, edificação de uma casa, no caso do agente mais que ator) aos mais fundamentais: criação de uma cidade, de uma barragem, de uma rede de transportes. É dizer que raros são os indivíduos e as pessoas que não preencham um dia ou outro a função de ator ou de agente territorializado. Esses atores e agentes contribuem para a constituição de território. Eles os constroem por suas ações: sem ator não há nada de geografia, tampouco haverá território (Di Méo; Buléon, 2007, p. 31).

Portanto, é preciso considerar as diferentes trajetórias de vida desses atingidos, bem como, o tempo de suas vivências em um determinado espaço num centro período de tempo,

pois estes, perpassam o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, de construção de identidade, vivência e de pertencimento com diferentes grupos sociais nos diversos e diferentes momentos de suas vidas, resultando assim, em seres de múltiplos pertencimento (Nunes, 2021, p. 35), já que a

territorialidade dos sujeitos vincula-se e reflete a materialidade do local, onde se instala cada ator social, quais suas estratégias, como eles interagem e conversam. O pesquisador deve também observar como a dimensão material e a dimensão ideal são utilizadas como forma de dominação explícita (material) e apropriação implícita (imaterial) como forma de poder para afetar, conter e controlar os atores sociais (Nunes, 2021, p. 37).

Logo, entende-se que o deslocamento compulsório dos atingidos por Belo Monte foi caracterizado pela fragmentação das relações de vivências construídas ao longo de suas vidas com os seus lugares de moradia, considerando que o

espaço e, certamente o tempo, são as propriedades inalienáveis, indissolúveis e indissociáveis, que todo ser, coisa ou fenômeno têm e possuem. Já o território é uma construção histórica. É a sociedade ou parte dela que constroem o território ou parte dele (Oliveira, 2009, p. 9).

Considerando o remanejamento da população da ADA para os RUC, entende-se que houve o processo de desterritorialização conforme corrobora Nunes (2021, p. 37) ao dizer que

A desterritorialização dos atingidos pela UHE Belo Monte se deu pela transferência territorial compulsória das famílias das áreas impactadas, ocasionadas pelos efeitos advindos do empreendimento que não permitia mais a existência de moradias naquele lugar, ou seja, todas as impressões territoriais e vínculos afetivos foram corroborados e nenhuma indenização foi suficiente para a reconstrução ou continuidade da identidade simbólica e cultural dos atingidos pois o seu valor encerrou-se apenas em valores econômicos ignorando totalmente os modos de vidas daquela gente (Nunes, 2021, p. 37).

Tal processo de desterritorialização que foi compulsória em Altamira advinda de Belo Monte, propiciou a dissolução de comunidades, redes familiares e de vizinhança, ou seja, abrangeu tanto valores materiais, quanto imateriais, simbólicos e culturais, com o local de moradia nos Igarapés (Alves; Coelho, 2020). Pois, as representações sociais dos sujeitos territorializados, neste caso, apresentam uma identidade, considerando os seus “multigrupos” e seus “multiterritórios” (Di Méo; Buléon., 2007, p.18). Isto posto, a apropriação do espaço para a construção da UHE Belo Monte, significou segundo Nunes (2021) em

uma aniquilação da formação territorial dos sujeitos. Não obstante, a transformação do território decorrente da apropriação do espaço para a construção deste empreendimento hidrelétrico contorna o conflito de territorialidades, a partir da territorialização da barragem - e do processo de desterritorialização/reterritorialização dos seus atingidos (Nunes, 2021, p. 37).

E que, a

relação dos sujeitos com seu território traz um sentimento muito amplo de valores que não se perde e são transmitidos através de gerações que construíram sua própria cultura, seu modo de vida, e atribuíram, para além do valor material, um valor simbólico à terra, à mata, ao rio, elementos formadores de identidades e alteridades. O território transcende a dimensão objetiva da reprodução de necessidades básicas e das relações de poder, ao incluir outra —dimensão subjetiva e simbólica, afetiva e cultural construída pela prática sociall (Cervinski, 2015, p. 04).

Desta feita, “desconsiderar a função social e simbólica do território é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer” (Haesbaert, 2006, p. 98). Ferreira (2014, p. 129) apoiado na leitura de Raffestin (1993), diz que a territorialidade deve ser entendida como multidimensional e inerente à vida em sociedade, pois, a

territorialidade assume um valor bem particular, pois reflete o multidimensionamento do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral. Os homens “vivem” ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas (Raffestin, 1993, p. 158).

Neste aspecto, Rafael (2018) diz que

acrescenta que a territorialidade traduz o conjunto daquilo que se vive cotidianamente: relações com o trabalho, com a igreja, com a família, etc. Ou seja, ela é multidimensional, conforme frisado anteriormente por Raffestin (1993). Ainda se faz necessário reiterar que esse conjunto não exprime simplesmente um caráter “funcional” (Rafael, 2018, p. 53).

Diante do exposto, é notório que os atingidos tinham sua organização social, seu modo de vida impregnado nos antigos espaços de vivência, construídos ao longo dos anos. Ou seja, os sujeitos das áreas impactadas eram sujeitos territorializados.

Conforme Neves (2019) destaca, é necessário enfatizar que a

territorialidade leva em conta os lugares em que se desenvolvem e o ritmo que a ela implica, levando em consideração os aspectos dinâmicos, sendo eles internos ou externos que estão intimamente ligados a vivência cotidiana dos indivíduos que se materializa no lugar e parece refletir nas dimensões culturais, políticas, econômicas e

sociais, se organizando na desordem e na complexidade das relações socialmente construídas (Neves, 2019, p. 34).

Contudo, a partir do momento que os atingidos foram realocados, tiveram que se adaptar às novas territorialidades impostas por Belo Monte, uma vez que, como condicionante, foram construídos os Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) como opção de indenização oferecidas aos atingidos pela UHE Belo Monte (Leme Engenharia, 2009, p. 271) e/ou ações mitigatórias, entre elas, o reconhecimento dos processos de desterritorialização e reterritorialização que são simultâneos, caracterizados como a saída forçada dos sujeitos dos seus lugares de vivência e a inserção destes em novos territórios é elegível.

Sobre o aspecto da desterritorialização ocorrido em Altamira em razão da UHE em questão, Nunes (2021), fala que

O remanejamento/reassentamento da população da ADA urbana em Altamira caracterizou-se pela perda de territorialidade que havia sido concebida desde o início da ocupação e colonização da cidade, ou seja, a partir do avanço das primeiras missões jesuíticas no médio Rio Xingu, onde foram erguidos templos religiosos, colégios e habitações necessárias ao trabalho da igreja (UMBUZEIRO & UMBUZEIRO, 2012), perpassando pela abertura da rodovia BR 230 (Rodovia Transamazônica) na década de 1970 até a construção e operacionalização desta hidrelétrica (Nunes, 2021, p. 38).

E que

O processo de remanejamento assim como a perda do território da população retirada das áreas impactadas por Belo Monte, trouxeram efeitos negativos para a vida daquelas pessoas, impondo-lhes uma nova condição de vida, diferente do modo de vida as quais estavam habituadas, fortemente vinculados ao seu lugar de vivência, ora desmantelado pelo reservatório da UHE Belo Monte (Nunes, 2021, p. 38).

A autora caracterizando a desterritorialização, menciona-se que esta, se deu pela destituição dos abrigos físicos dos atingidos e pela perda de identificação espacial estabelecida anteriormente com o território outrora perdido, havendo assim, uma dissolução de conexões e fluxos sociais, o que colocou em risco os modos de vida e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas historicamente no território destes que foram atingidos por Belo Monte através da lógica de desapropriação.

Destarte, o PBA (2011), já menciona que

Todos que de alguma forma dependem do território afetado e seus recursos, ou que nele estruturaram seus vínculos e serão atingidos em função do deslocamento compulsório (físicoterritorial); por perdas econômicas mediante a ruptura de suas atividades produtivas; pelo comprometimento dos vínculos sociais (comunitários,

familiares, de vizinhança, de compadrio, etc.); e pela perda de equipamentos sociais ou de infraestrutura até então disponível (Norte Energia, 2011, p. 249).

Compreendendo esta noção de desterritorialização oriundas de Belo Monte, Marinho e Saraiva (2012) dizem que esta

permite refletir sobre as implicações sócioespaciais da Hidrelétrica de Belo Monte em uma perspectiva multiescalar e multidimensional, permitindo reconhecer as implicações dessa hidrelétrica não apenas sobre a reprodução i-material de quem já se deslocou (ou está deixando) da área da obra, como também sobre as condições de existência de quem ainda persiste no entorno do grande objeto geográfico, mas em condições territoriais marcadas pela instabilidade (Marinho; Saraiva, 2012, p. 05).

Sabe-se que, cotidianamente passamos de um território a outro, ou seja, a vida é um movimento contínuo de desterritorialização/reterritorialização, em que se abandona o território, mas não se destrói o território abandonado (Haesbaert, 2009). Neste sentido, salienta que a desterritorialização dos atingidos por Belo Monte aconteceu de forma abrupta, repentina e forçada e que nenhuma indenização servirá para minimizar a perda do seu território.

Assim, cita-se que a reterritorialização consistirá numa tentativa de recomposição de um território engajado num processo desterritorializante" (Guattari; Ronilk, 2010, p. 388), já que estes processos são indissociáveis. Os processos de desterritorialização/reterritorialização são concomitantes. Neste sentido, Deleuze e Guattari (2009, p. 69) falam que "temos que pensar a desterritorialização como uma potência perfeitamente positiva, que possui seus graus e seus limiares e que sempre é relativa, tendo, em reverso, uma complementaridade na reterritorialização".

Neste sentido, Nunes (2021) com base nos argumentos de Haesbaert (2004,) diz que “a implantação dessa hidrelétrica compõe o quadro repetido de destruição e recriação de territorialidades” já que para Haesbaert a “vida é um constante movimento de desterritorialização e reterritorialização, para tanto estamos sempre indo de um território para outro, abandonando territórios, fundando novo” (Haesbaert, 2004 p.138).

Portanto, se considerado a realocação dos atingidos nos RUCs, já que estes passaram e/ou estão passando por um processo de adaptação e conquista nesse novo território denominados RUCs, onde estes realocados estão construindo seus novos vínculos de pertencimento, seus novos modos de vidas, numa tentativa de recompor o território outrora perdido, têm-se a compreensão de que os atingidos sofreram o processo de desterritorialização, estes também estão num processo de reterritorialização.

Embora, seja preciso ressaltar o caráter dessa nova territorialidade aqui em discussão, já que ela foi imposta à população desligar-se de seus lugares e ocupar novos espaços, no caso, os Reassentamentos Urbanos Coletivos, conforme salienta Nunes (2021, p. 41) e que por sua vez, esta reterritorialização é marcada pela reconstrução e construção de identidade, de relações socioculturais, trazem uma nova territorialidade à população (Nunes, 2021, p. 121).

Apesar de ser ter o entendimento de que a “reterritorialização, compreende o movimento de reconstrução e retomada de laços de identidade e inserção territorial sob novas bases de qualificação” (Fuini, 2014 *apud* Nunes, 2021), é preciso frisar que os realocados tentaram recompor as suas vivências reproduzindo aspectos outrora vividos na ADA, entre essas reproduções estão a construção de casas palafitas nos RUCs, conforme pode ser observado na figura 7. Nota-se então que a palafita em questão foi construída no fundo do lote entres duas casas, o detalhe é que o material utilizado é a madeira, outrora aproveitada da sua antiga casa.



Figura 14. Palafita construída no RUC São Joaquim
Fonte: Miranda Neto, 2015.

Ainda nessa perspectiva, Nunes (2021) fala que

Nas visitas realizadas ao RUC São Joaquim foi possível observar que os moradores reaproveitaram os restos de madeira retiradas de suas antigas casas para ampliar suas

novas moradias com varandas semiabertas na parte frontal, lateral ou mesmo ao fundo das casas. Ainda foi possível perceber que alguns moradores ergueram no restante do terreno uma pequena morada em palafitas com restos de materiais retirados das casas que foram colocadas abaixo pela Norte Energia e suas características físicas lembravam o antigo lar no Baixão (Nunes, 2021, p. 123).

O entendimento que se tem é que os realocados tentam e/ou tentaram recompor seus antigos modos de vidas nos RUCs, traduzidas na construção dos espaços além da casa ganhada pela indenização de Belo Monte. Espaços estes construídos aproveitando o resto de materiais de suas antigas casas como madeira (tabuas, ripas, caibros e etc) e telhas. Desta forma, é importante salientar que esses materiais reaproveitados refletem suas lutas pelo direito ao espaço por moradia, pela sobrevivência e que marcaram suas trajetórias de vidas.

A figura 15 mostra essas construções com o reaproveitamento dos materiais retirados das antigas casas dos realocados. Na figura é possível observar que essas construções se dão em varanda e/ou puxadinhos nos fundos da casa ampliando-a, bem como é também possível notar a construção de madeira no fundo do lote, sendo notório que a “simbologia dos Baixões ainda existe nas memórias dos seus antigos moradores” (Nunes, 2021).



Figura 15. Construções com o reaproveitamento dos materiais das casas da ADA
Fonte: Amazônia Real, 2015.

Tal fato caracterizado, se dar pela forma diferente de lidar com o espaço concebido (Lefebvre, 2000) que cada realocado possui, uma vez que, o que aconteceu foi, que ao deixar a moradia antiga, o atingindo continuou a reproduzir o padrão construtivo do local anterior, inclusive na forma de palafitas, embora não haja uma razão técnica para tal (Miranda Neto, 2015). Neste caso, compreende-se o espaço vivenciado pelos realocados como uma produção social, em processo e movimento a partir do entendimento de “produção do espaço” de Lefebvre (1992; 2006) e do espaço como construção social (Carlos, 2007).

Já em Massey (2008, p. 15-31) é possível reconhecer esses espaços dos atingidos realocados “como dimensão do social” em processo de construção e que se constitui a partir de interações e da “coexistência da heterogeneidade” e que está em movimento, uma vez que, vem modificando o espaço geográfico em decorrência da dinâmica territorial desses atingidos. Ou seja, estes sujeitos “vivem um processo de espacialização e territorialização a partir da apropriação e qualificação do espaço, podendo estes serem definidos como atores/agentes territorializados” (Nunes, 2021, p. 34).

Ademais, cita-se que o processo de des-re-territorialização dos atingidos que foram realocados nos RUCs foi marcado por uma desterritorialização forçada, bem como, a reterritorialização desses ocorreu de forma injusta, já que privilegiaram o social ao invés do espacial, subjugando assim, as tentativas de reterritorialização dos sujeitos socioespacialmente excluídos em razão de Belo Monte.

Neste cenário, menciona-se que os realocados foram submetidos a uma nova lógica de reprodução social, ligadas a um conjunto de influências e experiências de socialização, distantes dos antigos familiares e vizinhos, o que os forçam a estabelecerem novos modelos ou tentativas de identificação territorial (Cornélio *et al*, 2019, p. 21), entendendo a reterritorialização como (re)apropriação de espaço já que esta não vem pronta imediatamente, mas é construída aos poucos conforme o cotidiano de cada um (Nunes, 2021). Fato em que o sujeito, no caso, os realocados deve sentir-se parte daquele território.

CAPÍTULO 3. OS ATINGIDOS POR BELO MONTE: uma análise a partir das multiterritorialidades no RUC São Joaquim

Neste capítulo apresenta-se os resultados da pesquisa, caracterizando o RUC São Joaquim e seus processos de organização e mobilização social a partir das conflitualidades dos sujeitos territoriais, expondo suas organizações, resistências, conflitos e apropriação do território pelos sujeitos atingidos por Belo Monte, moradores do RUC estudado.

3.1. A caracterização geral do RUC São Joaquim

Como medida mitigatória, o PBA previa como condicionante a construção dos Reassentamentos Urbanos Coletivos para atender a população atingida remanejada da ADA. Desta forma, o RUC São Joaquim, o segundo maior RUC dos seis que foram construídos, foi o segundo reassentamento a ser entregue pelo empreendedor e a receber a população da Área Diretamente Afetada. Os limites deste RUC se dar da seguinte forma: (i) a Norte Rodovia BR-230 (Transamazônica); (ii) ao Sul Igarapé Altamira; (iii) a Oeste Rodovia BR-230 (Transamazônica); e (iv) a Leste Av. Irmã Clores Mendes Oliveira (Anel Viário).

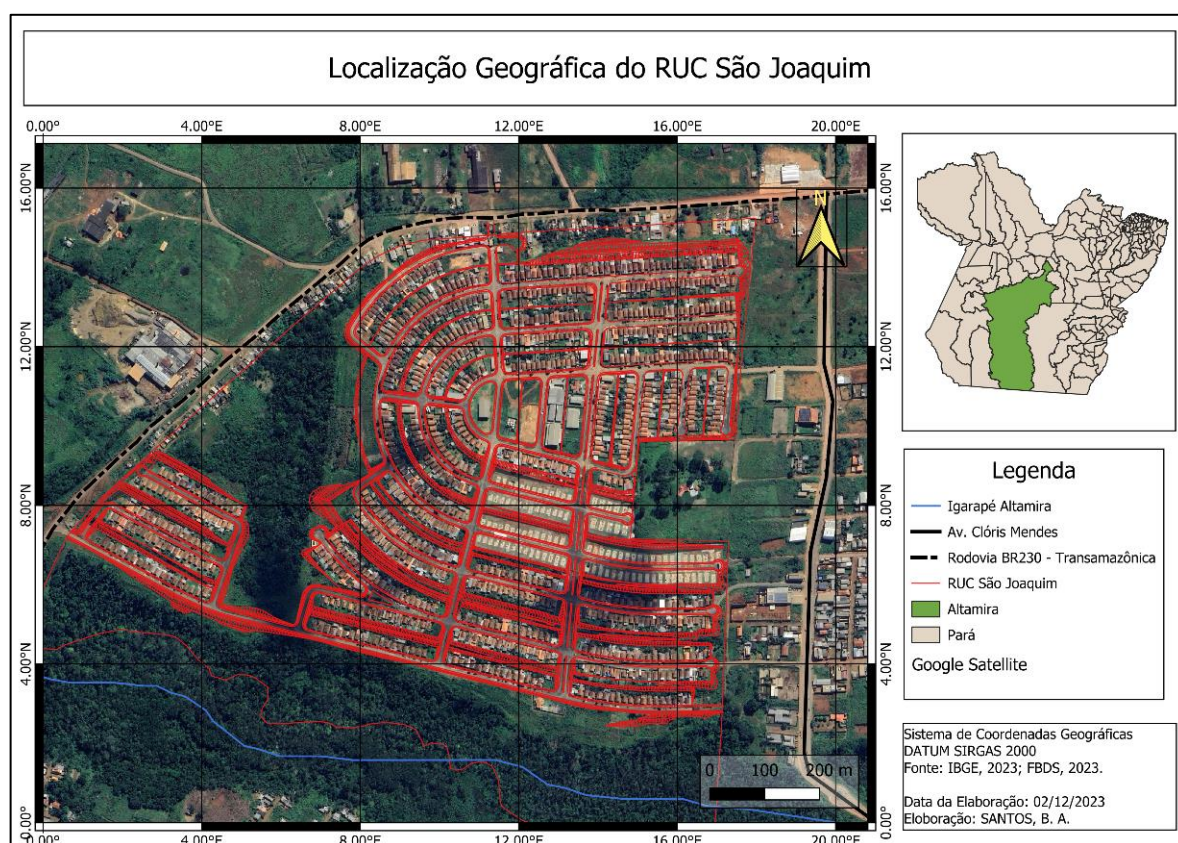


Figura 16. Mapa de Localização Geográfica do RUC São Joaquim

Fonte: IBGE, 2023; FBDS, 2023.

Sobre este RUC, Nunes (2021) fala que

O RUC São Joaquim surge a partir do novo reordenamento territorial do espaço urbano de Altamira, imposto pelos impactos recebidos de Belo Monte. O aludido RUC recebeu mais de 900 famílias remanejadas das áreas diretamente afetadas. Menciona-se que dos 5 RUCs, o São Joaquim é o único na parte mais central da cidade compondo-se como um dos elementos novos na paisagem de Altamira (Nunes, 2021, p. 120).

De fato, os reassentamentos criados pela Norte Energia remodelaram a paisagem urbana de Altamira, uma vez que, para tanto houve um novo reordenamento territorial, pois onde era área rural tornou-se área urbano após a reformulação do plano diretor, pois a NESA adquiriu essas áreas e construiu os RUC, a exemplo, o RUC do qual trata-se este texto, o São Joaquim que foi construído à margem da rodovia Transamazônica (BR230) que antes era uma fazenda e até meados de 2003 e cultivavam a prática da criação bovina (Nunes, 2021, p. 120).

Cabe mencionar que o RUC São Joaquim é o único dos seis reassentamentos construídos pela NESA que fica na parte mais central da cidade. Neste RUC foram realocadas mais de 900 famílias. Um diferencial deste RUC em relação aos demais é que dos 1041 lotes estimados, 104 lotes foram destinados a vila residencial dos funcionários da empresa construtora. Hoje, a vila deu lugar a uma usina para produção de energia solar.

Na figura 17 é possível ver que no local onde ficava a Vila dos funcionários de alto escalão do empreendedor de Belo Monte está sendo implantada cinco Usinas Fotovoltaicas de geração e distribuição de energia a partir de painel solares. A figura mostra a realidade desta implantação no momento em que foi realizado o trabalho de campo da pesquisa.



Figura 17. Implantação da Usina Fotovoltaica no RUC São Joaquim

A: Placa de Informação Sobre de Construção das Usinas Fotovoltaicas.; **B:** Estrutura Com Painéis Solares.

Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

A estrutura viária do RUC São Joaquim está organizada em ruas, setores e quadras. As ruas deste RUC recebem nomes de plantas, exemplos, rua Alecrim, rua Hortelã, rua Erva Doce e etc. Porém, ressalta-se que, até o ano de 2019, os nomes das ruas se davam em números, exemplo, rua 1, rua 2, rua 3, rua 4 e etc. menciona-se também que, cada rua deste RUC possui seu CEP (Código de Endereçamento Postal).

Sobre este RUC, menciona-se que sua construção data do ano de 2012 com as primeiras realocações sendo realizada no ano de 2014. As casas dos RUCs foram construídas em modelo padrão conforme consta no PBA e no manual do proprietário entregues aos realocados conforme estes recebiam as casas junto com sua mudança. Porém, salienta-se que os realocados deste RUC fizeram modificações nessas casas mediante suas necessidades e condições financeiras, descaracterizando o RUC original entregue pelo empreendedor, conforme figura pode ser visualizada na figura 18.



Figura 18. Casas do RUC São Joaquim

A: Casas Padrão ao lado de Casa Murada; **B:** Casa Padrão com pintura diferente; **C:** Casa Modificada; **D:** Casa Modificada com Piso Superior

Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

Neste aspecto de descaracterização/modificação da casa padrão Norte Energia, Nunes (2021, p. 112) fala que “cada realocado procurava descobrir um meio para estabelecer vínculos identitários e afetivos em seu novo lar e ao mesmo tempo ter a sensação de que ali a família

estava segura”. Em suma, os realocados construíram estruturas que ao receber a casa não tinham, tais como garagens, varandas, muros, entre outros.

Ainda na figura 18 é possível observar a casa padrão Norte Energia entregue aos realocados (imagem A) com a cor e formato original, ao lado de uma casa já murada, bem como, as estruturas construídas por aquele que a recebeu e teve condições financeiras para tal construção. Na figura 18, é nítido a percepção dessas modificações com casas com piso superior.

De fato, é que hoje, este RUC possui característica estruturais e urbanísticas diferentes e/ou modificadas por quem residem nas casas, dado a necessidade de conforto, segurança e até mesmo o estabelecimentos de vínculos identitário e territoriais com o seu local de vivência e recriar e/ou restabelecer seus modos de vida.

Em relação aos equipamentos de serviços e lazer destinados ao atendimento da população (figura 19), o RUC São Joaquim conta com uma Unidade Básica de Saúde (UBS), uma Escola de Ensino Fundamental, um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), um Barracão de Uso Múltiplos, de Sistema de Abastecimento de Água, uma Quadra de Esporte, entre outros.



Figura 19. Equipamentos de Serviços de Atendimento à População
A: Unidade Básica de Saúde; **B:** Centro de Referência da Assistência Social; **C:** EMEIF João e Maria;
D: CLEAX Socioambiental.

Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

Na figura 19 é possível ver os equipamentos públicos mencionados anteriormente. Na imagem A, nota-se a Unidade Básica de Saúde que tem como público-alvo os moradores do RUC com atendimento médico e odontológico. Esta UBS também possui atendimento de segunda a sexta-feira com técnico em enfermagem. O funcionamento desta UBS está a cargo da Secretaria Municipal de Saúde e da Prefeitura de Altamira.

Na imagem B, ver-se o Centro de Referência da Assistência Social, que atende esta população com diversos tipos de serviços, entre os principais está o atendimento a gestantes do RUC que se encontram em situação de fragilidade e vulnerabilidade social, atendimento de jovens com vulnerabilidade e risco por violação de direitos, além de cursos para capacitação profissional a seguir, doces e salgados, corte e costura, oficina de beleza (manicure, pedicure e depilação), artesanato em geral, entre outros benefícios e apoio a população.

Já na imagem C, está a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental João e Maria. Tal escola atende ao público da educação infantil (jardim ou pré I, II, e III...), Ensino Fundamental I – Anos Iniciais (1º ao 5º ano), Ensino fundamental II – Anos finais (6º ao 9º no) ou seja, da educação infantil, jardim do 1º até ao 9º ano. Segundo dados da pesquisa de campo, escola foi construída pelo empreendedor e entregue a Prefeitura de Altamira e o seu funcionamento data do ano de 2018 a cargo administração municipal de Altamira, coordenada pela Secretária Municipal de Educação (SEMED). O RUC não possui escola de ensino médio.

Por parte do empreendedor de Belo Monte, para atendimento dos moradores desse RUC existe o Centro Regional de Educação Ambiental do Xingu (CREAX Socioambiental). Este centro é uma das ações previstas no Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte visando integrar e articular os diferentes públicos atendidos pelo Programa de Educação Ambiental (PEA), com a disponibilização de espaço para a realização de atividades de educação ambiental. Uma das atividades deste centro é construção de hortas comunitárias e escolares, além de cursos de artesanatos e palestras voltadas à educação ambiental.

Para a prática de esporte, este RUC conta com uma quadra poliesportiva e uma pequena praça com equipamentos de academia ao ar livre (figura 20). Durante o trabalho de campo desta pesquisa foi constatado que a quadra é utilizada diariamente para práticas de atividades físicas somente no final do dia, como os realocados dizem “à tardinha”. Na figura 20, é possível ver a quadra, que é coberta e com alambrados e a academia ao ar livre, ambas ficam uma ao lado da outra, ou seja, no mesmo perímetro, sendo acessível aos moradores deste RUC. A localização destes equipamentos de lazer fica na parte de cima do RUC, próximo a rede de abastecimento de água e a escola do bairro.



Figura 20.. Equipamentos de Lazer
A: Quadra Poliesportiva; **B:** Academia ao Ar Livre
Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

Além destes equipamentos de lazer (quadra e academia ao ar livre) existe um centro de educação ambiental, um pequeno parque exclusivo para crianças. Neste espaço funciona o Programa de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) mantido pela prefeitura do município através da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAPS), atendendo crianças carentes do RUC com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Das estruturas construídas pelo empreendedor de Belo Monte no RUC São Joaquim, menciona-se o Barracão de Uso Múltiplos (BUM) (figura 21). Neste barracão, está a sede da Associação dos Moradores do Bairro São Joaquim (AMBSJ). As imagens destas benfeitorias feitas pelo empreendedor de Belo Monte podem ser vistas na figura 21 é possível observar que, o espaço reservado para a Horta Comunitária está com aspectos de área abandonada, o que contrapõe a ideia de um CREA Socioambiental, já que uma de suas atividades é a criação de hortas comunitárias.



Figura 21. Benfeitorias feitas pelo empreendedor de Belo Monte
A: Barracão de Usos Múltiplos; **B:** Espaço Reservado para Horta Comunitária
Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

A ideia inicial deste barracão seria para funcionamento de uma feira visando atender a comunidade do RUC, ao qual, os próprios moradores seriam os feirantes e os produtores das hortaliças, pois ao lado deste barracão existe um espaço reservado para a implantação de uma horta comunitária com infraestrutura de canteiros cobertos construídos em alvenaria, porém, a pesquisa constatou que ideia inicial, bem como, a horta nunca foi posta em prática pela NESA e nem pela associação dos moradores.

No que tange ao saneamento básico, o RUC São Joaquim com serviço de abastecimento de água (figura 22), tendo seu funcionamento por gravidade, já que este RUC foi construído em uma área elevada. Este sistema de abastecimento de água conta com poços artesianos, por um conjunto de caixas d'água que fica na parte central e na área mais elevada do RUC e pela de tubulações de distribuição de água.

Cabe mencionar que, por ser um sistema de abastecimento por gravidade, ou seja, as primeiras casas a serem atendidas são as que ficam na parte de baixo, especificamente as da rua Alecrim, seguida da rua Preciosa (rua acima da rua Alecrim) e assim sucessivamente. Entretanto, pela falta de pressão suficiente desse sistema, a parte superior (parte de cima) fica prejudicadas com a falta de água devido estas casas se encontrarem em altitude equivalentes ao centro de distribuição de água do RUC. Outro fato a ser mencionado é que o sistema de poços artesianos escavados pelo empreendedor de Belo Monte não dão conta desse abastecimento, tendo, que muitas vezes o abastecimento ser feito por carros-pipas.



Figura 22. Sistema de Abastecimento de Água
A: Conjunto de Caixas D'águas do RUC; **B:** Poço Artesiano do RUC.
Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

Até aqui, foi apresentada a configuração do RUC a partir do que o empreendedor de Belo Monte construiu e/ou instalou no São Joaquim. A partir desse ponto será apresentado a configuração que se instalou no RUC conforme os realocados iam se territorializando no RUC

e suas necessidades básicas iam aflorando, entre elas estão a instalação das atividades comerciais dentro e no entorno do RUC e o aspecto simbólico religioso.

Desta forma, as atividades comerciais instaladas neste RUC se dão num primeiro momento pela necessidade dos primeiros reassentados já que não havia comércio/mercearias quando estes chegaram no RUC, assim, alguns realocados viram a oportunidade de empreender construindo pequenas mercearias para venda de mantimento básicas das famílias. Ou seja, estes que empreenderam construíram a frente ou ao lado de suas casas estruturas físicas de pequenos comércio, normalmente puxadinhos como aqueles que existiam na ADA.

Entretanto, cabe mencionar que embora a NESA não tenha instalado comércio nos RUC, tinha um projeto contido no PBA, o projeto 451, de nome Projeto de Recomposição das Atividades Comerciais, de Serviços e Industriais Urbanas que previa a recomposição das atividades comerciais da ADA. Dentro deste projeto, houve a disponibilização dos lotes de esquina nas ruas do RUCs que, inicialmente foi destinado somente a aqueles que já possuíam atividades comerciais na ADA, mediante requerimento a Norte Energia.



Figura 23. Atividade Comerciais e de Serviços do RUC São Joaquim
A: Refrigeração; **B:** Supermercado; **C:** Panificadora; **D:** Serralheria.
Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

A destinação destes lotes de esquinas para a instalação de atividades comerciais seguia procedimentos e critérios estabelecidos pelo empreendedor que pretendia que fossem instalados

comércios conforme a necessidade dos moradores. Na figura 23, observa-se as atividades comerciais e de serviços instaladas e em funcionamento no RUC São Joaquim.

No que diz respeito ao aspecto simbólico-religioso, a pesquisa constatou a existência igrejas de diferentes manifestações do cristianismo (pentecostais e católicas), totalizando um universo de dez igrejas instaladas no RUC, em sua maioria (9) igrejas evangélicas de diversas denominações, sendo, igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Assembleia de Deus, Igreja Nova Aliança, Igreja Vida Abundante, entre outras e somente uma Igreja Católica, ao qual recebe o nome de Comunidade São Joaquim. Na figura 24, observa-se algumas das igrejas instaladas no RUC São Joaquim.



Figura 24. Igrejas Existentes no RUC São Joaquim

A: Igreja Católica Comunidade São Joaquim; **B:** Igreja do Evangelho Quadrangular; **C:** Igreja Lugar de Adoração; **D:** Igreja de Deus Pentecostal do Brasil Missões.

Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Cabe aqui mencionar a importância da Igreja Católica organização de assentamentos nos Baixões de Altamira, pois, de acordo com Nunes (2021) a igreja católica teve

grande participação na organização de assentamentos para a população, provocando uma reorganização da zona urbana do município com a implantação de loteamentos como: Boa Esperança, Jardim Primavera e Aparecida formando um conjunto que ficou conhecido como loteamento Aparecida. O Padre Frederico Tschol foi um dos

grandes responsáveis pela implantação dessas áreas destinadas às pessoas que chegavam à cidade e não tinham onde morar (Nunes, 2021, p. 59).

Sabe-se que desde o início da colonização de Altamira, houve a participação da Igreja Católica na formação e organização espacial da cidade, primeiramente com os padres jesuítas com suas missões de evangelização indígenas, onde instalavam-se os seus aldeamentos, sendo que foi a partir de um aldeamento chamado Tavaquara que surgiu a cidade de Altamira.

Já em relação ao entorno do RUC São Joaquim, houve o estabelecimento de algumas atividades comerciais e de serviços feitas por comerciantes de fora do RUC São Joaquim (não moradores) que visionaram o entorno do RUC como um lugar propício para fazer investimentos financeiros. Desta forma, menciona-se o estabelecimento de comércios do tipo Supermercado, Loja de Materiais de Construção, Marmoraria, Oficinas de Motos, entre outros no limite Leste do São Joaquim, precisamente na Av. Irmã Clores Mendes Oliveira (Anel Viário). Ainda no Anel Viário, a prefeitura de Altamira instalou o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), A Casa dos Conselho e o Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Na figura 25 é possível ver os estabelecimentos comerciais instalados conforme mencionado anteriormente.



Figura 25. Estabelecimentos Comerciais e de Serviços no Entorno do RUC São Joaquim
A: Supermercado Castro Mix; **B:** Loja de Materiais de Construção; **C:** Fabrica de Blocos de Cimento; **D:** Ferro Velho;

Fonte: Acervo Pessoal, 2023.

No limite Norte do RUC, foram instaladas atividades do tipo fábrica de blocos, oficinas de lanternagem, marmoraria, espaço de evento e lazer, entre outros. Já no limite Oeste, instalaram-se academia de musculação, oficina de motos, ferro-velho. Neste limite, às margens da rodovia Transamazônica também houve a ocupação do entorno através da fixação de residências.

Cabe destacar que, o que se refere ao entorno nesta pesquisa é o limite do RUC, ou seja, as margens do São Joaquim. Atualmente é da maneira ora apresentado que o RUC São Joaquim mantém a sua configuração socioespacial. Desta forma, destaca-se que esta configuração se deu conforme as necessidades da população residente no RUC, sendo que as características do bairro se deram de acordo com a cotidianidade de seus moradores.

Menciona-se que, investimentos ainda precisam ser implantados, instalados e/ou aplicados no RUC, pois serviços básicos ainda é precário, a exemplo o abastecimento de água, sem conta a pavimentação das ruas que hoje encontram-se deterioradas devido ao tempo já o RUC em questão ficou pronto e começou a receber os realocados no ano de 2014. Hoje, este e os outros RUCs são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Altamira, visto que, a atual gestão do município recebeu-os da Norte Energia, embora o empreendedor ainda faça o acompanhamento dos atingidos fazendo os reparos e manutenções das casas.

3.2. Do território de partida ao território de chegada: conflitos e apropriações

A partir da instalação da UHE Belo Monte na região do Xingu, a cidade de Altamira teve a sua configuração socioespacial alterada em função dos diversos impactos que esta cidade sofreu, o que acarretou novos arranjos na sua expansão e demandando soluções governamentais locais nos diversos setores (Neves, 2019). Assim, um dos principais impactos gerados por Belo Monte foi a retirada da população residente da área diretamente afetada do perímetro urbano de Altamira o que compreendia as localidades de bairros como o Aparecida, Baixão do Tufi, Açaizal, Colina do Forte, SUDAM I e II, Brasília, Catedral, Centro, Recreio, Boa Esperança, Jardim Independente II, Jardim Altamira, Invasão dos Padres, Esplanada do Xingu, São Sebastião e Alberto Soares (Norte Energia, 2014).

Desta forma, salienta-se que, as famílias que residiam nesses locais mencionados, sofreram um deslocamento compulsório compreendido na análise desta pesquisa como um processo de desterritorialização, ou seja, a perda do espaço concreto de moradia e sobrevivência, e, conseqüentemente, das referências culturais, econômicas, sociais e espaciais (Haesbaert, 2004).

Neste sentido, Nunes (2021), fala que

A construção de usinas hidrelétricas constitui-se em empreendimentos que quase sempre está associado a desalojamentos e consequentes deslocamentos compulsórios. A construção de hidrelétricas na Amazônia tem avançado e retirado milhares de famílias que residem em áreas impactadas pela inundação dos lagos dessas Usinas Hidrelétricas erguidas nessa região (Nunes, 2021, p. 80).

E que,

O deslocamento compulsório traz consigo a perda de vínculos sociais e territoriais, o contato com os vizinhos de toda uma vida, de seus templos religiosos e de seus pastores, famílias que antes viviam próximas acabam por serem separadas no decorrer desse processo (Nunes, 2021, p. 81).

Nesta perspectiva, salienta-se que, os atingidos pelos impactos oriundos da UHE Belo Monte, residiam na ADA há bastante tempo, anos etc. e que foram nesses locais que outrora eles constituíram suas famílias, memórias, seus modos de vidas, fixação suas moradias e se apropriaram do território dos baixões de Altamira, ou seja, se territorializaram nesses antigos locais. No caso dos atingidos por Belo Monte, a territorialização destes nos locais ora impactados ocorreu concretamente através da ação quando o espaço passou pela gênese da apropriação para se transformar em território. Neste contexto, a

apropriação do espaço é a forma primeira que, se reduzida ao sentido de posse (de domínio), resulta apenas na separação de grupos ou comunidades. O seu outro sentido, o de adequação (de tornar um espaço apropriado, favorável ou suscetível), decorre do uso, da transformação que embora não tenha tornado plenamente efetiva a desnaturalização, constrói a humanização do espaço como uma condição oposta (Heidrich, 2006, p. 3).

Portanto, a “apropriação” cria uma ligação entre o executante e o espaço, formalizando o domínio (Brume, 2005, p. 5). Ou seja, a ação do ator de se apropriar de um determinado espaço pode ser compreendida como sendo a forma primeira dele agir para transformar e adequá-lo às suas necessidades (Heidrich, 2006), já que o território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação (Heidrich, 2004).

Neste sentido, menciona-se que, os atingidos por Belo Monte que moravam na área ora impactada mantinham suas relações sociais na produção do espaço, pois, os locais que compreendiam a ADA eram constituídos de significados, dotadas de sentimentos de pertencimentos e de recordação sobre a vida mantida em seus cotidianos ao longo de suas

trajetórias de vida, ficando evidente nos relatos dos próprios atingidos que foram entrevistados que são mostrados a seguir.

Lá no Baixão do Tufi. Eu cheguei lá, meus filhos, tudo pequeno, mais velho, com 12 anos, a mais nova com dois anos. Foi uma experiência boa morar lá. Porque era, era bom. Era acesso para a cidade, bairro, Brasília, supermercado, feira em farmácia, hospital. Tudo ficava próximo. eu não tinha casa para morar, morava de aluguel. Aí foi quando houve uma invasão lá no Baixão do Tufi. a qual esses terrenos, o prefeito na época comprou e doou para a família. Aí. Nós moramos lá 18 anos. De lá nós saímos para outro bairro, mas, era bom no verão, no inverno era difícil devido ao alagamento, as barragens estourava e as pessoas, todo mundo tinha que sair das suas casas e para os abrigos era bem difícil (Entrevistada 4, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

A entrevistada relata em sua fala que, por não ter casa própria, morava de aluguel e quando houve a invasão pela população na área que ficou conhecida pelo nome de Baixão do Tufi foi que esta através da prefeitura que comprou e doou esses terrenos a população até então invasora. Neste caso em específico, nota-se que a entrevista morou no Baixão do Tufi por 18 anos e que somente saiu de lá para outro bairro, no caso, o RUC São Joaquim. A entrevista ainda relata como era viver no baixão e diante das dinâmicas de alagamentos e ter que sair de suas casas para os abrigos, o que não era fácil.

De fato, na época do dito inverno amazônico, a cidade de Altamira sofria com as cheias do rio Xingu e de seu afluente, os igarapés Ambé, Altamira e Panelas e que muitas também na época das cheias, as barragens localizadas nos igarapés citados, estouravam-se, obrigando os moradores dos baixões a deixarem suas casas e irem para casas de parentes e abrigos. Sobre isto, Nunes (2021) fala que

Faz parte da história da ocupação de Altamira o alagamento dessas áreas no período de inverno. Esse era um dos maiores problemas enfrentados pelas pessoas residentes dessas áreas, tornando suas vidas um desafio de sobrevivência, uma vez que, com esses alagamentos muitas pessoas tinham que sair de suas casas para abrigos improvisados pela prefeitura, que muitas das vezes eram barracas de lona, montadas em ginásios da cidade, como o do bairro da Brasília e no centro de exposição da cidade. Esses locais não contavam com nenhuma condição de moradia (Nunes, 2021, p. 62).

Relatos semelhantes são encontrados nas falas dos demais entrevistados. Porém, eles também relataram que morar nos antigos locais era bom para se viver, pois foi o lugar em que cresceram, constituíram suas famílias, criaram seus filhos, embora houvesse o falatório de que esses antigos locais eram perigosos para os antigos moradores era o paraíso. Os baixões eram áreas próximas ao centro da cidade, como bem relata os entrevistados e que os equipamentos

de serviços como bancos era perto para eles e por ser perto não necessitavam pagar transporte, podendo ir caminhando a qualquer lugar.

Assim, lá no baixão. Eu morei 20 anos, era bom perto de hospital, perto dos comércios, mas tinha tribulação de todo ano. Tem que mudar, tinha que mudar, todo ano. E aquele medo, dormia pouco de noite, no inverno, porque a chuva era forte. Quando a chuva vinha, alagava nossa casa e era isso. Mas, eu achei bom. Gostei da gente. Lugar muito bons vizinhos, que eu gostava muito deles. Ficamos longe. Agora é difícil. Cadê o Rio? (Entrevistada 2, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

Era muito boa, né? Essa parte aí, meus vizinhos em geral eram bom. Sem contar que era perto de tudo, né? Tava perto do banco, era tinha um acesso tranquilo, era plano, não tinha ladeira. Então, se tivesse o dinheiro para pagar o transporte, ia. E se não tivesse, ia também (Entrevistada 6, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

O SUDAM era ótimo para se viver, vivemos todo nossa infância naquela rua, apesar de falarem que era uma rua perigosa, pra nós que morávamos lá era um paraíso, nossa tenho saudade. Sentimento de saudade do lugar, saudade da rua das pessoas, dos vizinhos, a gente cresceu ali. O lugar onde nós crescemos, aonde vimos toda a estrutura da família crescer, vimos colegas que nós crescemos juntos, hoje em dia tá todo mundo separado (Entrevistada 12, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

Nos relatos dos entrevistados, observa-se as perdas ocorridas na vida da população que residiam na ADA decorrente do remanejamento que os atingidos sofreram. De acordo com Rodrigues (2020), no caso dos atingidos por Belo Monte, pode-se atribuir ao processo de remanejamento compulsório, um movimento de quebra de vínculos, com a vizinhança, com parentesco, com a proximidade do rio.

Essas perdas provocaram a fragmentação social das relações de vivência, das relações econômicas, materiais imateriais, particulares e coletivas. Sabe-se que o processo de deslocamento compulsório influencia, na perda da identidade social do indivíduo, no seu grupo de vivência, nos lugares em que viveram ou ainda influi por toda a sua vida (Nunes, 2021, p. 84). Para além das perdas econômicas e materiais, particulares e coletivas, os deslocamentos e reassentamentos da população residente da ADA, a UHE Belo Monte, provocou

rupturas no tecido social e danos à saúde física e mental dos atingidos, sendo o empobrecimento multidimensional sua principal consequência, abarcando a deterioração das condições de vida em razão da perda de fontes de renda, a fragmentação das relações de vizinhança, perdas imateriais e culturais (Oliver-Smith, 2009, IFC, 2012 Apud FGV, 2018, p. 7).

De fato, o processo de desterritorialização da ADA oriunda de Belo Monte, ocasionou impactos severos à vida dessas pessoas com perdas irreparáveis, pois os entrevistados relatam o sentido de perda, pois nas falas observa-se que o antigo local de moradia era um bom lugar e que as relações de vizinhança eram “igual uma família” (Entrevistada 6) e que estes socorriam

uns aos outros em momentos de necessidade. Nota-se ainda nas falas que, a relação de sociabilidade era grande nesses antigos locais, considerando que os vizinhos sempre estão nos relatos dos entrevistados, pois, estes socorriam-se mutualmente em momentos de dificuldade.

Dá um sentimento de perda, né? Que teve muitas perdas assim, material, né? Mas, em geral era um lugar bom. E realmente eu fui para outro lugar. Aí foi pior do que qualquer outro lugar que eu já vivi. Foi a pior coisa que teve. Foi minha mudança quando a Norte Energia tirou de lá. Ali era igual uma família, né? Mesmo que de vez em quando um arengava com outro. Mas era bom. Foi. Nada disso, mas eu achava lá bem melhor, tinha sempre um vizinho para socorrer a gente. Aqui a gente não tem (Entrevistada 6, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

Nota-se nos relatos dos entrevistados, a maneira como eles dão significância ao lugar de suas antigas moradas, isso quanto à territorialidade, pois nesses antigos locais este estabeleceram e consolidaram suas relações entre espaço e as outras pessoas que faziam de suas vivências, percebendo-se a afeição dos entrevistados com as suas antigas residências e cotidiano construído nos antigos bairros. Deste modo, cita-se que é no território que se constroem as identidades e a construção de laços de identidade social, e não apenas de controle do seu espaço físico (Haesbaert, 2002).

Para Heidrich (1998), o habitat ainda não é, por si mesmo, um território. Constitui o espaço então ocupado por uma coletividade, no qual manifesta-se o domínio da natureza (e não do espaço), como condição essencial à reprodução de coletividades humanas. Ainda de acordo com Heidrich (1998), o

território passará a existir tão somente quando definirem-se: (1) uma relação de apropriação, (mais que domínio) das condições naturais e físicas, por uma determinada coletividade e (2) uma organização das relações, de modo particularizar a coletividade humana como uma comunidade, por isso mesmo, diferenciada de outras e, pelo mesmo critério, a delimitação do acesso, do domínio e da posse ao interior da comunidade constituída. A constituição de habitats não é nada mais que a recriação da natureza como espaço humanizado. A constituição de territórios, como foi dito anteriormente significa a instauração do domínio humano sobre o espaço (sobre a existência na medida do seu alcance)” (Heidrich, 1998, p. 12).

Nesta perspectiva, cita-se que os atingidos por Belo Monte, aos longos de suas trajetórias de vidas, ocuparam, transformaram, (re)modelaram os antigos locais de suas vivências, conforme suas necessidades, apropriando-se do espaço, transformando este em seus territórios, territorilizando-se neste e mantendo assim, as suas relações socioespaciais. Pois, o “espaço e, certamente o tempo, são as propriedades inalienáveis, indissolúveis e indissociáveis, que todo ser, coisa ou fenômeno têm e possuem. Já o território é uma construção histórica. É a sociedade ou parte dela que constroem o território ou parte dele (Oliveira, 2009, p. 9)”.

Embora houvesse a territorialização consolidada dos sujeitos no perímetro em que compreende a ADA antes de Belo Monte, estes tiveram que deixar seus locais de moradia para dar lugar ao empreendimento da hidrelétrica. Diante dos relatos dos entrevistados, há três períodos (i) cadastro socioeconômico; (ii) negociação e; (iii) mudança para o novo endereço. O período de cadastramento socioeconômicos das famílias atingidas se deu nos anos de 2011 a 2012 e foi realizado por empresas terceirizadas pela Norte Energia contratadas para viabilizar o andamento dessa condicionante.

O cadastramento socioeconômico se deu de porta em porta, fato que fica evidente na fala da entrevistada 4 ao dizer que *“Foi bem tranquilo né, que eles iam nas casas da gente fazer os cadastros e era assim. E aí depois a gente saiu de lá (Entrevistada 4, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).”*

No momento desse cadastramento, eram solicitadas à essa população a documentação dos terrenos/imóveis, o que influenciava nos valores indenizatórios. Nas falas a seguir, nota-se que para muitos a negociação não foi justa, pois, com a indenização não daria para comprar outra casa próxima ao centro da cidade ou próximas dos seus antigos locais devido ao valor indenizatório não ser suficiente para tal compra, sem conta que nesse período, o custo de vida ficou elevado, obrigando a muitos a escolherem as casas dos RUCs. A exemplo tem-se a fala da entrevistada 1 afirmando que *“A negociação era a eles davam a casa ou o dinheiro. Como a minha casa, o valor era 42.000. Aí não dava pra comprar outra casa. Eu optei pela residência mesmo, que eles deram pra gente (Entrevistada 1, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).”*. Narrativas semelhantes são vistas a seguir nas falas dos entrevistados:

O meu não foi tão tranquilo, porque como eu era inquilina da minha mãe, morava aos fundos e houve um momento que eles queria negar, né? Dizer que eu não tinha direito, pois no cadastro consta lá que eu não tinha prova suficiente de que o período do cadastro que ele estava fazendo eu não morava com a minha mãe lá, tava constando assim. Foi quando a minha mãe pediu a para dar uma analisada nos processos novamente e me acrescentou isso, que ia demorar um período. Quando eles vieram, eles pediram as provas e foi quando eu fui correr atrás das provas, né, gostando que na época eu estudava, fazia cursos, então foi aonde constou, porque todos os dias você tem que estar presente nas escolas, né? Os cursos. Então, contou muito isso Para mim foi um documento muito bom e foi quando eu tinha. Aí eu passei a ter direito, né? Então você vai ter direito a sua casa, porque a minha casa era os fundos da minha mãe, era na frente do terreno da onde morava (Entrevistada 5, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

Assim, pra mim foi muito difícil, né? Muito difícil, porque a gente ficar. Muitos diziam que a gente ia perder tudo, não ia ter direito. Isso é muito. Ficou muito difícil pra mim. Aí eu tinha aquele medo de perder minha casa, não ganhar mais nada. Mas aí foi indo, foi. Deu certo (Entrevistada 7, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

Pra mim ela não foi boa porque eu não concordei com o valor, né? Mas aí já teve o Léo, que praticamente me obrigou a pegar o valor que eles falaram. Eu optei pelo

valor porque só me deram uma opção no bairro Casa Nova. Não me deram muito mais (Entrevistada 9, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

Não foi justo para mim, porque minha casa era uma herança, né? E tinha que meus filhos tudinho, cada um ganhar um pouquinho, não ganhar só três. Só duas, que ganhou duas casas. Cada um ganhou uma casa de nove filhos, ficou sete sem indenização (Entrevistada 10, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

Embora entenda que o processo de cadastramento socioeconômico da população residente da ADA tenha sido um passo importante para o reconhecimento dos atingidos por barragens pelo empreendedor, nota-se que o momento da negociação foi conflituoso, pois, muitos dos atingidos não concordaram com os valores oferecidos pela Norte Energia, sendo valores baixos. Sobre isto, Nunes (2021) fala que

Os valores que eram atribuídos aos imóveis das famílias, eram muito baixos se comparado à realidade econômica da cidade naquele momento. Alegava-se que, o preço inferior se dava em parte porque a localização dos terrenos era próxima aos igarapés, a casas edificadas em sua maioria eram de madeira e por muitos proprietários não possuírem a titulação de posse do imóvel (Nunes, 2021, p. 92).

Por sua vez Rodrigues (2020) ao trata sobre a indenizações oferecidas pela Norte Energia, diz que

Em sua quase totalidade, todos foram consultados sobre o que gostariam de ter: casa e /ou indenização. Porém, na cidade, naquele momento, vivia-se um boom especulativo do setor imobiliário, em que se elevou o preço dos imóveis, dos terrenos, inviabilizando a escolha por indenização. Forçando os moradores à escolha das casas nos RUCs (Rodrigues, 2020, p. 134-135).

Destarte, cabe mencionar que casas em que havia mais de uma família morando na mesma residência, tiveram direito a outra casa e/ou a indenização conforme muitos dos relatos apresentados pelos próprios entrevistados. Porém, salienta-se que, muitos não foram para o mesmo RUCs, indo morar distante dos familiares. De acordo com Rodrigues (2020) “não bastasse o deslocamento obrigatório, uma vez que as várias famílias que receberam mais de uma casa, visto que muitas famílias moravam em uma mesma casa, e tiveram que ir para casas diferentes” (Rodrigues, 2020, p. 120)”.

O autor ainda menciona que “foi expressivo o número de reassentados que possuíam agregados e que receberam casas, destaque para o RUC Casa Nova e Laranjeiras (Rodrigues, 2020, p. 135)”. Sabe-se que, do processo de cadastramento (momento i e ii) até a negociação foram em média de 3 a 4 anos, onde o empreendedor pleno mediante a declaração de utilidade pública teve o poder de negociação com a população residente da ADA, impondo a elas os seus

valores indenizatórios e a sua maneira de negociar, “acarretando sérias violências no processo de negociação com os atingidos (Nunes, 2021, p. 79)”. Ressalta-se que, a indenização da Norte Energia somente levou em consideração o aspecto material, ou seja, os cálculos indenizatórios basearam-se no tamanho da área construída e o tipo de material da casa (material, alvenaria, etc) e que constava no caderno de preços do empreendedor, deixando de lado o aspecto imaterial dos atingidos.

Em relação ao aspecto material dos atingidos por Belo Monte, “Dados da Pesquisa Censitária Urbana 2007/2008 relativa ao EIA da UHE Belo Monte (LEME, 2008)” demonstram que 61,1% das edificações na ADA eram construídas em madeira, 38,6% em Alvenaria (tijolo e cimento) e 0,3% de material reaproveitado. Ressalta-se que essas edificações se davam conforme as condições financeiras de cada família.



Figura 26. Casas Demolidas nos Baixões de Altamira

Fonte: Conexão Planeta, 2017; ISA, 2015; InfoAmazônia, 2015; Acervo Combate Racismo Ambiental, 2015.

Após a negociação, vinha o momento da mudança para o RUC. Momento estes caracterizado pela desterritorialização dos atingidos, pois, estes tiveram que deixar seu antigo local de vivência e ir viver em um novo lugar, em uma nova casa, em um novo bairro. Esta desterritorialização marca o fim do território dos atingidos evidenciado pela saída da população da ADA, ao qual a figura 26 nos mostra.

O fim do território dos Baixões já podia ser percebido entre o segundo semestre de 2014 e o primeiro semestre de 2015, período este que compreende as realocações das famílias da ADA no RUCs. Desta forma, menciona-se que com a desterritorialização dos atingidos, estes tiveram que se reterritorializar e criar novos vínculos para construir novas memórias, outros hábitos e costumes, uma vez que não era mais possível viver nos Baixões (Nunes, 2021, p. 120).

Nos relatos dos entrevistados, estes mencionam que os primeiros dias ao serem realocados no RUC São Joaquim foram estranhos. Este entranhamento se dava pelas relações de sociabilidade construídas nos Baixões, pois, os seus novos vizinhos no RUC não eram os mesmo de antes, cabendo a estes a adaptação em seu novo lugar de moradia, no caso, o São Joaquim. Fala como a da entrevistada 1 que diz *“Meus primeiros dias aqui no São Joaquim foi muito estranho, porque eu achava muito estranho, porque a tinha morado lá embaixo muitos anos. Até me adaptar demorou uns meses (Entrevistada 1, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023)”* e da entrevistada 8 que fala que *“Foi estranho. Eu me senti assim, deslocada, porque já era acostumada desde quando nasci lá, né? Então, quando eu já estava e fui para outro lugar, eu demorei me acostumar (Entrevistada 8, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023)”* endossadas na narrativa da entrevistada 1 que fala,

Foi bem assim. A gente olhava pras ruas, achava tudo. Vamos supor todo estranho, né? Pra gente, né? A gente olha, rapaz, o olhar dos vizinhos, né? Não conhecia, não tinha contato. Assim você teve que se socializar, né? Aprender a conviver, A socializar novamente, né? Você, vizinhos diferentes, uma diferente, ambiente diferente. Então a gente teve que se sobreviver ali, aos poucos, nos socializando. E quando a gente chegou pra morar, por não ter ainda muitos vizinhos, a gente se sentiu quase isolado, né? Já que não tinha muitos, fomos primeiro. Depois que foi mudando outros vizinhos, já foi ficando mais assim, mais gente pra poder comunicar, né? Assim, para poder se comunicar, falar com os vizinhos e andar assim (Entrevistada 1, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

Na perspectiva da fala da entrevistada, com Moreira e Herrera (2021) fala que é entender o

estágio de esfacelamento das relações sociais e o processo de realocação que acabou com o território zona e dividiu a população, nesses espaços, requer compreender que o contato com o mundo do outro e a dificuldade de estabelecer vínculos com a vizinhança têm intensificado o estabelecimento de frágeis redes territoriais. A dificuldade de (re)encontrar pessoas e trocar experiências em espaços públicos como praças, parques etc., nos RUCs, tem colaborado para a desterritorialização consolidada na mudança do Baixão para os novos reassentamentos (Moreira; Herrera, 2021, p. 925).

Ora, ainda hoje, após quase 10 anos realocados, muitos moradores do RUC São Joaquim falam que quase e/ou não tem relação de vizinhança. Fato este que pode ser observado em

trechos das falas dos entrevistados como “*minha relação aqui com os vizinhos é quase nenhuma (Entrevistada 4)*” e, “*não tenho relação com vizinho, é tudo afastado (Entrevistada 6)*”. Cabe mencionar que, durante o trabalho de campo foi observado que pouco se viu essa relação de vizinhança, de ver vizinhos sentados nas portas das casas conversando, como se via nos antigos Baixões de Altamira. Observou-se ainda que, a maioria das casas deste RUC são muradas, não permitindo o contato direto desse tipo de relação.

Nesta perspectiva, Cornélio *et al* (2019) afirma que a

desterritorialização e a “reterritorialização” de famílias atingidas pela construção de uma usina hidrelétrica sobrevém da forma mais traumática possível a esses sujeitos, devido à imposição de reconstruírem em outro território seus meios de convívio e reprodução familiar (Cornélio *et al*, 2019, p. 11).

Afirmativa esta que é endossada por Nunes (2021) ao dizer que

O processo de desterritorialização e das novas realidades postas aos reassentados, trazem à tona reflexões que expressam fadiga pelo difícil acesso as tarefas que eram desempenhadas frequentemente como estudo, trabalho, serviços essenciais à saúde e lazer sem esforço físico, e que agora precisavam de maior dinamismo para cumprir as tarefas do cotidiano, ademais a distância social desfez e afastou, vizinhos, e familiares do seu cotidiano (Nunes, 2021, p. 121).

Nunes (2021) ainda menciona que com “as perdas ocasionadas com a desterritorialização, a reterritorialização é marcada pela reconstrução e construção de identidade, de relações socioculturais, trazem uma nova territorialidade à população” (Nunes, 2021, p. 121)”. Tal afirmativa é corroborado por Cornélio *et al* (2019) ao falar que este processo de reterritorialização dos atingidos nos RUC é uma “tentativa do empreendedor em estabelecer condições de recomposição do modo de vida (dos atingidos em outros territórios) (Cornélio *et al*, 2019, p. 11).

Porém, fica evidente nos relatos dos moradores do RUC São Joaquim que foram entrevistados, é a de que, para muitos o RUC possa ser um bom lugar para se viver e mesmo com alguns nos morando neste reassentamento, estes ainda não conseguiram se adaptar neste local imposto a ele. Tal fato fica evidente na narrativa da entrevistada 1 ao falar que

Eu considero ele bom assim pra viver. A única coisa que a gente não consegue ainda é se adaptar, porque ainda tem muitas coisas que ainda você tem que buscar no centro, muito assim, às vezes, como vamos? Coisa de armarinhos, né? Coisa de papelaria, essas coisas, a gente ainda tem que buscar no centro e aqui no bairro ainda não. Ainda não tem ainda esse serviço pra poder suprir a necessidade (Entrevistada 1, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

A entrevistada em questão, foi umas das primeiras famílias a serem realocadas no RUC, especificamente na rua Oito (hoje o nome desta rua é rua Erva Doce), a mesma foi reassentada no dia 05 de maio de 2014 como pode ser observada na fala dela, que diz *“Eu já tenho desde 2014 que eu resido aqui. Nós fomos uma das primeiras moradoras a mudar para essa Rua oito. Já fez mais de seis anos porque nós mudamos dia 5 de maio de 2014. (Entrevistada 1, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).*

No contexto da UHE Belo Monte, observa-se que além da discussão acerca do processo de des-re-territorialização dos atingidos, pois, esta promove o debate no sentido de reforçar as práticas territoriais e de resistência ao processo desterritorializante. Neste aspecto, Fuini (2014) fala que a

territorialização, ou a reterritorialização, seria o movimento de se constituir referenciais simbólicos e identitários (materiais e imateriais) junto a um recorte espacial definido, dotando o de unidade. Poderia ser também chamada de enraizamento territorial, vinculando populações, empresas e instituições de governo ao território. A desterritorialização, em seu oposto, representa a extroversão e desenraizamento de povos, atividades sociais e econômicas e comunidades de seus lugares, correspondendo à perda de identidades e do enraizamento. A reterritorialização, por sua vez, compreende o movimento de reconstrução e retomada de laços de identidade e inserção territorial sob novas bases de qualificação (Fuini, 2014, p. 231).

Sabe-se que todo processo de desterritorialização é seguido por uma reterritorialização. Porém, ressalta-se que desterritorialização sofrida pelos atingidos por Belo Monte em Altamira, envolve aspectos mais complexos do que demonstra o visível, pois houve perdas, não apenas econômicas ou materiais, mas, rupturas diversas no modo de vida destes nas suas relações que perpassam pela subjetividade do território, de relações imateriais vividas e concebidas no espaço (Lefebvre, 1991). Neste caso, “a reterritorialização na dinâmica territorial tem como indicativo analítico a construção de novos localismos” (Brume, 2005, p. 10), podendo este ocorrer de acordo Haesbaert (1997) pela “reapropriação política ou simbólica do espaço” (Haesbaert, 1997, p. 117).

3.3. Realidades cruzadas: expressões da multiterritorialidades

Sabe-se que, a UHE Belo Monte constitui-se em um empreendimento que desalojou e deslocou compulsoriamente famílias inteiras com suas histórias e memórias construída daquilo que viveram nas áreas que foram impactadas. Tal fato, ocasionou nas vidas destes que sofreram a desterritorialização, mudanças socioespaciais significativas, pois, estes tiveram que sair dos

seus antigos locais de moradia e consequentemente houve a perda territorial destes. Porém, conforme já mencionado anteriormente, com a desterritorialização, há também a reterritorialização.

Nesta lógica, a compreensão conceitual da reterritorialização está relacionada a quem sofreu a desterritorialização e de que esta pessoa tem que se reterritorializar, pois o ser humano de modo geral, tende a se territorializar em um determinado espaço, sendo esta, uma ação primordial da territorialidade. Para tanto, Fuini (2014) afirma que “assim, aparecem com força as especificidades do território: seu conteúdo, princípio, finalidade e representação, as territorialidades; e sua ação, movimento e processo, as territorializações, desterritorializações e reterritorializações (Fuini, 2014, p. 227)”.

Nesta ótica, menciona-se que, as diferentes territorialidades dos moradores do RUC São Joaquim aqui analisadas a partir dos apontamentos relatados por eles em entrevista, propõe uma compreensão mais abrangente e atualizada da territorialização para a dialética da des-reterritorialização que para Haesbaert (2002) pode ser compreendida como

o conjunto das múltiplas formas de construção/apropriação (concreta e/ou simbólica) do espaço social, em sua interação com elementos como o poder (político/disciplinar), os interesses econômicos, as necessidades ecológicas e o desejo/a subjetividade (Haesbaert, 2002, p. 45).

Nesta perspectiva, Fuini (2014, p. 230), diz que “a territorialidade é definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo, com o objetivo de se buscar, de forma crescente, autonomia associada aos recursos de um sistema (Fuini, 2014, p. 230)”. Em ambos os autores, a ideia fundamental que se tem é a de reconhecer que fenômenos e processos podem ocorrer em mais de um território simultaneamente, envolvendo diferentes dimensões geográficas, políticas, sociais, culturais e econômicas.

Pois, o princípio da multiterritorialidade desafia abordagens tradicionais e lineares, promovendo uma compreensão mais ampla e complexa das relações e interações entre espaços distintos, sendo este, um conceito que se refere à existência ou ao envolvimento de múltiplos territórios em determinado contexto ou situação aplicados em uma determinada área geográfica ou a um determinado grupo de pessoas, como é o caso dos atingidos por Belo Monte em Altamira, especificamente nesta pesquisa, os que foram reassentados no RUC São Joaquim.

Desta forma, a territorialidade dos moradores do RUC em questão, está associada à necessidade estabelecer relações sociais e de construção de suas identidades territoriais,

envolvidos nas suas marcações territoriais do simbólicos e de pertencimento em relação ao seu novo território. Neste aspecto, menciona-se que, a reterritorialização dos moradores do RUC São Joaquim é um processo de (re)construção de um território, em resposta a mudanças sociais, culturais e identitárias ocasionadas pela desterritorialização sofrida da ADA em função da UHE Belo Monte.

Neste processo, envolveu as ações e medidas que visavam restabelecer e/ou oferecer novas perspectivas aos atingidos, a fim de mitigar os impactos sofridos por ele, tendo como estratégia de reterritorialização a realocação e o reassentamento. Desta maneira, os reassentados no RUC São Joaquim, tiveram que se adaptar a seu novo território e dele tomar posse como seu e nele construírem seus vínculos, suas vivências e seus modos de vidas.

Entretanto, deslocar de seu território original e ir para um novo local de moradia, pressupõe-se que não seja fácil, tendo em vista a adaptação a esse novo território e como se saber, toda adaptação é desafiadora, como bem menciona a entrevistada 1 em sua fala que pode ser lida a seguir.

*E pra gente é muito desafiador, né? Porque quando a gente vem **habitar um novo lugar é muito desafiador**. Primeiro, pra gente, a gente estava acostumado a morar bem perto, já quase do centro, né? Então, quando nós chegamos aqui, foi bem desafiador, devido ter uma distância a mais. Já começou o desafio por aí, né? A gente já começa a ver as dificuldades por um lado mais em questão assim, pra poder se adaptar. **Pra gente era uma vida nova, né? Tudo novo, uma casa nova, né? Tudo novo ali, ambiente novo, tudo bem limpo, pintado, né?** Então, pra gente foi muito mesmo, muito assim, muito fazer que nem o pessoal fala. Muito incrível, né? **Pra gente poder se adaptar a nova situação, nova vida, né? Porque para nós foi uma nova vida** (Entrevistada 1, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).*

Nota-se na fala da participante da pesquisa acima que o desafio de se adaptar está associado a “habitar um novo lugar”, “uma nova vida”, “uma casa nova”, pois, muitos dos atingidos por Belo Monte enfrentam dificuldades em relação à perda de seu território e consequentemente de seu modo de vida que vão além dos desafios socioeconômicos, socioculturais decorrentes da transformação do ambiente ao seu redor, mesmo depois de oito anos de realocados no RUC São Joaquim.

É importante destacar que a reterritorialização dos atingidos por Belo Monte foi, é e continuará sendo um processo complexo e desafiador, pois envolve múltiplos atores, interesses e perspectivas estando ligada a disputas de poder e negociações entre diferentes atores envolvidos no processo de redefinição do território, ou seja, entre os atingidos por Belo Monte e o empreendedor: a Norte Energia S/A. Entende-se, pois, que a reterritorialização destes atingidos ocorre a partir do território perdido, levando a necessidade de (re) afirmação ou

(re)conquista de controle sobre ele, o que envolve ações como redesenho de fronteiras, reorganização econômica, revitalização de identidades culturais e/ou políticas na busca de promover a recuperação das condições de vida daquele que sofreram os impactos da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Os atingidos reassentados no RUC São Joaquim, também enfrentam desafios socioeconômicos, como perda da renda, estes tinham seus ganhos financeiros do peixe pescados no rio Xingu ou vendiam comidas típicas como o tacacá em suas portas, como é o caso da entrevistada 11, Nota-se em sua fala que a mesma menciona que seu antigo local de residência “era muito bom para viver” e que “o que colocasse para vender vendia, tudo que coloca aqui termina em nada, não vende nada”, ou seja, no São Joaquim seus lucros financeiros decorrentes da venda do tacacá diminuíram, tendo muitas vezes prejuízos, pois neste novo local a mesma não consegue vender seus produtos. A fala da entrevistada 11 pode ser lida a seguir:

*O Anchieta era muito bom para viver, só não era mais bom por causa da alagação, melhor que essa solidão, **o que colocasse para vender vendia, tudo que coloca aqui termina em nada, não vende nada**, achava muito bom lá, **saudade do muito movimento, dos vizinhos, todos pertos, a igreja ficava pertinho, hoje se eu for para a igreja nem chego lá direito porquê é bem lá em cima.** (Entrevistada 11, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).*

A dificuldade nas vendas de produtos no São Joaquim é relatada por outra entrevistada que fala “*Não vende, não vende. É isso aí que é incrível, porque tu vê que aqui as pessoa até tem um padrão melhorzinho, né? Mas não vende* (Entrevistada 7, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023). Nota-se que, os relatos são de queixas por não conseguirem vender seus produtos no São Joaquim, na busca de compreensão a entrevistada 7 relata que “*Aí eu entendi quando eu lembro que o Barbudo fechou depois que o Baixão saiu. Aí eu aí que a gente veio compreender* (Entrevistada 7, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023)”.

De fato, a mudanças na dinâmica social destas entrevistadas mostra de forma significativa na vida desses moradores que outrora ajudavam no sustento de seus familiares e que hoje não estão conseguindo manter seus modos de vidas, fato que é corroborado na fala da entrevistada 6 que diz “*Ruim e ruim, mesmo que eu tenha vontade até de ir embora pra roça. Choro porque não posso voltar por baixão, né? Que vim pra cá porque não tinha outro lugar. No caso eu pedi a opção daqui pra Norte Energia* (Entrevistada 6, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023)”.

Neste aspecto, nota-se ainda na fala das entrevistadas um fato em comum aos participantes desta pesquisa é o saudosismo do seu antigo local de residência, a exemplo no

trecho “*O Anchieta era muito bom para viver, só não era mais bom por causa da alagação, melhor que essa solidão*” (grifos do autor) e “*saudade do muito movimento, dos vizinhos, todos pertos, a igreja ficava pertinho*” da entrevistada 11, chama atenção pelo fato de a mesma mencionar “solidão”, talvez pela dificuldade de interação com a vizinhança, pois outra entrevistada fala que “*o meu cotidiano é bem só mesmo em casa, assim com a família assim*” (Entrevistada 3, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

Entende-se, então, que esta interação social é difícil de se manter, pois, a maioria das casas possuem muros que impedem este contato social direto, o que faz com que as pessoas se sintam sozinhas, mesmo morando em um reassentamento coletivo. Sobre esta afirmativa, Nunes (2021), corrobora ao dizer que

A falta de interação social entre vizinhos provoca a sensação de estarem vivendo sozinhos, mesmo estando morando em coletivo no bairro. Observa-se que entrelinhas existe um saudosismo do tempo que viviam nos Baixões sentados à porta nos finais de tarde para jogar conversa fora, um acolhendo o outro e realizar favores. Na nova moradia cada um por si é a maneira mais real que os define, ainda não foi possível se estabelecer vínculos de confiança para pedir ajuda ou comprar algo quando necessitam como era nos antigos bairros (Nunes, 2021, p. 126).

A atual situação dos moradores dos RUCs, pois, hoje, a situação não está fácil para os que moram no RUC São Joaquim, visto que eles vivem em um território de solidão, trancados, aprisionados em suas casas, com uma dinâmica social totalmente diferente do que tinham em seus antigos locais de residência, pois, este mantinham contatos diretos com a vizinhança e acesso a recursos, serviços e equipamentos de utilidade do bem comum, muita embora, haja relatos de atingidos que digam que sua situação melhorou, porém, há debates e controvérsias em relação às medidas de compensação e mitigação implementadas para lidar com os impactos causados pela UHE Belo Monte.

O fato é que o empreendimento de Belo Monte mudou a vida dos moradores dos antigos Baixões de Altamira, tanto pelo deslocamento compulsório, pois estes foram retirados da ADA e realocados nos RUCs, quanto em relação aos custos de vida destes, pois a dinâmica social nos antigos locais era outra. Como exemplos, têm-se os problemas de abastecimento de água e a alta taxa de energia elétrica, dados demonstrados em pesquisa pela Fundação Viver, Produzir e Preservar apresentada no ano de 2017.

O que se sabe ao certo é que a

população “realocada” ou “reassentada” pela empresa responsável por Belo Monte, está distante de seu modo de vida, de seu trabalho, de seus laços de afeto e de solidariedade, da única vida que conhecia. É constituída de pescadores sem rio e sem

peixe; de camponeses sem terra; de extrativistas sem florestas, tendo em vista terem sido arrancados de suas ilhas e comunidades, para serem jogados em um dos bairros fruto de Belo Monte, distante dos serviços do centro da cidade, do afeto familiar e do companheirismo proporcionado por vizinhos e demais membros do grupo social. Em outros termos, foram ceifados de uma espacialidade que lhes conferia identidade (Padinha; Whitacker, 2017, p. 89).

Ou seja, os moradores do RUC São Joaquim, a partir de suas realocações, passaram a “viver distante e sem as coisas, atividades que faziam parte das suas vidas, os pescadores se viram distante do rio e sem peixe para o seu sustento, trabalhadores se afastaram dos seus trabalhos e dos serviços que lhes eram ofertados no centro urbano (Nunes, 2021, p. 45)”.

Ademais, a dinâmica dos atingidos por Belo Monte residentes no São Joaquim é marcada por desafios e transformações provocadas pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Pois, ao deixarem seus antigos locais de residência e meios de subsistência tradicionais, gerando impactos socioeconômicos significativos, o que a falta de adequação no RUC e a dificuldade em recuperar seus modos de vida resultaram em mudanças drásticas na rotina e nas relações sociais dessa população.

Portanto, a reterritorialização dos moradores do RUC São Joaquim pode ser caracterizada “por múltiplas formas de desterritorialização, pois a população em geral ainda não conseguiu se adaptar às diferentes formas, funções, estruturas e processos existentes naquele espaço” (Moreira, 2018, p. 91), já que há a dificuldade de se estabelecer redes territoriais, o que produz conflitos e aversão a apropriação do território nesse novo espaço.

Entretanto, há relatos de moradores participantes desta pesquisa em que se menciona a apropriação dos espaços do RUC São Joaquim, como a quadra poliesportiva e em eventos sociais realizados no bairro. De fato, a quadra poliesportiva do São Joaquim é bastante frequentada pelos moradores do RUC, principalmente os mais jovens no final da tarde. Entretanto, a população de mais idade tende a frequentar os eventos realizados no barracão comunitário.

Às vezes eu vou assistir o futebol ali na quadra. Quando é futebol feminino eu vou mais. Quando é futebol da menina é menos agressivo aí. Também quando tem esses eventos sociais de vez em quando. Por exemplo, agora teve o negócio das crianças. Teve uma ali que foi promovido pela Associação, por políticos (Entrevistada 8, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023).

Porém, os conflitos e apropriações estabelecidos a partir do estranhamento no uso dos espaços do São Joaquim, colaboram com a percepção sobre qual os moradores deste RUC ainda alinharam com as funções consolidadas deste novo espaço de moradia e nem aos processos espaciais existentes a partir da lógica de uso e ocupação socioespacial. Fato, constatado na fala

da entrevista 1 que fala da não existência de “áreas de lazer” no RUC e de não frequentar esses espaços, fato que talvez seja por esta morar na parte de baixo do RUC. Entretanto, nota-se que a mesma frequenta outros espaços como o CRAS e o CREAX e que muitas vezes a mesma os ajuda quantos estes pedem auxílio para a igreja que a mesma frequenta.

Não tem área de lazer. Assim a gente não frequenta. A gente frequenta sempre o CRAS ali, né? Quando tem evento, né? Às vezes eles pedem a ajuda da gente. A gente vai ali no CRAS, vai ali no CREAX, né? Até meus meninos participa do CREAX, né? Tem a escolinha de futebol também, que eles participam também, né, que foi criado já aqui no bairro, né? Como resultado que foi criado esse projeto, né? Ainda continua. Eles participa, tem aula de violão que eles também participam também, ali no CREAX também. E é assim a gente sempre que que pode a gente tá participando, né? (Entrevistada 1, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023) (grifos do autor).

A entrevistada ainda menciona em outra fala que anda muito pelo RUC fazendo suas visitas missionárias, indo de casa em casa. Notadamente, o aspecto simbólico religioso também está presente no cotidiano dos moradores do RUC, haja visto, a existência de várias denominações de cunho religioso, entre católicos e evangélicos. Neste aspecto, menciona que durante as atividades de campo desta pesquisa foi observado um grupo de pessoas evangélicas realizando visitas às casas do RUC, conforme foi relatado pela entrevistada na fala a seguir.

*O bairro não é um bairro assim. **Eu ando muito porque eu visito.** Eu, o lado que eu trabalho do lado da igreja, mas também do lado de. De visita, né? **E aí então, assim, eu ando muito no bairro que a gente visita as casas, né?** Então assim a gente consegue ter um abranger uma área até boa, né? (Entrevistada 1, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023) (grifos do autor).*

Destaca-se também que nas atividades de campo realizadas no RUC São Joaquim, a observância em umas das igrejas instaladas no RUC, especificamente a Igreja Adventista do Sétimo Dia, uma quantidade significativa de membros. Sabe-se que, os dos atingidos por Belo Monte tinham seus modos de vidas e seus significados, que neste caso, ora em que esta pesquisa se baseia, é importante reconhecer as trocas simbólicas, saberes e representações que fundamentam as relações sociais dos moradores do São Joaquim, caracterizado pela resistência e mobilização que vão além dos significados mais concretos, numéricos e material do espaço.

Neste ponto vista, Soares Júnior e Santos (2018) disserta que

O território é, portanto, sistema físico e também sêmico (uma vez que comunicado pela linguagem e por símbolos), que permeia as relações entre as pessoas e o espaço, contribuindo para a definição dessas relações e também sendo definido por elas. Em um processo que é eminentemente relacional, o território se constitui na esfera de ação no qual, indivíduos e grupos exercem sua territorialidade, isto é, buscam influenciar,

ou mesmo controlar, pessoas, fenômenos e relações (Soares Júnior e Santos, 2018, p. 10).

A partir dos autores, entende-se que, ao se discutir sobre território e dos grupos que configuram o São Joaquim, é essencialmente importante discutir a territorialidade nesse processo, pois, “a territorialidade mostra que a vida social não é neutra” (Sack, 1986), já que “as pessoas são incapazes de construir suas identidades independentemente dos suportes localizados no espaço” (Claval, 2001, p. 66), uma vez que, o grupo se expressa a partir das perspectivas culturais enraizadas no território, das influências trazidas no processo de construção, ora antes e depois da realocação no RUC.

Diante desta assertiva, é essencial compreender que

o território apela para tudo aquilo que no homem se furta ao discurso científico e se aproxima do irracional: ele é vivido, é afetividade, subjetividade e muitas vezes o nó de uma religiosidade terrestre, pagã ou deísta. Enquanto o espaço tende à uniformidade e ao nivelamento, o território lembra as ideias de diferença, de etnia e de identidade cultural (BONNEMAISON, 2002, p. 126).

Entretanto, a

identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial. Portanto, percebe-se que a incorporação da dimensão simbólica, do imaterial no discurso geográfico, tem possibilitado uma enorme riqueza nas análises sobre a produção do espaço, das paisagens, das territorialidades (Chelloti, 2010, p.171).

Em ambos os autores, entende-se que, a apropriação do território para a construção de identidade territorial, estão relacionadas aos aspectos simbólicos e de pertencimento ao grupo social como parte de uma história dotada de intencionalidades e costumes em um determinado recorte espacial. Neste sentido, Haesbaert (2007, p. 22) diz que “a territorialidade transpassa a dimensão estritamente política, e compreende dimensões econômicas e culturais do espaço, pois essas dimensões estão intimamente ligadas aos modos das pessoas utilizarem a terra e (re)produzirem no espaço”.

Ora, se de acordo com Haesbaert (2007), a territorialidade está ligada ao modo de (re)produção do espaço, logo “todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois as relações de poder têm no espaço um componente indissociável tanto na realização de ‘funções’ quanto na produção de ‘significados’” (Haesbaert, 2007, p. 23). Assim, “a territorialidade, como um componente do poder, não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e

manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (Sack, 1986, p. 219).

Nesta perspectiva, entende-se que, o significado de território para os moradores do São Joaquim está intrinsecamente ligado à sua identidade, cultura e modos de vidas, sendo que este RUC, não é apenas uma área geográfica, mas um espaço que abriga suas vidas, histórias, relações sociais e vínculo territoriais para (re)afirmar sua presença, reivindicar sua voz e construir estratégias de resistência e resiliência diante dos impactos sofridos.

Sabe-se que, a solidariedade e cooperação coletiva têm sido fundamentais na construção de estratégias para enfrentamento dos muitos desafios impostos pela UHE Belo Monte. Sabe-se, também, que nos antigos locais de moradia os atingidos por Belo Monte tinham suas organizações, a exemplo das associações de moradores. No RUC São Joaquim, também há este tipo associação, denominada de Associação dos Moradores do Bairro São Joaquim (AMBSJ), ao qual é a representante do coletivo de moradores em defesa de seus associados.

Entretanto, embora exista a associação de moradores, há uma certa resistência de alguns dos entrevistados nesta pesquisa alegando que esta somente dá atenção aos moradores da parte de cima do RUC, ou seja, para quem mora nas proximidades da sede da associação e a quem faz parte da liderança enquanto membro eleito na chapa. Fala como a da entrevista 6 que diz *“Para mim é bagunçada. Não sei porque os outros moradores”* e que *“Olha, eles avisavam no grupo. Só que eu saí do grupo porque era mais era briga do povo falando mal do outro e meu Deus do céu, acabava no celular da gente só de fofoca”* evidenciam a dificuldade de aceitação desta associação para muitos dos moradores deste RUC. Tal fato foi constatado em conversas com outros participantes desta pesquisa.

Sobre a associação dos moradores do RUC São Joaquim, Nunes (2020), fala que

Em uma das visitas realizadas ao bairro, estava ocorrendo um movimento para eleição de uma nova gestão da Associação de moradores do São Joaquim. Na pauta lideranças de movimentos do bairro solicitavam mudanças e acusavam em suas falas o então presidente da Associação de estar se beneficiando dos acordos que realizava com a Norte Energia e a prefeitura em detrimento da comunidade (Nunes, 2021, p. 128).

De fato, no ano de 2020 ocorreu a eleição para a composição da coordenação da Associação, ao qual, os moradores relatam que eram duas chapas concorrendo à presidência da associação de moradores, uma delas era a da então gestão e que como eles queria a mudança da presidência, optaram pela presidência do senhor conhecido como “Berg”. É importante relatar que em nenhum momento dos diversos campos realizados, o presidente foi encontrado na sede da associação e/ou em seu estabelecimento comercial.

Destarte, em relação a reterritorialização dos atingidos moradores do RUC São Joaquim, há uma dicotomia apresentada em relação às condicionantes para construção da UHE Belo Monte e o que foi proporcionado como experiência territorial para população, já que muitos dos moradores do RUC tem que se deslocar longas distâncias para a compra de mantimentos de primeira necessidade em seu cotidiano, fato que é evidenciado na fala da entrevistada 1, que diz

Hoje não. Hoje a gente e as coisas que não são o básico a gente consegue comprar aqui por perto, né? Mas já o grosso, né? No caso, assim que a gente ia comprar em quantias maiores, a gente já compra em outro bairro, né? Em outro lugar já mais em conta, Sim (Entrevistada 1, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023) (grifos do autor).

Nota-se, na fala da entrevista que, no arranjo de manter o sustento de sua família através da compra de mantimentos, que, a mesma o faz em outros locais da cidade, principalmente em grande quantidade, o dito “grosso”. Nos comércios do próprio RUC, a mesma alega que somente compra o básico. Por outro lado, há aqueles que falam que “aqui tudo é caro, os comércio daqui tudo é caro. Ficou complicado depois que eles removeram nós pra cá” (Entrevistada 12, Fonte: Pesquisa de Campo, 2023). Salienta-se que os locais em que os entrevistados residiam encontravam-se próximos ao centro da cidade. Dessa forma, estavam convenientemente localizados em relação a farmácias, açougues e grandes supermercados de Altamira, nos quais tinham o hábito de realizar suas compras mensalmente, adquirindo produtos e mantimentos.

Em relação a distância do RUC São Joaquim do centro da cidade, Nunes (2021) afirma que isso

dificultou a vida para efetivação de atividades simples, como a compra de um pescado, que antes era “pertinho” agora precisavam depender de outras pessoas para ir ao centro da cidade comprar o peixe, ou seja, hoje tornou-se necessário um planejamento prévio para obter o que precisam (Nunes, 2021, p. 124).

Assim, portanto, é importante considerar que o território de outrora dos moradores do São Joaquim se desfez e que a nova reterritorialização está se dando com o estabelecimento de novos vínculos socioespaciais. Entretanto, as movimentações cotidianas nesse novo espaço são constantemente construídas no dia a dia, o que pressupõe, que os moradores do São Joaquim são atores multiterritoriais, pois, o processo de territorialização deste são determinadas pelos diferentes sujeitos e formas de organização deste RUC, ao qual se produz múltiplos territórios

por meio das diversas territorialidades, perpassando desde o território religioso simbólico ao território alternativo.

Considerando que os moradores deste RUC tendem a frequentar outros espaços que não sejam somente o do São Joaquim, haja vista que, por não conseguirem (re)criar as suas relações de vizinhança, já que há um isolamento familiar e de vida social, estes tentam buscar relações sociais fora deste RUC, na casa de antigos vizinhos e/ou de familiares, constituindo, assim, processos e movimentos contínuos de (re)construção e (re)produção do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa cumpre propósito científico, pois, a partir desta tem-se o entendimento da realidade complexa dos moradores do RUC São Joaquim que é marcada por polêmicas, oposições de discursos e interesses díspares, que vão desde o econômico, perpassando pelo político e social, derivados dos efeitos da UHE de Belo Monte, com deslocamentos compulsórios dos atingidos que viviam na dita ADA em Altamira, estado do Pará.

A discussão ora apresentada nesta pesquisa, tem por base a contribuição de diversos autores Haesbaert (1994; 1997; 2002; 2004; 2005; 2006; 2007; 2014), Heidrich, (1998; 2004; 2006; 2010; 2017; 2022) Sack (1986), Saquet (2003; 2007; 2009; 2015), Souza (1995; 2008; 2009), entre outro, que apontam as nuances acerca dos conceitos de território, sobretudo, os que tratam da temática da des-re-territorialização como processo contínuo.

Entendendo-se a partir desses autores que a territorialidade é inerente aos seres humanos como ação primordial de se estabelecer e de reivindicar territórios para si e, que esta desempenha um papel importante na estruturação das interações sociais e na organização das sociedades humanas. E por ser um processo contínuo, significa dizer que quando há uma desterritorialização, há também a reterritorialização, implicando dizer que há a constituição da multiterritorialidade.

Ainda no entendimento a partir dos autores citados, o território pode ser concreto e/ou simbólico, podendo ser individuais e/ou coletivas pertencentes a um grupo, podendo também ser multidimensionais, pois, o entendimento de território perpassa o do político, do econômico e cultural, remetendo à construção do pertencimento, da identidade individual e/ou de um grupo, como experiências concretizadas no espaço social.

Ora, quanto a territorialidades dos atingidos, sabe-se que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte trouxe mudanças significativas para a região do Xingu, impactando a população de forma direta e indireta, obrigando a cidade de Altamira a passar por profundas transformações socioespaciais. Esse processo culmina na remodelação do espaço urbano desta cidade, através do processo desordenado de remoção das famílias da Área Diretamente Afetada para os Reassentamentos Urbanos Coletivos, os ditos RUCs.

Assim, os atingidos por Belo Monte sofreram o processo de desterritorialização, pois esta pressupõe a perda do território de origem, no caso, os ditos baixões de Altamira, que ora foram impactados pela hidrelétrica de Belo Monte. Por mais que houvesse um “Plano de Atendimento à População Atingida” e um “Plano de Requalificação Urbana” visando reduzir impactos sociais negativos ocasionados desta UHE, é importante ressaltar as dificuldades

enfrentadas pelos atingidos em relação à perda de seus territórios e dos seus modos de vida, além de desafios socioeconômicos, cultural e espacial saúde decorrentes da transformação da cidade.

A desterritorialização sofrida pelos atingidos por Belo Monte é marcada por conflitos, pois transformou o espaço de vivência, as relações de solidariedade e a construção simbólica do apego por parte daqueles que residiram historicamente nas áreas de interesse da UHE Belo Monte, ocasionando rupturas na vida dos sujeitos ora impactados. Sabe-se que aqueles que moraram historicamente nos baixões de Altamira tinham suas organizações sociais e comunitárias, pois foi nestes locais que construíram suas histórias, memórias, modos de vida e sua identidade territorial.

Logo, o deslocamento compulsório rompeu o que foi construído ao longo dos anos vivendo nos baixões, pois a produção do espaço dos atingidos pressupõem que esteja relacionada ao tempo e espaço. Já que o espaço destes, que sofreram a desterritorialização foi socialmente produzido e compreendido no contexto de uma determinada sociedade, pode ser entendido como prática social, portanto como “resultado e pré-condição da produção da sociedade” (Schmid, 2012, p. 91).

Em outras palavras, a rede territorial nos antigos baixões significava uma construção social, ao qual presume-se em uma produção como ponto de partida e a natureza como fornecedora de valores de uso apropriada pela prática espacial do ser humano, portanto, o ser natural e social que trabalha para produzir coisas (produtos) e criar obras (Lefebvre, 1992, p. 70-71) através do emprego de técnicas. Foi nos espaços dos baixões que os atingidos construíram suas identidades, seus pertencimentos e se territorializaram, produzindo socialmente aquele espaço.

Portanto, a desterritorialização foi a retirada dos atingidos de seus referenciais pessoais e também dos vínculos afetivos destes que os ligam ao mundo material e social. Ou seja, houve o esfacelamento do território dos baixões ao se considerar os vários momentos desse processo, desde a vivência da população na ADA, perpassando à saída dessa população, até a realocação nos RUCs. Pois, sabe-se que, viver em sociedade implica criar espaços e constituir marcas no território como aporte de sua identificação, significando se territorializar no espaço.

Neste caso, entende-se que com a desterritorialização, vem a reterritorialização, pois a primordial ação humana é territorializar-se em um determinado espaço. Porém, dada as análises feitas diante de Belo Monte e por mais que esta hidrelétrica tivesse como prerrogativas para minimizar os impactos, a condicionantes, esta trouxe uma trágica realidade aos atingidos que foram deslocados compulsoriamente da ADA, já que, esta população não teve participação no

processo de construção e escolha das novas moradias que foram planejadas para elas e nem considerou o que estava contido em seu Projeto Básico Ambiental (PBA).

Ou seja, tal processo foi imposta a elas, pois, os RUC foram construídos sem considerar as reais necessidades dos atingidos, não permitiu a reterritorialização dos vínculos afetivos e das impressões territoriais destes sujeitos, pois, o empreendedor simplesmente efetuou a indenização, mediante escolha da casa nos RUCs, carta de crédito ou valor em dinheiro, que supria apenas o esforço físico. Tal indenização jamais vai repor as expressões e criações que existiram na vida das famílias atingidas, construídas aos longos de suas vidas, já que, não possuem valor econômico, mas sim esforços dedicados à construção do seu modo de vida.

Após oito anos realocados no RUC São Joaquim, o que se observa é a formação de novos territórios, que pressupõem uma reterritorialização, caracterizada pela apropriação de territórios novos e formas de (re)constituírem seus espaços, sob a ótica de ocupá-los ou de se territorializar, criando novas práticas espaciais, ou seja, reterritorializando-se espacialmente no reassentamento. Muito embora, tenha se constatado que houve a tentativa dos moradores deste RUC em (re)constituir seus modos de vidas através da construção de áreas como varandas e puxadinhos, bem como, uma casa em palafitas, como era visível nos baixões.

Aos chegarem ao RUC, a dinâmica socioespacial encontrada era diferente daquilo que se vivia nos baixões, pois neste novo bairro tiveram menos liberdade de expressão, já que não se conhecia a vizinhança, tudo era diferente, não se tinha a rede territorial como antes, sentiam-se vigiados por olhares de desconhecidos, confinando-se dentro de suas casas, pois a rotina no RUC não fazia parte do cotidiano, restando apenas a adaptação.

Tendo em vista que tudo era diferente e novo para os realocados no São Joaquim e o que os primeiros dias foram difíceis em busca de tentar amenizar o sofrimento da desterritorialização, muitos através dos materiais trazidos de suas antigas casas, fizeram profundas reformas nas suas novas casas, descaracterizando-as das demais casas do RUC, entendido nesta pesquisa como uma forma de se expressar e/ou até mesmo uma maneira para dar mais conforto, segurança e comodidade para a família que normalmente era numerosa.

Embora os moradores deste RUC tenham buscado a adaptação neste novo território, a pesquisa constatou o valor simbólico do território outrora perdida, sendo lembrado nas muitas falas dos entrevistados com um certo saudosismo. Portanto, o território dos baixões ainda existe nas memórias desses moradores. Contudo, esse valor simbólico, torna-se um peso para esses moradores, pois, se dão conta real sentido de transgressão e agressão aos seus modos de vida com a perda do seu território na ADA.

Neste sentido, a reterritorialização dos moradores do RUC São Joaquim, refere-se ao processo de (re)construção e (re)definição de seu território e das condições de vida dessas pessoas na escala do cotidiano, de ir e vir, e do espaço vivido nas novas condições de existência socioespacial, já que mudar para o RUC significou perder a terra, a casa, o compadrio e, também, o seu modo de vida, a sua identidade territorial.

Entretanto, há a heterogeneidade dos espaços e das formas de construção de novos territórios no RUC, embora isso implique sucessíveis problemas de cunho material e imaterial, pois, o processo de reterritorialização é, por vezes, lento e complexo, dado as condições para estabelecer-se nos novos espaços, tendo em vista que a (re)construção de territórios não se dá de forma fácil e nem homogênea.

Porém, compreende-se que, os moradores do RUC São Joaquim estão constituindo uma nova forma de vida, novas relações, um novo jeito de ver uma cidade, uma casa, um bairro e novos hábitos religiosos, diferente do que viveram nos baixões. Pois, se reterritorializar pressupõe um recomeçar para uma nova vida, uma nova possibilidade de estabelecer novos nexos territoriais, novas territorialidades, possibilitando análises multitemporal e multiescalar dessa população.

Desta forma, considerando a ideia de multiterritorialidade, ao qual pressupõe que a territorialização é um processo contínuo, pois o ser humano tende a territorializar no espaço e, que se desterritorializa e se reterritorializa constantemente. Neste entendimento, constata-se que os moradores do RUC São Joaquim, são atores multiterritoriais, levando em conta os valores simbólicos do território perdido, compreendendo a relação entre espaço-tempo e que para acontece a conexão de múltiplos territórios em rede e a formação de territórios-zona e territórios-rede.

De modo elucidativo, os moradores do São Joaquim, embora estavam organizados em associações e ainda se questione sobre a fala de relação de vizinhança, este frequentam outros espaço de vivência, sobretudo, quando estes precisam comprar materiais e/ou produtos que não possuam venda dentro do RUC e até mesmo realizar as compras de mantimentos mensalmente no centro e outros bairros da cidade, sem contar que, por não manter de forma típica a relação com os vizinhos, os moradores tente a frequentar em forma de visitar a casa de parente em outros RUCs e locais de Altamira, caracterizando assim a multiterritorialidade.

Multiterritorialidade aqui, refere-se à capacidade de um indivíduo ou grupo estar inserido e ter conexões e vínculos com mais de um território, como é o caso dos Moradores do RUC São Joaquim, já que estes tiveram a perda material de seus territórios de origem em função da UHE Belo Monte, bem como, perdas imateriais, mas que, estes estão em um processo de

(re)construção material e simbólica na nova área, além de pertencimento e identidade territorial, ampliando as possibilidades de conexões e afiliações além das fronteiras geográficas deste RUC

No aspecto simbólico religioso, notou-se que o RUC possui muitas igrejas, em sua maioria do segmento evangélico. Tal constatação é permeada em sentidos de territorialidade, pois, nesses espaços de pluralidade de simbolismo, os moradores tendem a frequentar. Pois, nesses espaços existem as relações de afetividade, ora quase nula na relação de vizinhança, bem como, uma tentativa de recomposição do território perdido, pois sabe-se que nos baixões a religiosidade dos atingidos também foi fator de territorialização.

Assim, as territorialidades dos moradores do RUC São Joaquim, participante desta pesquisa, é o resultado de um processo de multiterritorialidade e, portanto, de interação com diferentes grupos em diferentes tempos, resultando em seres de múltiplos pertencimentos. Para tanto, é de suma importância considerar as suas diferentes trajetórias de vida e do tempo de suas vivências em um determinado espaço na prática conjunta no que tange às relações sociais destes sujeitos, sendo que é no processo de espacialização que este também vai se territorializando, a partir da apropriação, qualificação, organizando e constituindo territórios. Porém, há de se dizer que (re)construir de território por parte dos participantes desta pesquisa evidencia muitas fragilidades a serem superadas.

Por fim, salienta-se que, apesar de se passar mais de oito anos, os moradores do RUC São Joaquim, ainda se encontram fragilizados e desconfiados. Pois, a realização desta pesquisa, demonstrou-se ser um processo árduo, doloroso, sendo muitas vezes rejeitada a entrevista e/ ou os participantes tinham receio em falar. Percebia-se uma sensação de cuidado com que era dito, mesmo com a explicação dada pelo pesquisador. Talvez, tal cuidado nas palavras dos entrevistados se dê pelo fato de o pesquisador ter sido funcionário de uma das empresas terceirizadas da Norte Energia.

Essa limitação de acesso e negação e até mesmo o cuidado com as palavras, apresentou-se como um empecilho para a realização desta pesquisa. Entretanto, quando a conquista da confiança se deu, os participantes, ora relataram suas experiências e expectativas em relação ao que propôs estudar, conforme apresentado e analisado nesta pesquisa.

Contudo, os estudos teóricos, bem como as entrevistas realizadas não esgotam a temática aqui apresentada, pois, se ver a necessidade de um aprofundamento das discussões que visem contribuir com a ampliação do debate sobre o processo contínuo das territorialidades dos atingidos por Belo Monte, sugerindo-se que se amplie a discussão sobre essa temática, uma vez que essas pesquisas contribuem para a concepção de análise para um melhor entendimento

do processo de desterritorialização e reterritorialização e das manutenções ou (re)construção dos vínculos territoriais.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A. A. **PROBLEMAS AMBIENTAIS URBANOS EM ALTAMIRA-PA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO SISTEMA DE SANEAMENTO**: UFPA, 2021. 137 f. Dissertação (Dissertação em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2021.
- ALVES, Bruna Ribeiro; COELHO, Maytê Tosta. "Usina Hidrelétrica de Belo Monte: a desterritorialização dos ribeirinhos do Rio Xingu" 12 Jun 2020. ArchDaily Brasil. Acessado 7 Jul 2023. <<https://www.archdaily.com.br/br/941563/usina-hidreletrica-de-belo-monte-a-desterritorializacao-dos-ribeirinhos-do-rio-xingu>> ISSN 0719-8906
- ALTAMIRA. **Prefeitura Municipal. Plano Diretor Relatório Final vol. II**. Altamira: TECHNUM Consultoria SS. 2010.
- BAECHLER, J. Grupos e sociabilidade. In: BOUDON, R. (Ed.). **Tratado de sociologia**. Lisboa: Asa, 1995.
- BAREL, Y. 1986. Le social et ses territoires. In: Auriac, F. e Brunet, R. (orgs.) **Espaces, Jeux et Enjeux**. Paris: Fayard e Fondation Diderot.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (org.). **Geografia cultural: um século**. Rio de Janeiro: EDUERJ, v. 3, p. 83-132, 2002.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. **Relatório de Impacto ambiental: aproveitamento hidrelétrico Belo Monte**. Brasília, maio de 2009.
- BROWN, G. **Territoriality in organizations: theory and measurement**. 2005. 176 f. Thesis. (Doctor of Philosophy) – Faculty of Graduate Studies, University of British Columbia, Vancouver, 2005.
- BRUME, R. O uso da dinâmica territorial: territorialização, desterritorialização e reterritorialização – TDR, para se pensar o rural e a ruralidade. In: **XLIII CONGRESSO DA SOBER**, Ribeirão Preto, 24 a 27 de Julho de 2005.
- CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Uma reflexão sobre ciência e conceitos: o território na geografia. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- CHELOTTI, Marcelo Cervo. Reterritorialização e Identidade Territorial. In: **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (1):165-180, abr. 2010.
- CLAVAL, P. O papel da nova geografia cultura na compreensão da ação humana. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 35-86
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 5ª edição. Bertrand: Rio de Janeiro, 2014.

CARDOSO, I. C. C. O ESPAÇO URBANO E A RE-PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO PENSAMENTO DE HENRI LEFEBVRE: CONTRIBUIÇÕES À TEORIA SOCIAL CRÍTICA. In: **Revista Libertas**, v. 11 n. 2 (2011): (ago. dez. 2011):

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. São Paulo: Editora Contexto, 1994.

_____. Diferenciação socioespacial, escala e práticas espaciais. **Cidades**. Presidente Prudente: GEU, vol. 4, n. 6, p. 45-60, 2007.

_____. **O espaço urbano. Novos escritos sobre a cidade**. São Paulo, Contexto, 2004.

_____. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. **Geosp – Espaço e Tempo**. v. 23, n. 3, p. 458-477, dez. 2019.

CARVALHO, G. B.; AMARAL, M. D. B.; HERRERA, J. A. (2019). A reprodução urbana em Altamira-Pará: uma análise dos reassentamentos urbanos coletivos-2016. **Geografia** (Londrina), 28(2), 101-121.

CHAGAS, Eduardo. F. O Método Dialético de Marx: Investigação e Exposição Crítica do Objeto. Belo Horizonte: **Síntese**, v. 38, 2011.

Colucci, D. G., & Souto, M. M. M. (2011). Espacialidades e territorialidades: conceituação e exemplificações. *Revista Geografias*, 7(1), 114–127. <https://doi.org/10.35699/2237-549X.13312>.

CONCEIÇÃO, T. S. **Trabalhadores nos Canteiros de Obras da UHE Belo Monte-Altamira**: condições de saúde e políticas públicas. Belém, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – UFPA, 2014.

CORNÉLIO, G. S.; NEVES, I. C.; AMARAL, M. D. B. Usina de Belo Monte e o processo de des-re-territorialização dos atingidos urbanos em Altamira/PA. In: **InterEspaço** | Grajaú/MA| v.5 | n.18 | p. 01-23 | set./dez. 2019 | ISSN: 2446-6549.

CORRÊA, I. A.; CRUZ, J. V. S.; SILVA, M. A. R.; RODRIGUES, R. F. TERRITORIALIDADE E ESCOLA: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS. In: **Revista Humanidades e Inovação** v.8, n.45, 2021. p. 319-333.

COSTA, Wanderley M. da. M. **O Estado e as Políticas territoriais no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1998.

COSTA, B. P. Das representações sociais às proposições dos sujeitos: paradoxo conceituais na análise das construções simbólicas dos sujeitos sobre os espaços sociais. In: KOZEL, Salete; TORRES, Marcos; GIL FILHO, S. F. **ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES**: acordes de uma mesma canção. Porto Alegre-R: Ed. Compasso, 2022.

DAMASCENO, Francisco José Gomes. As cidades da juventude em Fortaleza. Rev. Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 53, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 2009. v.1.

_____. **O que é filosofia?**. São Paulo: Editora 34, 2010.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades no noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

ESTRONIOLI, Elisa Mergulhão. **UHE Belo Monte e as concepções espaciais do conceito de atingido por barragem: Uma análise a partir da Lagoa do Independente I em Altamira-PA**. Dissertação de Mestrado PPGeo – UFPA, 146p, Altamira – PA, 2021

FELIX DE SOUZA, A. **Sociabilidade pública na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão geográfica sobre a importância dos espaços públicos para a existência das sociedades republicanas e democráticas**: UFRJ, 2020. 517 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2020.

FERREIRA, D. S. TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E SEUS MÚLTIPLOS ENFOQUES NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA. In: **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 111-135, abr., 2014.

FISCHER, G. N. Espaço, identidade e organização. In: CHANLAT, J. F. (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 2010.

FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. Políticas Públicas e exclusão social. Ou como as cidades constroem suas periferias. In: **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 02, 2013, p. 148-163.

FREIRE, L. M.; LIMA, J. S.; SILVA, E. V. implantação da usina hidrelétrica na região Amazônica Paraense. In: **Soc. Nat.** | Uberlândia, MG | v.30 | n.3 | p.18-41 | set./dez. 2018 | ISSN 1982-4513.

FUINI, L. L. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. In: **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v.8, n.1, p.225-249, jan/jun. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Gláucia C. “Geografias e Ideologias: Alienação e Estranhamento na Produção do Espaço”. In: DEL GAUDIA, R. S.; PEREIRA, D. B. (Orgs) **Geografias e Ideologias: submeter e qualificar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 172-201.

GORDAN, Daniel. **Citizens without sovereignty: equality and sociability in French Thought**, 1670-1789. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, p. 270, 2017.

GUATTARI, Félix. 1985. Espaço e poder: a criação de territórios na cidade. Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, ano V, n 16, p. 109-120.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.

GUATTARI Félix; RONILK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 10ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

HAESBAERT, R. **VIVER NO LIMITE: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro (RJ): Bertrand Brasil, 2014.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

_____. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. In: **Congresso Brasileiro de Geografia**, 5, 1994, Curitiba: AGB, Anais, 1994. p. 206-214.

_____. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (org.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 43-71.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo: USP, **Anais**, 2005.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS A. D.; SPOSITO, E.S.; SAQUET, M.A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-119.

_____. Dilema de conceitos: espaços-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009, p. 95-120.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004^a.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEographia**. Rio de Janeiro, v.11, n.17, p. 19-44, mar/2007a.

_____. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E., et. al, **Geografia: Conceitos e temas**. 5^a. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-206.

_____. **Territórios alternativos**. São Paulo: EdUFF/Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de Globalização. etc..., espaço, tempo e crítica**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.

HEIDRICH, A. L. Espaço e Multiterritorialidade Entre Territórios: reflexão sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, S. R; COSTA, B. P; SOUZA, E. B. C. (orgs). **Teorias e Práticas territoriais: análises espaços-temporais**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Compartilhamento e microterritorialidades do espaço social metropolitano. **Cidades**, vº 10, nº 17, 2010.

_____. “Territorialidades de inclusão e exclusão social” In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (ORGs.) **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 21-44.

_____. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Org.). **Território e desenvolvimento**. 2ªed.Francisco Beltrão: Unioeste, 2004, v. único, p. 37-66.

_____. Entre os objetos, as práticas e o simbólico, o próximo e o distante, o território e a territorialidade. In: KOZEL, Salete; TORRES, Marcos; GIL FILHO, S. F. **ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES**: acordes de uma mesma canção. Porto Alegre-R: Ed. Compasso, 2022.

_____. Fundamentos da formação do território moderno. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, n. 23, p. 9-18, 1998.

_____. Vínculos Territoriais – discussão teórico-metodológica para o estudo das territorialidades locais. **Geographia**, Niteroi, v. 19, n. 39, p. 29-40, 2017.

HEGEL, G. W. F. **Filosofia da História**. Tradução de Hans Hardem e Maria Rodrigues. 2º Edição. Brasília: Editora UNB, 2008.

HOLZER, W. A discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UERJ, v.3, jul./dez.1997.

IPIRANGA A, S. R. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 65-91, jan./fev. 2010.

JOHNSTON, M. J. S. 2013. **Are Positive Charge Carriers Generated by Crustal Loading?**, Seis. Res. Let., 84, p. 340.

KANT, Immanuel. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. Trad. Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.

_____. Ideia de uma história universal com um propósito cosmopolita. In: **A paz perpétua e outros opúsculos filosóficos**. Tradutor. Artur Mourão. Edições 70: Lisboa, 2009. p. 19-35.

KLEIN, Joel Thiago. A sociabilidade insociável e a antropologia kantiana. **Revista de Filosofia Aurora**, Curitiba, v. 25, n. 36, p. 265-285, jan./jun. 2013.

LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas: Papirus, 1988.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1991.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishers, 1992.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (Im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (do original: La production de l'espace. 4ª Ed. Paris: Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006.

_____. **A Re-produção das relações de produção**. (tradução da 1ª parte de La survie du capitalisme). Porto, Edições Escorpião, 1973.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

_____. (1974). **La producción de espacio**. Trad. Emilio Martinez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LEME, Engenharia. **Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte**. v.6, 2009.

LOPES, Henrique Paiva. **Da cidade planejada à cidade vivida: Uma análise do plano diretor de Altamira-Pará**: UFPA, 2022. 118 f. Dissertação (Dissertação em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2022.

LIMA, F. J. G. SOCIABILIDADE E ALTEROFOBIA: UM ENSAIO FILOSÓFICO. **Revista Agora Filosófica**. v. 1. n. 2 (2014), pp. 79-95 e-ISSN 1982-999x.

MARINHO, J. A. M.; SARAIVA. M. P. Hidrelétrica de Belo Monte e Processos de Desterritorialização no Médio Rio Xingu-Pa. **ANPPA**, 2012.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, Doreen. **Space, place and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MIRANDA NETO, J. Q.; HERRERA, J. A. Expansão urbana recente em Altamira (PA): Novas tendências de crescimento a partir da instalação da UHE Belo Monte. In: **Ateliê Geográfico - Goiânia-GO**, v. 11, n. 3, dez./2017, p. 34-52.

MIRANDA NETO, J. Q. Reassentamento da População Urbana Diretamente Afetada pelo Empreendimento Hidrelétrico de Belo Monte em Altamira-PA. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 2, n. 13, 2014, pp. 43-57.

_____. **UHE Belo Monte e a reestruturação da cidade de Altamira-PA**: agentes, processos e redefinições espaciais. In: XI Encontro Nacional da ANPEGE, Presidente Prudente, 9 a 12 de out., 2502-2513, 2015.

_____. **USINA HIDRELÉTRICA E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO EM ALTAMIRA-PA: UM ESTUDO A PARTIR DOS NOVOS ASSENTAMENTOS URBANOS.** In: XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Fortaleza-CE, 8 a 12 de set., p. 01-25, 2015.

_____. **Q. Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana:** O papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência. Presidente Prudente: UNESP, 2016.

_____. As transformações urbanas em Altamira-PA após uma década de Belo Monte. In: **Amazônia Latitude - A REVISTA DAS HUMANIDADES AMBIENTAIS**, 2021. Disponível em: < <https://www.amazonialatitude.com/2021/09/28/transformacoes-em-altamira-pos-belo-monte/> >. Acesso em: 30 de maio de 2023.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – Procuradoria da República. **Ação Civil Pública com Pedido de Liminar.** Belém, Pará, 2012.

MOREIRA, R. P.; HERRERA, J. A. A DESTERRITORIALIZAÇÃO TEM NATUREZAS: O CASO DO BAIXÃO DO TUFI, ALTAMIRA-PARÁ. In: **Ciência Geográfica** - Bauru - XXV - Vol. XXV - (3): Janeiro/Dezembro – 2021.

MOREIRA, R. P. **DESTERRITORIALIZAÇÃO DO BAIXÃO DO TUFI: Da formação espacial aos novos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) em Altamira/PA:** UFPA, 2018. 144 f. Dissertação (Dissertação em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2021.

NORTE ENERGIA S.A. **Projeto Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte:** Planos programas e projetos. Agosto de 2011.

NORTE ENERGIA S.A. BAIRRO SÃO JOAQUIM: **manual do proprietário.** 2014.

NEVES, Italla Cristina. **DESTERRITORIALIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS REASSENTADAS NO RUC JATOBÁ, Altamira-PA:** UFPA, 2019. 91 f. Dissertação (Dissertação em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2019.

NEVES, Gervásio R. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades (algumas notas). In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L. **Território: Globalização e fragmentação.** 5. ed., São Paulo: Hucitec; Anpur, 2002.

NUNES, Patrícia Barbosa. **BELO MONTE E A EXTINÇÃO DOS BAIXÕES DE ALTAMIRA-PA: a difícil territorialização dos reassentados no RUC São Joaquim:** UFRGS, 2021. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

OLIVEIRA, A. U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia agrária.** São Paulo: contexto, 1999.

PADINHA, M. R.; WHITACKER, A. M. Grandes objetos na Amazônia: os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida. In: **A geografia do Pará em múltiplas perspectivas: políticas públicas, gestão e desenvolvimento territorial** [recurso eletrônico] / coordenadores Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, Everaldo Santos Melazzo; organizadores Antônio Cezar Leal, Carlos Alexandre Leão Bordalo, João Osvaldo Rodrigues Nunes; colaboradora Leonice Seolin Dias - Tupã: ANAP, 2017 Paulo: EdUSP, 2017.

PEREIRA, D. L. **O ESPAÇO SOB UMA PERSPECTIVA INFANTIL: Um estudo no Reassentamento Urbano Coletivo São Joaquim em Altamira-Pará**: UFPA, 2021. 85 f. Dissertação (Dissertação em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2021.

PERES, Fabio de Faria et al. A 'sensibilidade' de Simmel: notas e contribuições ao estudo das emoções. *RBSE* 10 (28): 93-120, ISSN 1676-8965, abril de 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: Ana Ester Ceceña. (Org.). **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 151-197.

RAFAEL, L. R. M. **ENTRE O RITMO, A COR E O MOVIMENTO: As territorialidades na festa de congada da cidade de Ituiutaba/MG**. UFU, 2018. 121 f. Dissertação (Dissertação em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia.

RAFFESTIN, C. **Por geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Ida Carmen de Lima. **A sociabilidade insociável na filosofia política de Kant: aspectos no estado de natureza e no estado civil**. / Ida Carmen de Lima Rocha. – Natal, RN, 2014. 34 f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curso de Filosofia

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**, Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

SACK, R. **Human Territoriality**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SACK, R. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M (org). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, B. A.; NUNES, P. B. USINAS HIDRELÉTRICAS NA AMAZÔNIA: A RELAÇÃO DE AFETIVIDADE DOS ATINGIDOS COM OS LUGARES IMPACTADOS PELA UHE BELO MONTE NA CIDADE DE ALTAMIRA/PA. In: CARDOZO, E. L. **A sociedade e o espaço geográfico brasileiro**. Curitiba (PR): Atena, 2017. 394 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão popular, 2009. p. 73-94.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

_____. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2ª. Ed. RJ: Consequência, 2015.

SEPLAM. Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Altamira. **Estimativa da população urbana de Altamira a partir do acesso aos serviços médico-hospitalares**. Altamira-PA, 2012.

SILVA, Jan Carlos da. O conceito de Território na Geografia e a Territorialidade da Prostituição. In: RIBEIRO, Miguel Angelo; OLIVEIRA, Rafael da Silva (orgs.). **Território, sexo e prazer: olhares sobre o fenômeno da prostituição na geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011. p. 19-41.

SILVA, Claudionir Borges da. **Corredores do Silêncio: territórios e territorialidades de resistência da cultura surda**. Porto Alegre: UFRGS, 2014. 205 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SIMMEL, Georg. (2006). **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal. In: SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Tradução de Pedro Caldas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **Sociologia**. In: Evaristo de Moraes Filho (org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA, E. J. F.; HENRIQUE, R. C.; OLIVEIRA, T. Z. G. SOCIABILIDADE E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA NO CONTEXTO URBANO: DO MITO À REALIDADE. In: **Anais XX SEMEAD - Seminários em Administração**. novembro de 2017. ISSN 2177-3866

SCHMID, Christian. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **Revista Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 32, pp. 89 - 109, 2012.

SOARES DE LIMA, T.; HEIDRICH, A. Choques de territorialidades: conflitos e alianças no Centro Histórico de Porto Alegre (RS). **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 34, p. 9-26, jul./dez. 2019.

SOARES, Darismar Silva. **A cidade desigual e a segregação planejada: O caso dos reassentamentos urbanos coletivos em Altamira**: UFPA, 2022. 165 f. Dissertação (Dissertação em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Altamira, 2022.

SOARES DE LIMA, T. **UM DISCURSO METAGEOGRÁFICO: Entre autonomia, território e cartografia**. UFRGS, 2022. 236 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

SOARES JÚNIOR, Amilton Quintela; SANTOS, Mauro Augusto. A territorialidade e o território na obra de Robert David Sack. **Geografia**, Londrina, v. 27, n. 1, p. 7-25, abr. 2018.

SOUSA, B. D.; MIRANDA NETO, J. Q. USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE E O PAPEL DOS AGENTES NA REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE DE ALTAMIRA-PA. In: **InterEspaço** | Grajaú/MA | v.5 | n.18 | p. 01-18 | set./dez. 2019 | ISSN: 2446-6549.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de et al. (orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. L. S. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. Território da divergência e (da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 57-72.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, D. P.; SILVA, W. R. S.; CERVINSKI, G. C.; SANTOS, B. D.; COMARÚ1, F. A.; TRIGOSO, F. B. M. Desenvolvimento urbano e saúde pública: impactos da construção da UHE Belo Monte. In: **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 46, p. 154-173, agosto 2018.

SPOSITO, Eliseu. S. **Geografia e filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Edunesp, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Introdução. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.) **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 11-16.